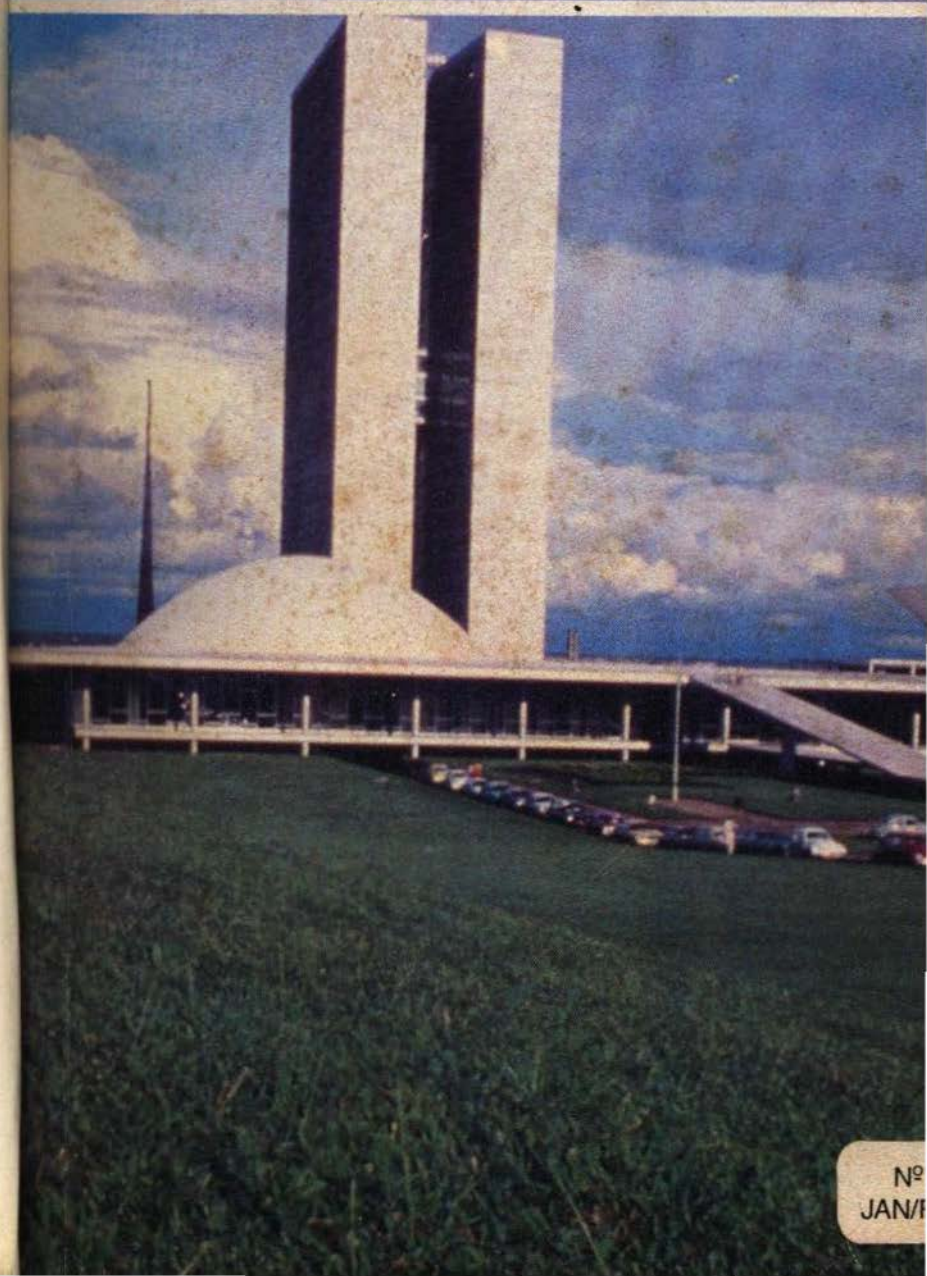




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS



EMENS



ima, uma das páginas mais nacionantes da história do programa divulgação tecnológica Siemens.

anos de Brasil, a Siemens ajudou
ver alguns dos capítulos
nificativos da nossa história.
ndo a serviço do País o que há
s avançado no campo da
écnica, Eletrônica e
medicina, a Siemens contribui, há
das, para uma melhor qualidade
dos brasileiros.
empresa entrosada nos vários
os da vida nacional, a Siemens
quisando e desenvolvendo,
esmo, soluções para os nossos
nas.
tividade fez da Siemens um
eiro centro gerador de know-how,
ando de maneira decisiva na
ão do acervo tecnológico do País.
e se traduza em benefícios para
ividade o enorme volume de

conhecimentos gerados pela empresa,
ela mantém um amplo programa de
divulgação tecnológica que já pode exibir
um respeitável currículo.

Formação tecnológica: uma preocupação Siemens.

Voltada para as necessidades específicas
de estudantes, técnicos e engenheiros,
a Siemens estruturou vários cursos
de aperfeiçoamento profissional
e desenvolveu diversificados materiais
didáticos, tais como equipamentos em
forma de kits, bancadas etc., consti-
tuídos por componentes de aplicação
industrial, familiarizando os alunos com
sua futura atividade.
Ao mesmo tempo, cursos de aperfeiço-
amento profissional são ministrados tanto

aos alunos, na forma de complementa-
ção didática, quanto aos clientes.
Nesses anos de atividades, mais de
15.000 estudantes e profissionais
participaram dos 21 diferentes cursos
de aperfeiçoamento oferecidos regularmente.
42 livros técnicos já foram editados,
somando uma tiragem de mais de
100.000 exemplares. 53% das bibliote-
cas técnicas de escolares em todo o País já
se beneficiaram - por doações - destes
livros, permitindo, assim, a cerca de
100.000 estudantes efetuarem
pesquisas e estudos.
Agindo assim, a Siemens demonstra
a consciência do seu papel como empre-
sária ligada ao passado e ao presente do País
e preocupada em transmitir sua experi-
ência e tecnologia aos profissionais
de hoje e do futuro.

divulgação tecnológica Siemens. Para uma melhor qualidade de vida.



A DEFESA NACIONAL

SUMÁRIO

319

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA E ESTRATÉGIA

A GUERRA NAS ESTRELAS – UMA TENTATIVA DE CONTENÇÃO DA ESCALADA NUCLEAR.....	7
Carlos de Meira Mattos	
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIA NAVAL PORTUGUESA	37
Antonio C. Fuzeta da Ponte	
A GEOPOLÍTICA ARGENTINA	89
Norma Breda dos Santos	
O ENVOLVIMENTO DOS EUA NO SUDESTE ASIÁTICO (II)	113
Antonio Sérgio Geromel	

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

TERRORISMO E DIREITO INTERNACIONAL	13
Abraham D. Sofaer	
TRATADOS E ACORDOS À ÉPOCA DA 2ª GUERRA MUNDIAL....	56
Fernando de Castro Velloso Filho	
COMO VAI A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	72
Nelson O' de Almeida	
A EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA – O PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA (PNRA). SEUS INTERESSES BÁSICOS. A DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL.....	77
Pedro Montenegro Barbosa	
O "TAMANHO DA IGNORÂNCIA" NA TEORIA DA INFORMAÇÃO E A HISTÓRIA CLÁSSICA	110
Francisco Ruas Santos	
A PROBLEMÁTICA DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM	140
Pesquisa Editorial	
O DIA DO HERÓI	153
Márcio Cotrim	

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

POR QUE AS AÇÕES COMPLEMENTARES NAS FFAA?	29
Jorge Luiz do O' de Almeida	
VANTAGENS E LIMITAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA.....	65
Avraham Ayalon	

EDITORIAL	5
INFORMAÇÕES	156
REGISTROS	163

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLD KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUSA AGUIAR

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Berthold Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Sousa Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parga Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompéo Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-simile da portada do N. 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Siemens S.A.	2ª capa
Brastemp S.A.	3ª capa
Avibrás — Ind. Aeroespacial S.A.	4ª capa
Bibliex — Biblioteca do Exército	4
Petrobrás — Petróleo Brasileiro S.A.	6
Fundação Habitacional do Exército — POUPEX	35



NOSSA CAPA

CONGRESSO NACIONAL — Nele vem sendo redigida uma nova Constituição para o País. Do seu equilíbrio, clarevidência e realismo, na avaliação das expectativas da sociedade, em confronto com as reais dimensões do poder nacional, do relacionamento conveniente ao Brasil com o mundo além-fronteiras, a salvô de ideologias, xenofobismos e preconceitos, e do respeito às tradições da nacionalidade, depende o encontro da Nação com o progresso e o bem-estar social, suas aspirações fundamentais.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual *A Defesa Nacional*

Diretor-Presidente:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Diretor-Secretário:	Cel Sady Nunes
Diretor-Administrativo:	Cel Geraldo Martinez Y Alonso
Diretor-Tesoureiro:	1º Ten Luiz Tavares Pereira
Conselheiros:	Cel Celso José Pires
	Cel R/1 Asdrubal Esteves
	Cel Edison Murillo Serratine
Conselho Fiscal:	Cel Newton Nunes da Silveira
	Cel Carlos da Costa e Silva
	Cel Arthur Telles Cramer Ribeiro
Suplentes:	Ten Cel Descartes Leite Gahyva
	Ten Cel Arismar Dantas de Oliveira

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe:	Gen Div Anápio Gomes Filho
Redator-Executivo:	Cel R/1 Virgílio da Veiga
Conselho Editorial:	Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
	Cel Claudio Moreira Bento
	CMG José Correia de Sá e Benevides
	Professor Jorge Boaventura
Publicidade:	Cel R/1 José Eugênio de Carvalho
Produção Gráfica:	Edison Alves de Azevedo

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) – Cz\$ 390,00
Exterior – US\$ 50
Número avulso anterior a 1988 – Cz\$ 60,00
As importâncias deverão ser enviadas por cheques ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
CEP 20445 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tel.: (021) 253-4628

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.
Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em *A Defesa Nacional*, desde que citada a fonte.

Accepta-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Tallent's Produções Gráficas e Publicidade Ltda.
Rua Senador Dantas, 117, grupos 1535 e 1743
CEP 20034 – Rio de Janeiro, RJ, Brasil – Tels.: 533-0037 e 533-3910



A BIBLIOTECA DO EXÉRCITO INFORMA

1888/1988 CENTENÁRIO
DA ABOLIÇÃO
DA ESCRAVATURA

O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO

INSTRUÇÕES

Os originais deverão ser apresentados datilografados, em espaço duplo, com 50 a 75 laudas (formato A4 ou ofício), sem assinatura e sem identificação do autor, deverão ser enviados em envelopes lacrados, contendo, também, uma fotografia 3x4, dados biográficos e endereço completo.

Os trabalhos não serão devolvidos, sob qualquer hipótese.

As matérias deverão ser entregues, até 31/08/88, na Biblioteca do Exército.

O julgamento será efetuado entre Set/Out e a divulgação dos resultados, na 1ª quinzena de novembro.

PREMIAÇÃO:

1º lugar: Cz\$ 100.000,00

2º lugar: Cz\$ 60.000,00

3º lugar: Cz\$ 40.000,00

Como parte das comemorações do Centenário da Abolição da Escravatura, a BIBLIEX promoverá os concursos literários TASSO FRAGOSO, para oficiais das Forças Armadas e Cíveis e FRANKLIN DÓRIA para Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas, cujo tema será "O EXÉRCITO E A ABOLIÇÃO".

**PARTICIPE !
VOCÊ É CAPAZ !**



EDITORIAL

Transição é fase delicada na vida das pessoas e das nações.

No feixe de suas manifestações, a transição da infância para a idade adulta, na vida das pessoas, associa-se à transição dos regimes de liberdade controlada para aqueles que a desejam plena, na vida das nações.

Ambas carecem de trato cuidadoso, para que o produto acabado delas resultante não se faça nocivo à sociedade a que devem servir. Às preocupações com a formação do caráter, à margem dos vícios sociais, éticos e morais, na transição etária, correspondem aquelas com o radicalismo, de qualquer natureza, na transição institucional.

Períodos de transição têm sido uma constante na História do Brasil, como de resto costuma ser, com maior ou menor intensidade, na História das nações em fase construtiva. Entre nós, a Independência e a República inserem-se nesse conceito, como seus marcos mais expressivos. De permeio, fases de ajustamento têm-se processado, resultando novos períodos de transição, como o que hoje se vive.

A transição institucional se marca pelos conflitos de aspirações, cujos excessos carecem de administração sensata e competente.

Felizmente, ao longo da História nacional, ela se tem processado regida pela lucidez dos homens que a conduzem.

Nada mais que isso é o que a Nação deseja, dos condutores da atual transição.

Ao longo de 1987, muitas apreensões vieram à luz, estimulando a insegurança e o pessimismo. Possa o novo ano que se inicia marcar-se pela correção de rumos, na definição de uma rota, que responda ao anseio nacional de ordem e progresso, como expresso na Bandeira, ao largo de estéreis confrontações entre realidades e utopias.

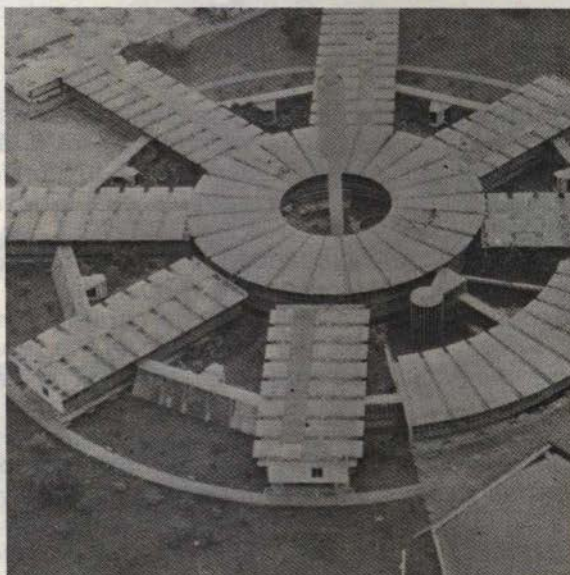
O PETRÓLEO SÓ É NOSSO QUANDO A TECNOLOGIA TAMBÉM É.

O desenvolvimento tecnológico é fundamental para o progresso de uma indústria.

E uma empresa industrial só conquista autonomia efetiva quando consegue dominar e desenvolver a tecnologia que utiliza.

Daí a importância do CENPES - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Leopoldo A. Miguez de Mello.

O CENPES é o principal pólo de desenvolvimento de tecnologia da Petrobrás. Nele realizam-se pesquisas de novos processos e produtos, adequados às características do mercado e das nossas matérias-primas. Realizam-se também projetos de engenharia básica, que são o primeiro passo para a implantação de instalações



industriais.

A pesquisa e a engenharia básica integram-se, assim, no esforço constante de aprimorar a tecnologia, o que assegura à Petrobrás uma posição competitiva em relação às empresas do mesmo gênero.

A área de atuação do CENPES inclui também o aperfeiçoamento

do pessoal técnico de nível superior, além de proporcionar serviços de informação técnica e propriedade industrial (marcas e patentes).

A partir de 1973, o CENPES passou a funcionar em modernas instalações na Cidade Universitária (Ilha do Fundão), no campus da Universidade Federal do

Rio de Janeiro. É um conjunto de 16 prédios e construções auxiliares, que totalizam cerca de 44.000 m² de área construída e onde se aloja a maior parte de seus quase 1600 empregados, dos quais 760 são portadores de títulos universitários.

Como resultado de sua intensa atividade, o CENPES

já domina cerca de 50 tecnologias fundamentais para a Petrobrás. É, no seu constante esforço de inovação, está sempre se valendo da colaboração de outras companhias, instituições científicas e universidades.

Nesses 22 anos de atividades, o CENPES contribuiu decisivamente para que a Petrobrás se tornasse uma empresa tecnologicamente forte, ocupando um lugar de destaque entre as mais avançadas companhias de petróleo.



PETROBRÁS



A GUERRA NAS ESTRELAS — Uma tentativa de contenção da escalada nuclear

Carlos de Meira Mattos

No chamado "Conflito Leste-Oeste", o projeto "Guerra nas Estrelas" conseguirá neutralizar a corrida armamentista entre as superpotências?

O autor não responde à pergunta, mas propicia, em seu artigo, elementos para que se especule a respeito.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Desde abril de 1945 quando as duas primeiras bombas atômicas foram lançadas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, numa dramática decisão do Presidente Truman, destinada a abreviar o fim da Segunda Guerra Mundial, assiste a humanidade com apreensão e incertezas a uma escalada do arsenal nuclear das superpotências.

O aparecimento da bomba atômica como engenho bélico revolucionou completamente o cenário da guerra. Estes dois primeiros engenhos explodidos sobre as cidades japonesas de-

ram aos estrategistas a visão clara de que, dali para diante, a guerra adquiriria uma extensão e um grau de violência nunca antes imaginados.

A história da guerra atômica, que depois de algum tempo passou a ser chamada de guerra nuclear, vem passando por vários episódios nestes últimos 43 anos, cujos lances principais foram as duas explosões acima referidas, o monopólio norte-americano da nova arma, até 1949, a entrada da União Soviética na contenda atômica em 1949 (explosão de sua 1ª bomba); a entrada na corrida nuclear de outros países, Inglaterra, França, China, Índia, com seus

modestos arsenais; o aparecimento em 1951 de nova arma mais poderosa, bomba de fusão, chamada de hidrogênio, em substituição às anteriores bombas de fissão; o monopólio dos Estados Unidos sobre este novo engenho mortífero, logo em seguida, também superado pela União Soviética. Por fim, os dois grandes empenhados em disparada escalada a fim de superarem as novas tecnologias de lançamento (foguetes, mísseis, satélites) e de fabricação de armas cada vez mais destrutivas.

Na atualidade, dois imensos arsenais antagônicos se defrontam, colocando não só os seus detentores, mas a humanidade inteira, sob a ameaça de uma hecatombe. O confronto vem sendo evitado pela estratégia de dissuasão ("deterrence"), a ameaça de destruição recíproca. Mas, a manutenção da dissuasão estratégica exige uma escalada permanente; nenhum dos dois grandes rivais poderá adquirir a certeza de que sairá vitorioso do choque nuclear. Nunca antes a humanidade assistiu a uma paz armada tão terrível e instável.

Cabe aqui a citação do conceito de dissuasão nuclear do General Beaufre, o mais destacado especialista francês da estratégia nuclear:

"A dissuasão nuclear visa a paralisar o conflito bélico pela imposição ao agressor da ameaça de uma represália que não lhe permita sobreviver a agressão."

Esta paz armada em que vivemos há mais de quatro décadas, está se tornando cada vez mais crítica e dramática pelo acúmulo de meios de destruição que, gradativamente, são acrescentados ao arsenal mortífero de dimensões planetárias. Uma "fagulha" de distração ou de precipitação poderá provocar a explosão incontrolada deste arsenal, dezenas de vezes superior às suas necessidades destruidoras; a escalada como fator de contenção levou ao exagero.

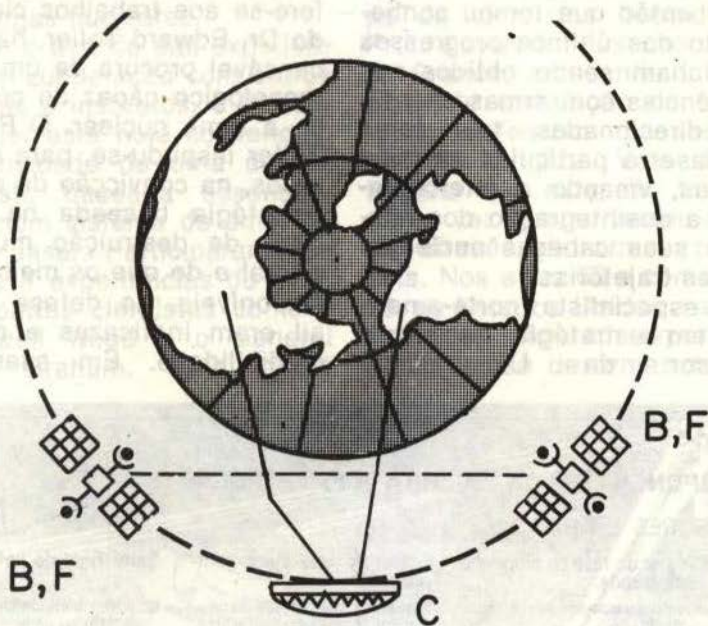
Durante todo esse período de confronto nuclear não havia aparecido, até 1983 (discurso do Presidente Reagan na rede de televisão americana), nenhuma *estratégia defensiva* válida, capaz de sobrepor-se à *estratégia ofensiva* conduzida pela dissuasão, pela escalada.

O discurso de Reagan, do qual destacamos o trecho abaixo:

"Convoco a comunidade científica de nosso país, aqueles mesmos que nos deram armas nucleares, para voltarem os seus talentos, agora, para a causa da humanidade e da paz mundial, oferecendo-nos os meios para tornar essas armas nucleares impotentes e obsoletas."

Estava lançada, nos Estados Unidos, uma nova estratégia defensiva contra a arma nuclear, baseada num sistema de guerra tecnológica, aplicando uma variedade de recursos em diferentes estágios de desenvolvimento, com alta aplicação da ele-

ÓRBITA GEOESTACIONÁRIA DOS SATÉLITES DE ESPELHO (35 mil km de altura)



trônica, dos raios laser, das partículas neutras e outros tipos de emissões. Este sistema, orientado pelo então recém-criado "Strategy Defense Initiative" (SDI), iria aperfeiçoar a tecnologia já provada em laboratórios, apta a identificar, rastrear, interceptar e destruir mísseis balísticos e suas cabeças nucleares em sua trajetória, isto é, no espaço. Aí o nome com que a imprensa passou a denominar este sistema – "Guerra nas Estrelas". A sugestão deste apeli-

do revela o desejo de transferência desta guerra terrível das áreas terrestres para os espaços das estrelas.

Revela o cientista político norte-americano Zbigniew Brzezinski, de reconhecida competência e probidade, que quando acabou de ouvir o pronunciamento do Presidente Reagan na rede de televisão, convocando o mundo científico de seu país para esta guerra espacial, ele próprio também convocou os seus amigos cientistas para avaliar a

credibilidade do sistema defensivo, capaz de levantar um escudo protetor contra as armas nucleares sobre os grandes centros urbanos dos Estados Unidos.

Foi então que tomou conhecimento dos últimos progressos que vinham sendo obtidos nas experiências com armas energéticas direcionadas, tais como raios laser e partículas de raios dirigidas, visando a interceptação e a desintegração dos mísseis e suas cabeças nucleares em suas trajetórias.

O especialista norte-americano em estratégia nuclear e professor da Universidade

Georgetown, de Washington, em seu livro "Strategic Defense - Star Wars is Perspective", informa-nos sobre os progressos das pesquisas no campo das chamadas armas espaciais. Refere-se aos trabalhos científicos do Dr. Edward Teller, na sua incansável procura de um recurso tecnológico capaz de contrapor-se à arma nuclear. O Professor Teller inspirou-se, para seus estudos, na convicção de que uma estratégia baseada na capacidade de destruição mútua era imoral e de que os meios, então disponíveis, de defesa antimísseis eram ineficazes e de fraca credibilidade. Em suas expe-

Figura nº 3

COMPONENTES DA GUERRA NAS ESTRELAS

SENSORES E ARMAS

O setor da fase de propulsão compreende:

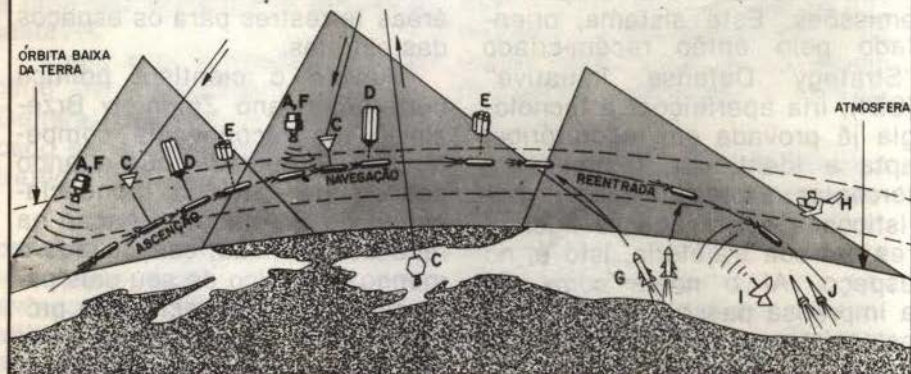
- A: satélites espaciais de rastreamento.
- B: controle de batalha.
- C: lasers em terra, espelhos refletores.
- D: armas de energia dirigida.
- E: armas espaciais de energia cinética.

O setor de meio-curso compreende:

- F: sensores e armas que distinguem caracterís- ticas de armas verdadeiras.
- Mais os elementos da fase anterior.

Setor final de defesa

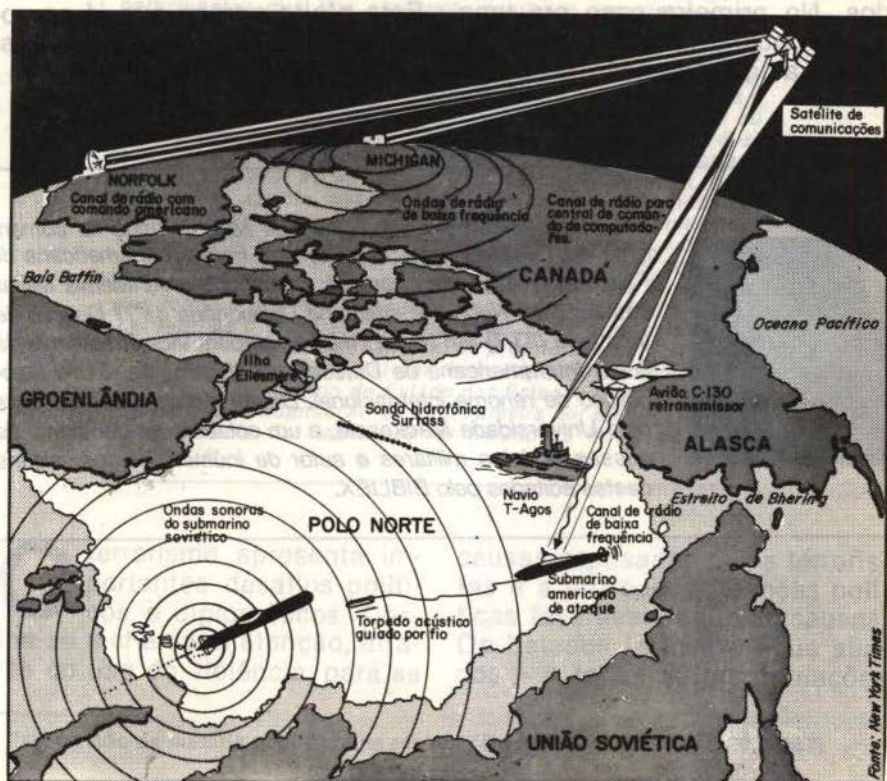
- G: mísseis anti-satélites lançados de terra ou do ar.
- H: sensores aerotransportados.
- I: estações terrestres de radar.
- J: míssil interceptador de baixa altitude.
- Mais elementos das duas fases anteriores.



riências realizadas em 1986, o Prof. Teller convenceu-se de que através da tecnologia do raio laser seria possível chegar-se a uma arma defensiva efetiva contra os mísseis balísticos e suas cargas nucleares.

Com o avanço das experiências, em cooperação com outros cientistas e institutos, o Professor Teller está hoje convencido da efetividade de uma defesa antimísil, baseada essencialmente num sistema de emissão de raio laser. Participaram dos estudos e experiências do Prof. Teller outros cientistas como o Dr. Lowell Wood e o General Daniel Graham. Este grupo

manteve vários contatos com membros do gabinete da Casa Branca e com o próprio Presidente Reagan, antes e depois de seu histórico pronunciamento de 23 de março de 1983. O grupo de cientistas liderado pelo Prof. Keyworth, assessor da Casa Branca, apresenta outra fórmula de instalação de um sistema defensivo baseado na energia dirigida. Vale a pena lembrar que esta não foi a primeira vez que se tentou a defesa através de armas antimísseis. Nos anos 60 e começo dos 70, os Estados Unidos e a União Soviética iniciaram experiências e fabricação de armas conheci-



das então como "míssil anti-míssil". Chegaram ambos à conclusão que longe de conter a escalada, tais sistemas defensivos iriam estimulá-la, pois cada contendor procuraria aumentar o seu arsenal ofensivo a fim de assegurar a capacidade de penetração. Esta constatação levou as duas superpotências a firmarem em 1972 o tratado de limitação do míssil antibalístico (Anti-Ballistic Missile Treaty, ABMT).

A diferença principal entre os anteriores sistemas míssil antimíssil e o atual SDI ("Strategic Defense Initiative") está nos meios defensivos empregados. No primeiro caso era uma arma nuclear contra outra, visando a interceptação no espa-

ço; no segundo é uma guerra eletrônica utilizando uma defensiva baseada na emissão de raios dirigidos, invisíveis.

A guerra nas estrelas, para os Estados Unidos, representa uma tentativa unilateral de contenção da escalada nuclear. A forma até então procurada, através dos acordos bilaterais de limitação de armas, até hoje fracassaram. Segundo Brzezinski, já citado por nós, - a iniciativa norte-americana poderá levar os soviéticos a aceitarem os termos de uma negociação menos rígida no campo bilateral de limitação de armas nucleares. Este efeito parece que já se nota, através das últimas propostas de Gorbachov.



O General-de-Divisão R1 Carlos de Meira Mattos foi comandante do Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz, FAIBRÁS, como coronel. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Infantaria Divisionária da 7ª Divisão de Infantaria (ID-7) em Natal, RN. Foi também Vice-Presidente da Junta Interamericana de Defesa, em Washington, EUA. Geopolítico de renome internacional. Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Mackenzie, e um colaborador constante de nossas revistas militares e autor de inúmeros livros, alguns destes editados pelo BIBLIX.



TERRORISMO E DIREITO INTERNACIONAL

IRONICAMENTE, O QUE DEVERIA SER UM INSTRUMENTO CONTRA O TERRORISMO ACABA SENDO, FREQUENTEMENTE, SEU AUXILIAR.*

Abraham D. Sofaer

Tradução de Elcio Gomes de Cerqueira

O Direito Internacional tem sido dolorosamente testado pela propagação do terrorismo. Em fóruns multinacionais, os participantes que têm procurado rotular o terrorismo como inequivocamente criminoso têm encontrado oposição em outros que argumentam que algumas circunstâncias políticas justificam reações violentas. A desunião que reveste a questão da violência política está evidente num corpo de normas e convenções internacionais que, frequentemente, isentam ou até mesmo protegem os terroristas de serem processados, situação que leva o jurista Abraham D. Sofaer a escrever que "a Lei aplicável ao terrorismo não é meramente falha, é injusta". Ele aponta, por exemplo, leis sob as quais pode ser negada extradição por "infrações políticas" e modernas convenções sobre pirataria que limitam a definição de pirataria a atos cometidos "para fins privados". Embora as nações civilizadas não devam desistir dos meios legais, diz Sofaer, em sua forma presente não se pode esperar razoavelmente que a Lei reprima o terrorismo internacional. O desafio, conclui, é a adoção de um redirecionamento do próprio Direito.

Ex-juiz distrital federal em Nova York, Sofaer é consultor jurídico do Secretário de Estado dos Estados Unidos. Este artigo é uma condensação de uma palestra por ele pronunciada recentemente na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia.

O terrorismo apresenta importantes desafios políticos e diplomáticos. Destina-se a chamar a atenção, através do uso de violência, para as

causas esposadas pelos terroristas e a provocar mudanças políticas favoráveis àquelas causas. Os Estados Unidos e seus aliados — e todas as outras nações

* Transcrição de matéria publicada na revista "Diálogo" (nº 3, volume 20, 1987)

afetadas — precisam lidar com esta ameaça à ordem civilizada com todas as medidas apropriadas, que variam de diplomáticas a militares.

Um meio potencial para lidar com o terrorismo é a Lei. Os norte-americanos são particularmente atraídos para a Lei como um meio de repressão da violência e estão comprometidos, doméstica e internacionalmente, a usar a Lei para controlar as condutas criminosas e resolver disputas. Invocam a Lei quase instintivamente, e repetidamente, presumindo que ela regulamenta a conduta internacional e, em particular, fornece um sistema para levar os terroristas à Justiça.

Recentes incidentes terroristas levaram a muitos esforços para o uso da Lei, com virtualmente todos eles tendo falhado. Alguns terroristas são mortos ou capturados no curso de seus crimes, mas poucos daqueles que escapam a estas consequências são encontrados e presos mais tarde. O terrorista que é processado apresenta a probabilidade de ser libertado muito antes do que sua sentença deve exigir, freqüentemente em troca de reféns feitos num episódio terrorista subsequente.

Chegou a hora de perguntar, franca e honestamente, por que o terrorismo internacional é condenado com tanta veemência e, no entanto, continua existindo. Qual o grau de eficiência da Lei no combate ao terrorismo internacional? Por que ela falha?

Uma razão para a ineficiência da Lei é que o terrorismo, em essência, é uma atividade criminal. Ao aplicarem a Lei domesticamente, os governos procuram punir e deter o crime com o máximo de eficácia possível. Mas reconhecem que a Lei não pode eliminar o crime. Podem esperar ainda menos da Lei ao lidarem com o terrorismo internacional. O mundo não tem uma força policial ou um sistema judiciário internacional.

A resposta comum às reclamações a respeito do fato de a Lei deixar de lidar efetivamente com o terrorismo é que são necessárias mais leis. Esta é uma resposta errônea. Existem, realmente, importantes brechas na estrutura jurídica que governa os atos terroristas e a Administração Reagan está trabalhando com o Congresso dos Estados Unidos e com outras nações para fechar tais brechas. Por exemplo: o Governo dos Estados Unidos carece de uma base jurídica doméstica para processar os terroristas que mataram um cidadão norte-americano, Leon Klinghoffer, durante o seqüestro do navio de turismo *Achille Lauro* em outubro de 1985. Os norte-americanos não devem, porém, iludir-se, pensando que novas leis superarão os problemas que tornam ineficaz a Lei.

As nações civilizadas têm procurado controlar o terrorismo internacional condenando-o, tratando-o como pirataria, processando terroristas segundo as leis dos estados afetados,

criando normas internacionais que estabelecem como criminosos certos atos onde quer que sejam cometidos e cooperando, por meio de extradição e outros meios, para ajudar as nações atacadas por terroristas. Uma avaliação destes esforços leva a uma conclusão dolorosa: a Lei aplicável ao terrorismo não é meramente falha, é injusta. As normas e as declarações aparentemente destinadas a reduzir o terrorismo têm, regularmente, incluído cláusulas que demonstram a ausência de acordo internacional sobre a propriedade do controle jurídico da atividade terrorista. A respeito de algumas questões, a Lei deixa sem controle jurídico a violência política. A respeito de outras questões, a Lei é ambivalente, fornecendo uma base para argumentos conflitantes quanto a seu propósito. Em seu pior aspecto, a Lei tem, de maneiras importantes, servido, realmente, para legitimar o terror internacional e para proteger terroristas contra a punição como criminosos. Estas deficiências não são produto de negligência ou engano. São intencionais.

Embora muitos fanáticos, obviamente, aproveitem o terror, menos reconhecido e mais significativo é o fato de que a aceitação do terror está muito mais propagada. Realmente, muitas nações encaram o terrorismo como um meio legítimo de luta armada.

Em 8 de setembro de 1972, o Secretário-Geral das Nações Unidas pediu a inclusão, na

pauta da Assembléia Geral, de um item intitulado "Medidas para impedir o terrorismo e outras formas de violência que põem em perigo ou eliminam vidas humanas inocentes ou colocam em risco liberdades fundamentais." Instou "que todos os envolvidos se afastem da violência insensível e destrutiva" e assinalou que a comunidade mundial devia continuar "a exercer sua influência máxima na busca de meios pacíficos" para encontrar soluções "para os problemas que revestem tais atos de terrorismo".

A declaração do Secretário-Geral evocou irritada oposição, que tomou a forma imediata de protestos contra a consideração do terrorismo sem a consideração de suas causas. O Secretário-Geral reiterou sua solicitação em 20 de setembro, mas acedeu às pressões acrescentando que não era bom considerar o terrorismo "sem, ao mesmo tempo, considerar as situações fundamentais que dão origem ao terrorismo e à violência em muitas partes do mundo". Assegurou aos que protestavam que não tentava "afetar princípios enunciados pela Assembléia Geral com relação aos povos coloniais e dependentes que buscavam independência e libertação".

As duas concessões feitas pelo Secretário-Geral talvez pareçam inócuas, à primeira vista. Nas Nações Unidas, porém, foram significativas. Atribuir os atos de terrorismo à injustiça e à frustração obviamente tende a escusar, se não justificar,

cional a estudar *primeiro* as causas fundamentais do terror e, depois, recomendar medidas para se lidar com os atos de terrorismo. Uma resolução de 1979 condenou pela primeira vez atos de terror, mas se referia aos Protocolos de 1977 para a Convenção de Genebra, que procuram dar aos grupos que travam guerras de libertação nacional a proteção das leis de guerra. Finalmente, em dezembro de 1985, depois de nova série de atos terroristas, a Assembléia Geral aprovou uma resolução que "inequivocamente condena, como criminosos, todos os atos, métodos e práticas de terrorismo". Esta resolução contém várias cláusulas que pedem cooperação internacional contra o terrorismo. Ao mesmo tempo, porém, reafirma o inalienável direito de cada povo à autodeterminação e à legitimidade das lutas contra os regimes coloniais e racistas e outras formas de domínio estrangeiro. Os debates que precederam e seguiram a adoção desta resolução deixam claro que muitos estados continuam a acreditar que "guerras de libertação nacional" justificam ou escusam atos terroristas.

A ampla aceitação da premissa de que os atos terroristas podem ser legais na busca de objetivos adequados é uma inconfundível primeira lição. Os Estados Unidos, naturalmente, também reconhecem que se justifica, às vezes, que povos oprimidos recorram à força, mas somente se exercida adequa-

damente. Por exemplo: tais usos da força precisam estar em harmonia com as leis de guerra e não devem ser dirigidos contra civis inocentes, inclusive com a tomada de reféns, ou envolver tortura. Em contraste, os debates e as resoluções das Nações Unidas relacionados com o terrorismo não sugerem limites corretos para o uso da força ou qualquer base racional justa, para a determinação de quais os povos que têm o direito de travar guerras de libertação nacional. O resultado é um sinal claro para todos de que aqueles grupos considerados pela maioria como oprimidos estarão livres, legalmente, para usarem a força e, portanto, não podem, justamente, ser chamados de terroristas.

A legitimidade da violência política é uma noção que também tem avançado profundamente na imposição do Direito Internacional. A maioria dos países tem tratados que os obrigam a extraditar as pessoas acusadas de cometerem, em seu território, os crimes associados com terrorismo, como homicídio, seqüestro, lançamento de bombas, ataque armado e roubo. Contudo, freqüentemente os pedidos de extradição são rejeitados, muitas vezes porque o delito é caracterizado como conduta "política", que a lei isenta de extradição.

A reivindicação de "delito político" como defesa contra a extradição tem raízes nobres. Desenvolveu-se no período das revoluções francesa e norte-

americana e refletiu o valor que as novas democracias colocavam na liberdade política. Thomas Jefferson comentou, por exemplo, que "os lutadores mal sucedidos contra a tirania têm sido os principais mártires das leis sobre traição em todos os países". Naquela época, os delitos políticos eram associados com atos contra a segurança de um estado, como traição, espionagem e sedição.

O conceito logo se expandiu, porém, para os chamados delitos políticos relativos — crimes comuns cometidos num contexto político ou com motivação política. A garantia de asilo a revolucionários e às vítimas de revoluções era vista como esclarecida. Aquele foi o período durante o qual o governo republicano tornou-se, pela primeira vez, uma realidade generalizada. Mas a doutrina do delito político tem outro lado. Os Estados Unidos e outros países levaram em conta seus interesses particulares e seus ideais políticos ao formularem os lineamentos da doutrina. Isto levou a certas limitações do conceito de um delito político.

Um caso particularmente impressionante seguiu o assassinio de Abraham Lincoln. Apesar da natureza política do crime, os Estados Unidos procuraram e obtiveram garantias da Grã-Bretanha e da Itália para a captura, no exterior, de John Wilkes Booth, o assassino de Lincoln, que, no entanto, foi morto antes de fugir dos Esta-

dos Unidos, e de John H. Surratt, um dos suspeitos de serem conspiradores ligados a Booth. Surratt foi, realmente, capturado no Egito e mandado de volta aos Estados Unidos num navio de guerra norte-americano. A necessidade de proteger os chefes de estado foi reconhecida por outras nações também e é, agora, uma limitação amplamente aceita para a doutrina do delito político.

Há vários anos, os Estados Unidos têm estado dispostos a rever seus tratados com aliados democráticos para restringir a exceção do delito político e torná-la inaplicável aos crimes de violência e de violação das convenções antiterroristas. Em 1983, por exemplo, os Estados Unidos assinaram com a Itália um tratado revisto que restringiu a exceção do delito político para excluir, em certas circunstâncias, os delitos abrangidos por um acordo multilateral, como as convenções sobre tomada de reféns ou seqüestro de aviões. Os Estados Unidos e seu povo opõem-se a rebeliões, a revoluções e ao assassinio político nas democracias, já que seu sistema político oferece um meio pacífico para a busca de mudanças. Assim, os revolucionários não devem ser encorajados, numa democracia, pelo tratamento de seus atos violentos como conduta política aceitável. Não se deve permitir que uma doutrina nascida para refletir a crença dos Estados Unidos na liberdade sirva aos interesses daqueles que procuram impor

opiniões antidemocráticas pela força.

A lei contra a pirataria fornece outra ilustração de como o Direito Internacional tem deixado de controlar crimes motivados politicamente. O incidente do *Achille Lauro* apresentou a questão sobre se os atos dos seqüestradores constituíram pirataria "segundo a Lei das nações" e eram, portanto, crimes segundo a Lei dos Estados Unidos. Os seqüestradores roubaram dinheiro e jóias dos passageiros do navio, mas seus objetivos principais eram políticos. Estavam, supostamente, procurando cometer atos de violência em Israel, onde o navio devia aportar, e, depois de assumirem o controle, exigiram que Israel libertasse certos prisioneiros que havia aprisionado. Esta ação será "pirataria"?

A tradicional lei sobre pirataria poderia ter sido um veículo para a obtenção de jurisdição sobre os terroristas, com menos brechas quanto aos crimes políticos que as convenções recentes. A lei sobre pirataria é, há muito tempo, inaplicável aos navios estatais e aos beligerantes reconhecidos quando empenhados em atos de guerra legais. Aqueles que acreditavam que os beligerantes não deviam ser tratados como piratas raciocinaram que eles eram inimigos apenas de determinado governo, não da humanidade. Esta exclusão reconhecida continha uma limitação fundamental: só era aplicável se os insurretos se confinassem a devastações con-

tra os países com os quais estivessem em guerra. Quando indivíduos empenhados numa insurreição atacassem não beligerantes, a exclusão não se aplicaria e os rebeldes seriam tratados como piratas.

A lei moderna sobre pirataria pretende modificar significativamente estas normas tradicionais. A Convenção sobre o Direito do Mar das Nações Unidas, de 1982, e a Convenção de Genebra sobre o Alto-Mar, de 1958, definem a pirataria como qualquer ato ilegal de violência, detenção ou depredação cometido contra um navio "para fins privados". O requisito de fins privados foi usado deliberadamente para excluir os atos com motivos públicos e políticos. A abordagem destas duas convenções contraria substancialmente o alcance da lei sobre pirataria. O requisito de fins privados expandiria a tradicional exclusão de "insurreição" para cobrir todas as pessoas que afirmassem estar motivadas politicamente. Além do mais, a tradicional limitação da exclusão aos atos cometidos contra um país com o qual os insurretos estejam em guerra parece ter sido deixada de lado, ou abandonada. Como resultado, as convenções, discursivamente, colocam todos os atos de motivação política fora da jurisdição universal dos estados soberanos.

O requisito de fins privados mina algumas conquistas positivas contidas nas duas convenções. Ambas contêm um artigo que dispõe que "todos os esta-

dos cooperarão no maior grau possível na repressão da pirataria" e a introdução da Convenção de Genebra sobre o Alto-Mar declara que "qualquer estado que tenha a oportunidade de tomar medidas contra a pirataria e deixar de fazê-lo estará faltando a um dever que lhe é imposto pelo Direito Internacional". Mas, ao restringirem a definição de pirataria, estas convenções excluem do dever internacional de reprimir a pirataria "no maior grau possível" todos os ataques de motivação política a navios e aviões.

Os grupos radicais responsáveis por atos terroristas procuram legitimidade há longo tempo por meio da garantia de reconhecimento como combatentes segundo as leis de guerra. O esforço dos grupos radicais para adquirirem legitimidade teve significativo êxito na Conferência Diplomática de Genebra sobre a Reafirmação das Leis Humanitárias Internacionais Aplicáveis num Conflito Armado, que se reuniu entre 1974 e 1977. A conferência produziu dois protocolos adicionais às convenções de Genebra de 1949: o Protocolo I, que lidava com o conflito armado internacional, e o Protocolo II, com o conflito armado não internacional. Os Estados Unidos participaram da conferência de Genebra e assinaram os protocolos, mas o Presidente Reagan decidiu não buscar a ratificação do Protocolo I pelo Senado e decidiu também apresentar várias reservas e interpretações como

condições para a ratificação do Protocolo II.

A conferência desenvolveu muitas idéias construtivas para ajudar a reduzir ao mínimo o sofrimento dos combatentes e não combatentes nos conflitos armados. Mas desde o começo da conferência se realizou um esforço para se ampliar a lei sobre os conflitos armados internacionais a fim de que ela abrangesse as atividades dos grupos radicais, muitos dos quais receberam a condição de observadores. A conferência adotou em sua primeira sessão o que é agora o Artigo 1 (4) do Protocolo I, com onze das 99 nações, inclusive os Estados Unidos, se abstendo. Este artigo tornaria as leis sobre os conflitos armados internacionais aplicáveis aos "conflitos armados nos quais as pessoas estivessem lutando contra o domínio colonial e a ocupação estrangeira e contra os regimes racistas, no exercício do direito de autodeterminação". Nunca antes a aplicabilidade das leis de guerra tinha sido voltada para os objetivos pretendidos num conflito. Além do mais, esta disposição suprimiu a tradicional distinção entre conflito armado internacional e não internacional. Qualquer grupo que dentro de uma fronteira nacional afirme estar lutando contra um domínio colonial, uma ocupação estrangeira ou um regime racista pode agora argumentar que está protegido pelas leis de guerra e que seus membros têm direito à condição de prisioneiros de guerra por seus

atos, que de outra forma seriam criminosos.

O reconhecimento das guerras de libertação nacional pelo Protocolo I recebeu um reforço retórico e simbólico no que se pensaria ser um lugar bem improvável: a Convenção Contra a Tomada de Reféns, das Nações Unidas. A convenção, adotada pela Assembléia Geral em 1979, torna criminosa a tomada de reféns, exige que as nações promulguem legislação executora e impõe uma obrigação de extradição ou processo, partes da convenção. Uma disposição extraordinária impede a extradição quando é provável que o suspeito seja tratado injustamente, oferecendo, assim, pronto pretexto para a recusa de extradição. Mas permanece a obrigação do processo. De um modo geral, a convenção estabelece valioso esquema para o combate à tomada de reféns por terroristas, objetivo que o Conselho de Segurança das Nações Unidas reafirmou em 8 de dezembro de 1985 com a adoção de uma resolução que condenou inequivocamente todos os atos de tomada de reféns e seqüestro.

Um exame da história da negociação da Convenção Contra a Tomada de Reféns revela, porém, a profunda divisão a respeito da propriedade dos atos terroristas. Logo de saída, vários países procuraram excluir da convenção a tomada de reféns por movimentos de libertação nacional. Alguns estados foram mais longe e procuraram

não somente isentar tais movimentos como também definir a tomada de reféns para incluir o ato de sujeitar pessoas ao colonialismo, racismo ou domínio estrangeiro. Em outras palavras, todas as pessoas que vivessem num país determinado a ter um governo racista seriam consideradas reféns e o governo um tomador de reféns.

Estas propostas radicais acabaram rejeitadas durante a sessão de 1979. Os defensores da violência política conquistaram, porém, significativa vitória. As nações que se opuseram à exclusão dos movimentos de libertação da cobertura da convenção foi pedido que aceitassem uma referência, no Protocolo I das convenções de Genebra de 1949, ao tratamento dos lutadores pela libertação nacional como combatentes. Os estados que procuraram a aprovação desta disposição conseguiram usar a Convenção Contra a Tomada de Reféns para conquistarem uma vitória retórica e política. Podem agora argumentar que a estrutura e a linguagem de parte da convenção representam certo grau de aceitação de que os membros dos movimentos de libertação nacional são combatentes, não terroristas, já que a tomada de reféns por tais movimentos está coberta pelas leis de guerra e excluída da convenção.

Nem todos os esforços diplomáticos para eliminar o terrorismo têm sido tão negativos quanto os citados. Em 1973, por exemplo, a Assembléia Geral

das Nações Unidas adotou a Convenção sobre a Prevenção e a Punição dos Crimes Contra as Pessoas Protegidas Internacionalmente, inclusive os Agentes Diplomáticos, e mais de 60 nações são partes, atualmente, inclusive os Estados Unidos. A convenção define uma classe de pessoas protegidas internacionalmente e requer que os governos considerem criminosos certos atos violentos dirigidos contra tais pessoas ou sua propriedade e extraditem ou processem os suspeitos de crime encontrados em seu território. O texto da convenção é não polêmico e sua cobertura é relativamente ampla — o que não surpreende quando se compreende que ela foi redigida, negociada e adotada por seus principais beneficiários: os diplomatas.

O que é surpreendente, porém, é como as negociações estiveram perto do descarrilamento e a falta de consenso fundamental que as discussões refletiram.

Uma comissão das Nações Unidas começou a considerar a minuta da convenção sobre as pessoas protegidas, em 4 de outubro de 1973. Em 15 de novembro, quando havia sido alcançado acordo sobre a maioria das disposições, um delegado propôs um artigo que pegou de surpresa muitas outras delegações. O artigo teria tornado a convenção sobre as pessoas protegidas inaplicável às "pessoas que lutam contra o colonialismo, o domínio estrangeiro,

a ocupação estrangeira, a discriminação racial e o *apartheid* no exercício de seus legítimos direitos a autodeterminação e independência". A verdade brutal é que, por implicação, o artigo proposto defende que o direito de autodeterminação inclua o direito de cometer atos violentos contra diplomatas.

Esta posição era inaceitável para os Estados Unidos assim como para outros países. Acabou sendo rejeitada depois de intensas negociações nos bastidores. Nem mesmo uma questão tão aparentemente neutra como a proteção de diplomatas deixou de escapar à divisão política que impregna a comunidade mundial a respeito das questões sobre o uso apropriado da violência.

O Direito Internacional regulamenta o uso da força por um país nos territórios de outros estados, seja para capturar ou atacar terroristas, seja para resgatar reféns localizados ali, ou contra os próprios estados por patrocinarem terroristas ou conspirarem com eles em atividades terroristas específicas. De um modo geral, uma nação talvez não entre no território de outra sem seu consentimento. Similarmente, um estado talvez não detenha, aborde, desvie navios ou aviões de outro estado, ou não interfira de outra forma neles, sem alguma base adequada. Finalmente, o uso de força contra a integridade territorial ou a independência política de outro país é proibido, exceto como autodefesa, e qual-

quer uso da força precisa ser tanto necessário quanto proporcional à ameaça que representa.

Estes princípios têm sido respeitados pelos Estados Unidos. Se, porém, fossem aplicados de tal maneira que impedissem qualquer uso da força para qualquer fim, o Direito Internacional serviria para isolar os autores de violência internacional de qualquer controle ou punição por seus crimes.

O princípio da soberania territorial não é o único princípio de Direito que precisa ser pesado na consideração das objeções contra ataques a terroristas, tentativas de resgate de reféns e ações contra países que patrocinam o terrorismo. Os estados têm o dever de cooperar para impedir que os terroristas usem seus territórios para perpetrarem atos criminosos e muitos governos têm se empenhado explicitamente em extraditar ou processar terroristas culpados de seqüestro, sabotagem e tomada de reféns. De acordo com a carta das Nações Unidas, do mesmo modo que o Direito Internacional consuetudinário, as vítimas do terrorismo não estão privadas do direito de defender-se. A Carta reafirma o direito inerente de usar a força, em autodefesa individual ou coletiva, contra um ataque armado.

Desde o tempo do Presidente James Madison, os Estados Unidos vêm agindo repetidamente contra bandos armados que têm atacado norte-americanos e depois fugido, procurando abrigo em países vizinhos não

dispostos a impedir ou punir seus atos, ou impotentes para fazê-lo.

Como disse o Secretário de Estado George Shultz, na luta contra o terrorismo assim como na luta para deter a agressão. . .

... A Lei é uma arma no nosso lado e cabe a nós usá-la em seu grau máximo. . . Um estado que apóia ataques terroristas ou subversivos contra outro estado, ou que apóia ou encoraja o planejamento e outras atividades terroristas dentro de seu próprio território, é responsável por tais ataques. Tal conduta pode significar uma real agressão armada ao outro estado, de acordo com o Direito Internacional.

Algumas autoridades públicas e alguns especialistas em Direito Internacional têm questionado a premissa de que o abrigo e o apoio a terroristas que atacam uma nação é uma forma de agressão. Outros sugerem que não deve ser usada a força contra um governo que patrocina atos terroristas. Os Estados Unidos nunca aceitaram tal opinião, paralisadora do direito de agir em autodefesa. Existe forte apoio jurídico para a posição dos Estados Unidos a respeito destas questões, como está refletido nos princípios universalmente reconhecidos da lei sobre conspiração e em várias resoluções das Nações Unidas, inclusive a Declaração de Relações Amistosas e a Definição

de Agressão das Nações Unidas. Aqui, como em outras áreas, estados e indivíduos opostos às políticas dos Estados Unidos, ou ao uso da força em geral, estão invocando a Lei como uma máscara para seus interesses políticos.

Não se pode esperar, razoavelmente, que a Lei, tal como está formulada presentemente, reprima efetivamente o terrorismo internacional. O terrorismo internacional ainda é apoiado por muitas nações como um meio legítimo de luta contra regimes considerados por elas como coloniais, estrangeiros ou racistas. Por insistência destes estados, e com a aquiescência de outros, o Direito Internacional tem sido, sistemática e intencionalmente, moldado para dar tratamento especial a estas atividades, causadoras e fonte da maioria dos atos de terror internacional, ou deixá-las sem controle legal.

O fato de o Direito Internacional deixar de controlar o terrorismo é matéria de grande preocupação estratégica. Os métodos ineficazes para lidar com os terroristas pela Lei levarão, inevitavelmente, a ações antiterroristas mais primitivas e perigosas do que o seriam com a cooperação entre os estados soberanos, inclusive ações militares convencionais de autodefesa. Estes perigos são especialmente acentuados com o terrorismo apoiado por estados.

As nações e os povos civilizados não podem renunciar à Lei, por mais frustrados que pos-

sam sentir-se diante de suas deficiências. De fato, a essência deste ensaio é que a Lei não está sendo usada presentemente para enfrentar o terrorismo: tem-se colocado em grande medida a serviço daqueles que abraçam a violência política. Nosso desafio é criar entre os povos e os governos uma compreensão mais ampla para que ocorra uma mudança nos objetivos a que o Direito Internacional está destinado a servir.

PENSAMENTOS SOBRE TERRORISMO

"O terrorismo internacional é uma séria e crescente ameaça para os Estados Unidos e o mundo. Está se tornando cada vez mais freqüente, indiscriminado e apoiado pelo Estado. Os Estados Unidos são um alvo fundamental porque temos extensa presença oficial e comercial no exterior: nossos cidadãos e nossas instalações são acessíveis ao público; nossas políticas, nossos valores e nossa cultura têm a oposição direta de muitos grupos terroristas; e os governos moderados favoráveis ao Ocidente que apoiamos são, freqüentemente, aqueles que os terroristas estão procurando desestabilizar.

De 1975 até 1985, registraram-se mais de 6.200 incidentes terroristas no mundo inteiro, deixando cerca de 4.700 mortos e mais de 9 mil feridos. Durante 1985, o Governo dos Estados Unidos contou cerca de 812 in-

cidentes terroristas internacionais, mais de 30 por cento acima do nível de 1984 e 55 por cento acima da média dos cinco anos imediatamente anteriores. Dos incidentes terroristas de 1985, cerca de 45 por cento ocorreram no Oriente Médio, 25 por cento na Europa, cerca de 15 por cento na América Latina e os restantes 15 por cento em outras regiões. O total das baixas em 1985 foi de 2.223 (com 926 mortos). Nos primeiros três meses de 1986, registraram-se 162 baixas, com a França detendo a maior parte, 47. Esse ano também viu sensível elevação no terrorismo apoiado pelo Estado... Os terroristas estão cada vez mais dispostos a usar métodos mais violentos."

Departamento de Estado dos EUA
Gist, junho de 1986

"Como acontece frequentemente com os termos controversos, *terrorismo* raramente é definido explicitamente. O terrorismo é uma espécie de guerra, e pode ser usado como uma estratégia subordinada dentro de guerras que de outra forma seguem os padrões militares tradicionais. A singularidade do terrorismo reside no uso que ele faz da força armada contra alvos que seriam excepcionais ou uma aberração nas operações militares regulares, com resultados que têm pouco a ver com a tradicional necessidade militar. O terrorismo é, usualmente, realizado por pequenos grupos, dirigido contra alvos escolhidos

por sua potencialidade de efeito de choque em vez de por sua utilidade militar. Seu propósito é criar um ambiente de temor, apreensão e perda de confiança nos sistemas de segurança existentes, de modo que eles enfraqueçam e apresentem a probabilidade de entrar em colapso."

William V. O'Brien
Professor de Ciência Política
Universidade Georgetown

"Só há limitada variedade de opções à mão para enfrentar o terrorismo internacional e, acima de tudo, o envolvimento estatal no terrorismo internacional. Todas as opções conflitam, em graus variados, com objetivos de política exterior, econômicos ou de política doméstica." Como disse o Secretário de Estado Shultz: "As sanções econômicas e outras formas de pressão impõem custos às nações que as aplicam, mas serão necessários alguns sacrifícios para solucionarmos o problema. A longo prazo, acredito, terá sido um preço baixo a pagar."

Robert Grant
Membro do Projeto de Política
sobre Terrorismo Internacional do
Conselho Atlântico dos Estados Unidos

"Desde os tempos medievais, os filósofos reconhecem a distinção entre *jus ad bellum*, a justiça da guerra, e *jus in bello*, justiça na guerra. O terrorismo é mais uma estratégia civil do que aquilo que comumente chamamos de guerra, mas a distinção permanece significativa nesta arena também. A realidade mo-

ral da guerra divide-se em duas partes logicamente independentes. Fazemos julgamentos a respeito das questões mais amplas de agressão e autodefesa; mas, empregando um cálculo separado, fazemos julgamentos a respeito da observância ou violação das regras de combate costumeiras e positivas. Do mesmo modo, precisamos manter distintos nossos sentimentos a respeito da causa do terrorista, por um lado, e dos meios ilegítimos que ele usa para fazer progredir aquela causa, por outro. Dito simplesmente, o assassinio a esmo de gente inocente é *sempre* terrorismo, mesmo quando perpetrado por representantes dos povos mais oprimidos da face da Terra."

Irving R. Kaufman
Juiz do Tribunal Itinerante dos EUA

"Só há uma área de acordo amplo a respeito do terrorismo: os Estados Unidos e seus aliados são contra ele — tanto que "declaramos guerra" aos terroristas. Fora truismos a respeito da necessidade de cooperação internacional, nenhum consenso se estabeleceu. De fato, poucos podem concordar sobre uma definição de terrorismo. Mas conhecemos, realmente, algumas de suas características. Ele é uma extorsão política que emprega a violência ou a ameaça de violência. Tais extorsões se dirigem, usualmente, contra nações grandes. O objetivo usual é desestabilizar, fazer um governo democrático parecer impotente e ampliar estes efeitos

através das maravilhas eletrônicas da televisão. Em suma, terrorismo é teatro."

Robert H. Kupperman
Consultor do Centro de Estudos
Estratégicos e Internacionais

"Mas o que é terrorismo? Como pejorativa, a palavra pode ser uma arma política, e é usada assim no debate internacional. Se uma das partes pode atribuir com êxito o rótulo de *terrorista* a seu oponente, então persuadiu indiretamente outros a adotarem seu ponto de vista imoral.

Isto levou ao clichê de que o terrorista para uma pessoa é o combatente da liberdade para outra. A expressão implica que não pode haver uma definição objetiva de terrorismo, de que não há padrões universais de conduta na paz ou na guerra. Embora se reconhecendo a diversidade de opiniões sobre terrorismo, é preciso que nos oponhamos a este clichê.

A maioria das nações identificou, através da Lei, formas de conduta que são criminosas, entre elas o homicídio, o seqüestro, as ameaças à vida, a destruição obstinada da propriedade. Até mesmo a guerra tem regras que põem fora da lei o uso de certas táticas.

Se o terrorismo é definido pela natureza do ato, e não pela identidade dos perpetradores ou pela natureza de sua causa, então se torna possível uma definição objetiva de terrorismo. Todos os atos terroristas são crimes. Muitos seriam também

violações das regras de guerra, se existisse estado de guerra. Todos envolvem violência ou ameaça de violência, frequentemente conjugada com reivindicações específicas. Os alvos são, principalmente, civis. Os motivos são políticos. As ações, geralmente, destinam-se à obtenção do máximo de publicidade. Os perpetradores são, usualmente, membros de um grupo organizado e, diferentemente dos outros criminosos, com frequência reivindicam crédito pelo ato. (Esta é uma verdadeira marca do terrorismo.) E, finalmente, é intrínseco a um ato terrorista que ele, geralmente, tencione produzir efeitos psicológicos bem além do dano físico imediato. Um terrorista para uma pessoa é terrorista para todas as pessoas."

Brian Jenkins
Diretor de Programas, Segurança e
Conflito Subnacional
The Rand Corporation

"A essência do governo numa democracia constitucional é a proteção do cidadão, de seus direitos e de suas propriedades contra qualquer usurpação da liberdade ou da propriedade, seja pelo governo, por concidadãos ou por estrangeiros mandados para dentro do país com esse fim. O exercício da liberdade pelo cidadão é mais importante do que a preservação da perfeita ordem dentro da comunidade. De fato, a melhor ordem possível é aquela imposta pelos próprios cidadãos, que, ciosos de seus direitos, vêem boa razão

para protegerem os direitos dos outros.

A intenção do terrorista é romper a ordem, demonstrar que os direitos dos cidadãos e a sustentação da lei não contam quando medidos com aquilo que o terrorista se dedica a realizar. Tipicamente, o terrorista comete alguma atrocidade para mostrar seu desprezo pela humanidade e sua disposição de ser brutal. Depois, exige que o governo faça alguma coisa que não pode fazer legalmente ou que não tem poderes para fazer.

O que terrorifica são a crua impiedade com a qual as vítimas são tratadas e a evidente falta de temor do terrorista em matar e aceitar a morte. Assim, são demonstradas tanto a força do terrorista quanto a fraqueza do governo. Se o governo acede às exigências do terrorista a fim de obter a libertação de reféns, o governo é fraco; se o governo usa uma grande força para resgatar reféns e alguns são feridos ou mortos, o governo causou dano àqueles a quem devia proteger. O terrorista não se importa com o resultado, porque o governo se desacredita de qualquer maneira: a boa ordem é despedaçada e passa a dominar o temor em vez da razão."

Harold W. Rood
Professor de Estudos
Estratégicos Internacionais
Claremont McKenna College

"A batalha contra o terrorismo estatal internacional só pode ser travada pela cooperação in-

ternacional, não meramente no policiamento, mas na política. A simples declaração deste fato torna óbvio como ele é difícil. Quando as democracias se defrontam com um desafio sério, reagem acentuando suas discordâncias ou até mesmo acertando contas. Bem raramente se

unem contra o perigo que ameaça a todas elas. Os estados terroristas estão bem cientes disto e usam o fato com dupla vantagem, tanto causando dano às democracias quanto as dividindo ainda mais."

Jean-François Revel
Filósofo francês



POR QUE AS AÇÕES COMPLEMENTARES NAS FFAA?

Jorge Luiz Abreu do O'de Almeida

Quando se fala em operacionalidade das Forças Armadas, as chamadas Ações Complementares são postas em debate, havendo quem se posicione a favor de sua extinção.

Respondendo à pergunta-título deste artigo, o autor se propõe a justificar o valor dessas ações e, mais que isso, caracterizá-las imprescindíveis.

"... dia feliz, aquele em que se queimarem todos os arsenais, comemorando a Paz Universal!"

Paz é a esperança para seres pensantes e o objetivo maior, para militares. Mas, a realidade nem sempre é assim: tem-se de conviver com a insensatez, os interesses mesquinhos, os conflitos e até mesmo, com as diversas formas de guerra!

Assim que o Homem parou de caçar sozinho e procurou agrupar-se, logo sentiu necessidade de estabelecer regras de convivência, de mostrar autoridade e poder sobre o seu grupo, surgindo os primeiros desencontros e atritos, recorrendo, não

raro, ao emprego violento da força.

Depois, por ser eminentemente gregário, reuniu-se em comunidades e sociedades, que passaram a atuar para satisfazer seus interesses; dessa atuação, emergiram e cresceram os conflitos... e a História da Sociedade Humana transformou-se na própria História da Guerra.

É certo que os analistas ocidentais, embora reconhecendo constante o componente psicológico, sempre adotaram o "emprego da força" (bem codificado por Clausewitz, Mahan e Douhet), enquanto os orientais preferiam o "uso da sedução" (Sun tzu, Mao e Giap); entretanto, mesmo os ocidentais, os profes-

sores Cline e Conie, ao avaliarem o "Poder Perceptível de um País", utilizaram cinco indicadores mensuráveis, dentre os quais três são de natureza psicológica (concepção estratégica, vontade nacional e poder de persuasão). Daí, o valor e a necessidade de bem compreender-se aqueles fatores e os conflitos que deles derivam. É fácil reconhecer e compreender um conflito econômico (guerra econômica) ou um conflito político (guerra declarada) porém a chamada "guerra psicológica", deflagrada a partir de um conflito psicológico, talvez não seja tão fácil de ser reconhecida e compreendida.

A Guerra Psicológica não é nada nova! Na realidade, ela é mais velha que Job... Senão, veja-se o seguinte exemplo:

Na Mesopotâmia, em 3000 a.C., o Rei Emmerkar, de Erech, queria se apossar de Aratta; para isso, fez espalhar que era sanguinário e terrível; além disso, mandou suas tropas para desfilar frente a Aratta, interceptar as caravanas de víveres que para lá se dirigiam, e depois mandou oferecer ao povo daquela cidade, como prova de amizade, duas centenas de camelos, carregados de comida e jóias; mais tarde, propalou ao máximo, a incompetência do Rei de Aratta e, logo depois, o povo sofrido daquela cidade foi pedir que assumisse o Governo. Assim, ganhou o poder, com o apoio de uma guerra psicológica bem conduzida.

Os exemplos se repetem:

- Napoleão e os seus jornais;
- Lenin - "pela palavra e pela pena transforma-se a Guerra em Revolução".
- Ludendorff - "atacar a coesão anímica do povo... pois é quem decide...".
- Goebbels - "melhor criar e dirigir atitudes que tentar mudá-las...".
- Vishinsky - "não venceremos o Ocidente por meio da bomba Atômica. Nós o venceremos com algo que ele (o ocidente) não compreende: nossas cabeças, nossas idéias, nossa doutrina".

Afinal, "a Guerra baseia-se no engodo e o ideal consiste em quebrar a resistência do inimigo sem combater" (Liddell Hart), ... porque ... "a solução está no coração dos homens ... e sem conhecê-lo, sem primeiro conquistá-lo, vai-se depender sempre da fortuna das armas..." (de Saxe).

Tanto isso é verdadeiro, que Israel obteve quatro retumbantes vitórias militares, mas, a cada uma, distanciou-se mais de seu objetivo principal: faltou-lhe bem utilizar "recursos psicológicos que deveriam converter-se nos principais instrumentos militares, transformando os equipamentos mecânicos em coadjuvantes subsidiários" (Prof. Pena e Ecemar, 1975).

E no Brasil, onde "tentou-se

fazer esquecer a Santa Inquisição, falando em investigar a tortura institucionalizada dos 20 anos de ..." o que está sendo feito, enquanto a Comunicação de Massa, transformando o mundo numa aldeia global, amplia quaisquer efeitos, e se transforma em veículo, por excelência, da Guerra Psicológica.

Por conhecer (ou compreender) os horrores e os custos econômico-financeiros, as perdas humanas e, principalmente, os danos morais e éticos das guerras, o militar profissional deve estudar e se preocupar, mais que tudo, com o superar essa guerra psicológica (como também as demais) ou torná-la, ao menos, mais rápida e suportável possível.

Mas, o que se tem feito? Se já se consegue compreender a guerra psicológica em curso, o que tem sido realizado, em defesa da Nação? Como restringi-la e como se defender dela?

Essas e outras respostas não são difíceis, mas nenhuma delas é simples.

O Manual do aluno, do Instituto de Estudos Estratégicos britânico, entretanto, ao comentar o dito de Foch de quem "... *No war is like a previous war*", acrescenta e estimula "... *A flexibility of mind in assessing new ideas*". Esse manual, inevitavelmente, apresenta, como Princípios de Guerra, certos títulos inusitados na literatura castrense brasileira, tal como o da Manutenção do Moral.

Em torno desse Princípio de Guerra, muitas idéias poderiam

ser agregadas mas, sem qualquer dúvida, sob o ponto de vista da Nação, a eficiência, a prontidão para ação e os resultados obtidos pelas Forças Armadas muito ajudam para manter e elevar o moral.

Talvez-aí resida a verdadeira justificativa para as "Ações Complementares" realizadas no mundo, e em particular, no Brasil. Assim operando, as Forças Armadas conseguem se manter adestradas, cultivam uma boa imagem e, acima de tudo, cooperam com a Nação, seja em momentos de dor, seja ajudando seu desenvolvimento, seja, até, impondo novos padrões.

De modo genérico, "Ações Complementares" são as missões realizadas ou previstas para o serem, em proveito da comunidade nacional, regional ou setorial ou, até mesmo, de um indivíduo, em situação de emergência ou carente desse amparo. Na realidade, ao cumprir essas missões em proveito de terceiros, é provável que as Forças Armadas deixem de atender a outras, que seriam realizadas somente à guisa de seu adestramento. Assim, na maioria das vezes, as Forças Armadas apenas combinam e coordenam esforços, aumentando a utilidade do gasto que iriam realizar.

Desta forma, quando uma aeronave da FAB se desloca para resgatar um acidentado, sem condições de tratamento médico local e sem outra opção aérea disponível — a chamada Missão de Misericórdia — o faz sabendo

que, talvez, naquele mesmo momento, estivesse cumprindo outra missão de adestramento, num vôo de rotina e sem outra utilidade complementar; assim, atende àquela emergência, ao mesmo tempo em que se adestra.

De modo similar, quando o Navio Hospital Oswaldo Cruz, de nossa Marinha Brasileira, sobe a calha do Solimões ou do Negro ou do Tapajós, levando a assistência médica às populações desassistidas do interior amazônico, seus integrantes poderiam estar embarcados em outros navios, por exemplo, um Navio de Patrulha Fluvial (Na-PaFlu), se adestrando e se preparando exclusivamente para missões de segurança.

Enquanto efetivos da Engenharia Militar cooperaram na locação dos pilares da ponte Rio-Niterói, na demarcação do Distrito Federal ou de alguma reserva indígena, no levantamento e na edição de cartas geográficas, na construção de pontes, viadutos e túneis, na implantação de rodovias e de trechos ferroviários, talvez, estivessem realizando as mesmas operações que teriam de fazer para seus treinamentos específicos.

E, o que parece muito interessante, utilizando nesses mistérios, cursos mais reduzidos do que seriam utilizados por outros órgãos: quanto custaria aos órgãos da Saúde Pública comprar e manter em operação dois navios-hospitais, preparados para percorrer os rios amazônicos?

Quanto brasileiros poderão pagar um "socorro aéreo" para serem levados a algum hospital, após sério acidente? Ou quanto custaria ao Estado manter uma aeronave — ou várias — para remover acidentados? E o que seria mais simples: destinar algumas missões da FAB para atender ao Correio Aéreo Nacional ou criar uma estrutura para levar as malas postais aonde a aviação comercial não opera, por razões também comerciais?

Não seria muito mais oneroso aos cofres públicos que a Força Terrestre adestrasse a sua Engenharia fazendo fragmentos de estradas em algum campo de instrução ou ela, ao concluir um trecho de Rodovia do Plano Nacional de Viação, não está se adestrando, também, para sua missão normal numa guerra?

Sim, essas "Ações Complementares" são de grande valia para a Nação, pois, com elas, as Forças Armadas ajudam, cooperam e apoiam as comunidades brasileiras mais sacrificadas; com elas, as Forças Armadas aumentam sua aproximação do povo, do qual nunca se separam porque são o "povo de farda"; e, com elas, as Forças Armadas dão nova dimensão a gastos já prescritos por outras razões e, até, impõem determinados padrões — o primeiro nivelamento realizado no Brasil, utilizando a técnica do raio laser, foi realizado pela Engenharia Militar, ao locar os pilares e nivelar o tabuleiro da Ponte Rio-Niterói.

E quando a Nação Brasileira

resolveu socorrer povos irmãos, em seus momentos de grande dor, como por exemplo, após o terremoto ocorrido na cidade do México, além de remédios, agasalhos e comestíveis, transportados pela Marinha Brasileira, enviou, para cooperar nas operações de rescaldo, uma equipe de Salvamento do Exército e o Hospital de Campanha da FAB, que realizou milhares de atendimentos; em 1986, esse hospital voltava novamente a cooperar em São Domingos, amparando muitos necessitados.

Recentemente, a mesma equipe especializada do Exército foi acionada para dinamizar os trabalhos de rescaldo das áreas e demolição das edificações, atingidas pela radiação do Césio 137, tragicamente ocorrida em Goiânia; entre os contaminados, aqueles que sofreram maiores dosagens de radiação, foram transportados para o Rio de Janeiro, sob cuidados especiais, em aeronave da FAB e se encontram submetidos a tratamento altamente técnico, no Hospital Naval Marcílio Dias. Aqueles que não lograram sobreviver retornaram a sua terra natal, em urnas especiais, novamente transportados pela FAB.

Além das Ações Complementares já mencionadas, as Forças Armadas também prestam um serviço adicional, de valor incomensurável, ao cumprirem suas tarefas normais de adestramento de pessoal de formação de Reservas: anualmente, a par de instrução mili-

tar, elas aprimoram centenas de milhares de jovens conscritos, ministrando-lhes ensino profissional de elevado nível técnico, propiciando sua integração social como úteis cidadãos componentes da força de trabalho, proporcionando-lhe um adequado amparo de saúde e os devolvendo à sociedade, na maioria das vezes, como especialistas requintados.

E então, por que há quem se insurja contra as "Ações Complementares nas Forças Armadas"?

Basicamente, uns porque compreendem que aumentam, com elas, a admiração e o respeito que lhes devota o povo e com isso, sente distanciar mais a possibilidade de jogar o povo contra as suas Forças Armadas; outros, porque vêem se afastar o alvo preferido em sua guerra psicológica — o povo — que se sente, cada vez mais, amparado por suas Forças Armadas. Há também outro grupo que prefere o fim das Ações Complementares, por mesquinhos interesses comerciais.

E tanto isso é verdade que, durante o período de guerrilha urbana dos anos 60/70, o povo, voluntária e repetidamente, procurava as Forças Armadas para informar onde estavam homiziados os captores com embaixadores seqüestrados, onde se escondiam os líderes procurados ou se amoitavam covardes terroristas. Mesmo incitado, o povo nunca jogou "ovos e tomates podres" em suas Forças Armadas.

E por quê? Não será pelo respeito natural, amadurecido ao observar as Ações Complementares, realizadas pelo simples desejo de servir?

Ao contrário: enquanto muitos procuram prestigiá-las, apenas uns poucos tentam denegrir sua imagem; e se forem pesquisadas suas razões, logo serão encontradas explicações, geralmente sórdidas ... Há ainda aqueles que vislumbram, nas Forças Armadas, o último obstáculo a vencer para a implantação de sua ideologia espúria. E por isto, são contra o sucesso de suas Ações Complementares.

Hoje, vemos o mundo atravessar a Era Cristã de 2.000 anos, com apenas 250 anos de paz; e mesmo nesse período

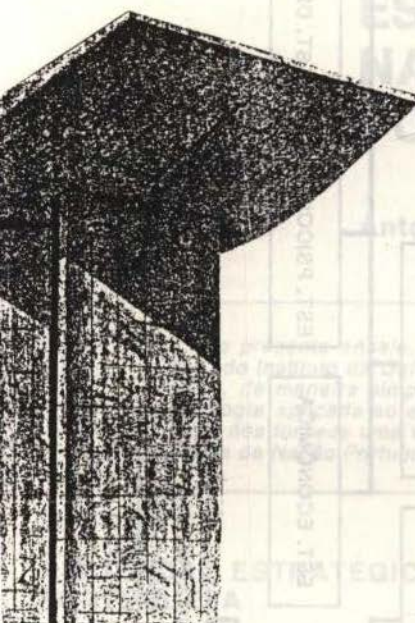
"chamado de paz", em nenhum momento, parou a "guerra não declarada", a sub-reptícia "guerra psicológica". Embora nosso País continue a crescer e tendo sido considerado por muitos anos como uma "ilha de tranquilidade", ela não parou, nunca parou: apenas, por falta de ambiência favorável, está mais "contida", como aliás, a sua irmã, a "Guerra Revolucionária Comunista".

E mais do que nunca, as Ações Complementares são importantes, porque possibilitam uma constante atividade criadora, um adestramento continuado, uma aproximação maior da comunidade e, acima de tudo, a certeza de bem servir ao País.



Cel Eng JORGE LUIZ ABREU DO O' DE ALMEIDA – Oficial de Engenharia pela AMAN, cursou a EsAO e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Estudou Gerenciamento Econômico-Industrial da Segurança Nacional no Industrial College of the Armed Forces (Fort MAC NAIR) nos EUA e Altos-Estudos de Política e Estratégia na ESG. Recebeu as condecorações Ordem do Mérito Militar – Grau de Cavaleiro e Ordem do Mérito Mauá – Comenda da Cruz de Mauá. Atualmente é Adjunto da Divisão de Assuntos de Mobilização na ESG.

memória de um passado glorioso
 urge a construção
 um futuro tranqüilo.



E este futuro está chegando as suas mãos
 É o Fundo de Apoio à Moradia - FAM

**TABELA DE
 DEPÓSITOS**

**OPÇÃO "A"
 COBERTURA BÁSICA + CÔNJUGE**

**OPÇÃO "B"
 COBERTURA BÁSICA + CÔNJUGE + IPD + IPA + IEA**

POSTO OU GRADUAÇÃO	CÓDIGO DO PST/GRAD	DESCONTO	POUPANÇA	PRÊMIO	CAPITAL SEGURO (*)	DESCONTO	POUPANÇA	PRÊMIO	CAPITAL SEGURO (*)
Alte Esg/Gen Ex/Ten Brig	01/02	16,028,16	12,021,12	4,007,04	11,516,200,00	26,565,48	19,924,11	6,641,37	11,516,200,00
V Alta/Gen Div/Maj Brig	03	14,994,24	11,245,68	3,748,56	10,773,400,00	24,851,72	18,638,79	6,212,93	10,773,400,00
C Alta/Gen Bda/Brig	04	13,443,08	10,082,31	3,360,77	9,658,900,00	22,280,80	16,710,60	5,570,20	9,658,900,00
CMG/Cel	05	9,823,88	7,367,91	2,455,97	7,058,500,00	16,282,20	12,211,65	4,070,55	7,058,500,00
CF/Ten Cel	06	8,789,84	6,592,38	2,197,46	6,315,500,00	14,568,32	10,926,24	3,642,08	6,315,500,00
CC/Maj	07	7,755,72	5,816,79	1,938,93	5,572,500,00	12,854,48	9,640,86	3,213,62	5,572,500,00
CT/Cap	08	5,687,56	4,265,67	1,421,89	4,086,500,00	9,426,56	7,069,92	2,356,64	4,086,500,00
1º Ten	09	4,136,44	3,102,33	1,034,11	2,972,000,00	6,855,88	5,141,81	1,713,97	2,972,000,00
2º Ten	10	3,619,48	2,714,61	904,87	2,600,600,00	5,998,88	4,499,16	1,499,72	2,600,600,00
GM/Asp C/Subten	11/18	3,361,04	2,520,78	804,26	2,414,900,00	5,570,44	4,177,83	1,392,61	2,414,900,00
1º Sgt	19	3,102,44	2,326,83	775,61	2,229,100,00	5,142,04	3,856,53	1,285,51	2,229,100,00
2º Sgt	20	2,585,36	1,939,02	646,34	1,857,600,00	4,284,92	3,213,69	1,071,23	1,857,600,00
3º Sgt	21	2,068,48	1,551,36	517,12	1,486,200,00	3,428,00	2,571,00	857,00	1,486,200,00
Tail (Mar/Ex/Aer)	28/30/31	1,292,84	969,63	323,21	928,900,00	2,142,84	1,607,13	535,71	928,900,00
Cabo	22	1,034,36	775,77	258,59	743,200,00	1,714,24	1,285,68	428,56	743,200,00
ALEFS/Sd	24/27	362,36	271,77	90,59	280,400,00	600,06	450,06	150,02	280,400,00

VALORES ATUALIZADOS COM O REAJUSTE DE VENCIMENTOS DE MARÇO 88 (16,19%), VIGÊNCIA EM ABRIL/88.

- IPA - INVALIDEZ PERMANENTE (TOTAL OU PARCIAL) DECORRENTE DE ACIDENTE

- IPD - INVALIDEZ PERMANENTE POR DOENÇA

- IEA - INDENIZAÇÃO ESPECIAL POR ACIDENTE

VALORES EM CR\$

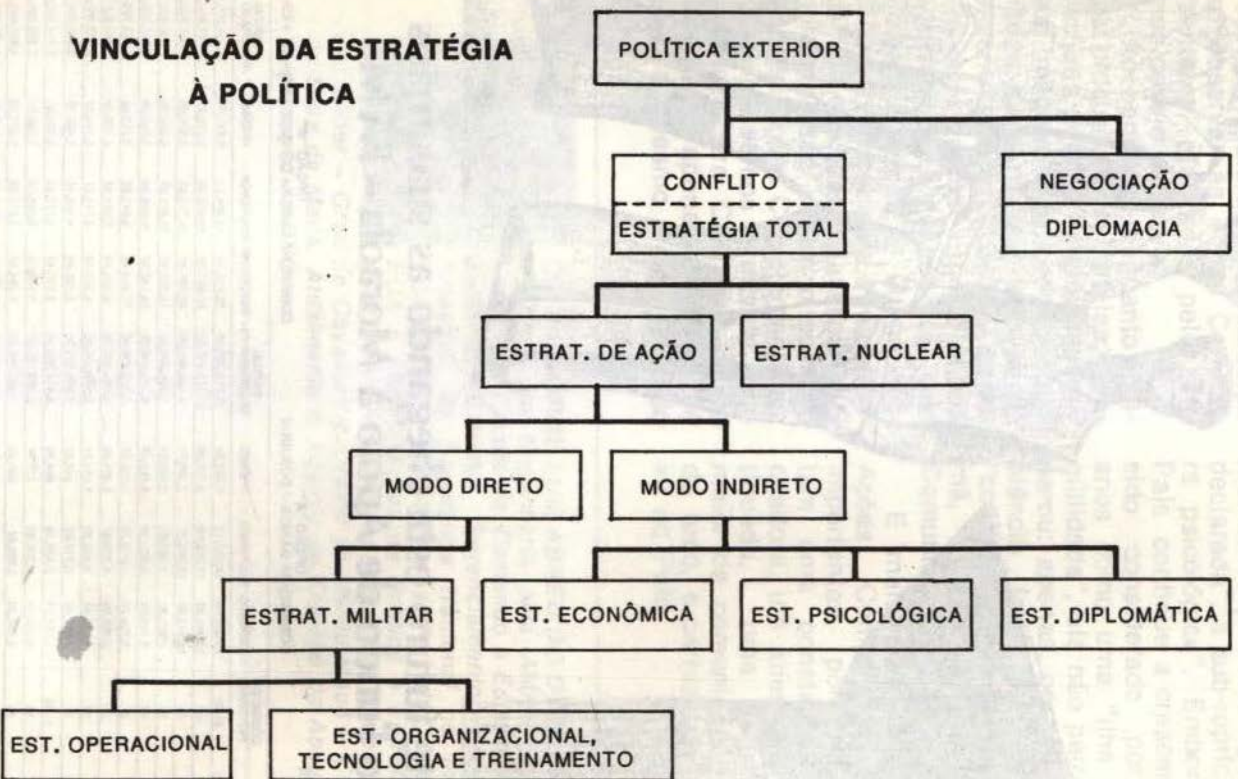
Consulte o Representante da FHE nas Unidades do Exército de sua Guarnição



FUNDAÇÃO HABITACIONAL DO EXÉRCITO

Por motivo de incorreção, republicamos o quadro constante da página 36, relativo à matéria Estratégia Operacional, de Obino Alvaes, publicado no nº 734, Nov/Dez 87, da revista A Defesa Nacional.

Estratégia operacional



**VINCULAÇÃO DA ESTRATÉGIA
À POLÍTICA**



ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE ESTRATÉGIA NAVAL PORTUGUESA

Antonio C. Fuzeta da Ponte*

No presente ensaio, transcrito da revista "Nação e Defesa", do Instituto da Defesa Nacional de Portugal, o autor percorre, de maneira simples e objetiva, os passos de uma metodologia aplicada ao estabelecimento de uma estratégia naval e nos fornece uma visão panorâmica da conjuntura estratégica da Nação Portuguesa.

A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA PORTUGUESA

Antes de se abordar o conceito estratégico naval no momento atual, julga-se de interesse definir alguns fatores que se nos afiguram ajudar a caracterizar a situação estratégica de Portugal e a identificar a evolução dessa situação num passado recente.

A primeira consideração que nos ocorre é de ordem histórica

A nação portuguesa caracterizou-se, sempre, por uma vinçada natureza marítima. Foi essa condição marítima e atlântica que ajudou, logo desde o início da nacionalidade, a que Portugal começasse a se distinguir do resto da Península Ibérica e que determinou, aliás, a assimetria do litoral em relação ao interior, que ainda hoje perdura. Foi também na sequência lógica desse desenvolvimento litoral que Portugal completou a sua expansão, primeiro na reconquista do território peninsular

Antonio C Fuzeta da Ponte é Contra-Almirante da Marinha Portuguesa. Seu artigo foi escrito em 3 de abril de 1986.

aos mouros, mais tarde no alargamento do seu território às ilhas do Atlântico Norte, o que lhe trouxe condições de viabilidade face ao seu poderoso vizinho espanhol.

Ao acrescentar a Madeira e os Açores ao território Continental, Portugal adicionou inequivocamente uma componente atlântica à sua inicial condição europeia. Estruturou-se assim o País numa base euro-atlântica que, daí em diante, o projetou como potência marítima nas quatro partes do mundo e lhe conferiu uma identidade própria, *sine qua non* da independência do seu povo.

De fato, não podemos esquecer que Portugal tem fronteiras terrestres somente com a Espanha, que é cinco a seis vezes superior em área, recursos, população, potencial económico e financeiro. Não foi na Europa continental que os portugueses conseguiram ir buscar o apoio necessário ao equilíbrio da formidável atração centrípeta deste seu único vizinho. Esse apoio — antes como agora — tiveram que ir buscá-lo ao mar oceano, ao Atlântico; ao “mar decisivo”, na eloquente expressão do professor Borges de Macedo.

Enquanto Portugal conseguiu se afirmar como forte potência marítima — a partir da época dos Descobrimentos e nomeadamente nos reinados de D. João II e D. Manuel I — conseguiu prosseguir livremente a sua própria política, sem qualquer dependência ou subordina-

ção a outras nações. Foi neste período que, por exemplo, Portugal negociou com a Espanha o famoso Tratado de Tordesilhas, pelo qual as duas grandes Nações marítimas de então estabeleceram, pacificamente, as suas esferas de ação mundiais. Foi também neste período que Portugal transferiu o centro de gravidade do mundo do Mediterrâneo para o Atlântico.

Quando, a partir dos fins do século XVI, se perdeu a capacidade de continuar a manter o poder marítimo próprio, necessário ao domínio do mar, Portugal passou a ter que se apoiar em nações cujo poder lhe assegurasse a liberdade dos mares, com vista à defesa dos seus interesses vitais. Passou a recorrer-se assim ao apoio da potência marítima predominante e a formas de aliança bilateral, acordo regional e/ou associação coletiva com nações detentoras desse domínio. Ilustram bem esta asserção a célebre aliança bilateral com o Reino Unido, hoje a aliança mais antiga que ainda perdura no mundo e, a nível multilateral, a entrada de Portugal na OTAN, logo no início desta aliança, como membro fundador, em que se integrou de imediato no SACLANT (Supreme Allied Command Atlantic), comandado essencialmente marítimo e atlântico e não no SACEUR (Supreme Allied Command Europe), este de características predominantemente continentais.

O segundo fator que passarei a abordar é de ordem geográfica

Geograficamente, Portugal apresenta semelhanças com um arquipélago, formado pelos Açores, Madeira e Continente, este separado da Europa por uma faixa de rarefação de populações e atividades económicas ao longo da fronteira com a Espanha.

Não é demais evidenciar a importância geoestratégica do já chamado "Triângulo Português", embora a sua divulgação seja, hoje em dia, bastante ampla. O primeiro ponto a assinalar e sublinhar é que, do ponto de vista nacional, é a configuração geográfica desse triângulo, disperso pelo Atlântico, que permite a defesa em profundidade do nosso território. Na realidade, qualquer das suas três parcelas é, só *de per si*, bastante vulnerável e sem capacidade de defesa avançada. É o mar que vem acrescentar essa indispensável dimensão, unindo esses três territórios dispersos e que vem atribuir ao conjunto atlântico dos três uma força superior ao mero somatório das três parcelas terrestres tomadas separadamente.

Quer isto dizer que todo esse vasto triângulo atlântico dispõe de um espaço que só será submetido quando forem vencidos e dominados os três vértices, todos os três vértices, do mesmo triângulo. Assim, dispomos hoje, como dispúnhamos no passado, de espaço amplo para

defesa em profundidade e para capacidade de manobra. Isto é, Portugal, se o quiser, não estará derrotado somente porque um agressor vindo por terra chega à linha de costa ou porque um agressor vindo do mar chega à fronteira de terra peninsular.

Aliás, os arquipélagos do Atlântico Norte já permitiram, no passado, a organização da defesa do País por forma escalonada, a partir de cada um deles, possibilitando a intercepção e aniquilamento das forças adversas, o que ressalta bem dos seguintes fatos históricos:

- O baluarte de resistência que constituiu a ilha Terceira, durante cerca de 3 anos, aos espanhóis e à ocupação dos Açores pelos ingleses.
- Durante as lutas liberais, a Terceira foi novamente o bastião de defesa contra os assaltos das forças navais miguelistas e inglesas e utilizada como ponto de partida para a ação no Continente, concretizada com o desembarque no Mindelo.
- Base estratégica, na Madeira e Porto Santo, para as esquadras de proteção à navegação comercial de interesse nacional.

Finalmente, é o próprio mar que permite alargar, para além das fronteiras territoriais de cada uma das parcelas do território nacional, a defesa em profundidade e escalonada de cada uma e de todas elas. O segundo ponto que interessa realçar, do ponto de vista geográfico, é

que, na área marítima do triângulo português, confluem cerca de 400 navios por dia, transportando aproximadamente 2/3 do petróleo e outra importante tonelagem de matérias-primas que se destinam à Europa, provenientes do golfo Pérsico, África, Pacífico e América do Sul.

Esta área, para além de importante encruzilhada atlântica, como vimos, é também zona de aproximação e de controle do estreito de Gibraltar, para acesso ao Mediterrâneo, onde cruzará praticamente toda a navegação de reforço e reabastecimento do flanco Sul da Europa em caso de tensão ou de guerra. Esta dupla condição marítima de Portugal situado, a um tempo, no mar aberto atlântico e no mar de acesso ao Mediterrâneo, confere posição privilegiada aos arquipélagos dos Açores e da Madeira para vigilância e controle aeronaval da área, bem como para condução de operações navais e áreas de proteção à densa navegação que percorre as linhas de comunicação marítimas que aqui confluem, indispensáveis ao abastecimento do Ocidente e, em particular, ao reforço e reabastecimento da Europa vindo dos EUA através do Atlântico Norte.

As ilhas da Madeira e Porto Santo, em frente à costa Noroeste da África, constituem, além disso — e como atrás se acentuou —, uma posição excepcional, dado dominarem a entrada do Mediterrâneo e constituírem a primeira linha de con-

tenção de qualquer ameaça proveniente de Sul.

Enfim, Portugal continental, no extremo Oeste da Europa, está na primeira linha por onde se poderá processar o envolvimento do Continente. Acresce ainda que o porto de Lisboa, pelas suas dimensões, apetrechamento portuário e estaleiros navais, representa um excelente ponto de apoio naval, sendo também importante para *staging area* e para o *sea-lift* no âmbito do reforço da Europa.

O terceiro ponto a realçar é que, para além do que atrás já foi dito sobre a geografia, a posição dos arquipélagos portugueses, em especial o dos Açores, constituem posições geográficas que diria indispensáveis nos conceitos de defesa avançada e de projeção de poder dos EUA. É de resto bem conhecida, devido a fatos ocorridos ainda não há muito tempo, a importância dos Açores num cenário de conflito verificado fora da área da OTAN, nomeadamente no Oriente Médio.

A neutralização ou ocupação da Madeira ou dos Açores, que são extremamente valiosos tanto para a OTAN como para os EUA, como bases para reforço aéreo da Europa, para ações *out-of-area* e para operações anti-submarinas no Atlântico, significariam a perda dessa capacidade e, portanto, um alvo apetecido das forças inimigas, que merece a maior consideração na elaboração da estratégia defensiva do mundo ocidental.

Terminarei esta breve análise da contribuição do fator geográfico na valorização da situação estratégica portuguesa, lembrando as palavras do Prof. Adriano Moreira, embora não concorde totalmente com elas, como adiante referirei:

"...o único poder que aparentemente está ainda nas nossas mãos, em relação com o sistema de competição mundial, é o que temos chamado "poder funcional", que tem expressão principal na posição geográfica das regiões autónomas e que [...] é atlântico pela geografia, pelos interesses económicos dos territórios, pela longa mão das migrações tradicionais.

A admissão feita pela OTAN, de que existem questões fora da zona do tratado que envolvem o interesse de todos os aliados, revaloriza esse poder funcional e revigora a vocação atlântica."¹

O terceiro fator que vamos abordar é de ordem económica

Como é bem conhecido, Portugal possui uma estrutura económica muito desajustada, comparativamente aos países europeus mais industrializados, agora nossos parceiros na CEE.

Sem pretender entrar numa análise exaustiva deste problema, que aqui não cabe, importa realçar, contudo, a íntima ligação entre o mar e a economia portuguesa.

Começarei, em primeiro lugar, por acentuar que do ponto de vista económico se pode dizer que a quase totalidade do comércio externo português se efetua pelo mar e, praticamente, todo o comércio nacional interno, entre continente e ilhas, utiliza a via marítima como meio de circulação dos seus produtos. Tal circunstância pode ser resumidamente exemplificada mediante apreciação dos seguintes valores:

Importações	Exportações
Via marítima 94%	Via marítima 82%
Via terrestre 6%	Via terrestre 14%
Via aérea 0%	Via aérea 4%

Resumidamente, poderemos afirmar que, no seu comércio externo, Portugal precisa manter abertas linhas de comunicação marítimas para todos os continentes, a partir do Atlântico Norte, e utilizar praticamente todos os tipos de carga comercial, já que:

- (1) Os produtos energéticos e os recursos alimentares são dois setores vitais para o abastecimento do País, da-

(¹) *Diário da Assembléia da República*, I Série, nº 27, de 12 de dezembro de 1984, p. 1049.

da a nossa quase total dependência em relação ao exterior no que se refere aos combustíveis e cereais;

- (2) Os produtos da importação são oriundos da América do Norte e do Sul, do Oriente Médio, da África e da Europa, sobressaindo nestes produtos os granéis sólidos e líquidos;
- (3) As exportações se destinam aos países da CEE e à África, sendo a carga geral o tipo de carga mais movimentado;
- (4) O comércio externo das regiões autónomas da Madeira e dos Açores é feito fundamentalmente por via marítima com o Continente.

Note-se contudo que, apesar da importância da via marítima, a marinha mercante portuguesa tem vindo a degradar-se, sendo atualmente a percentagem de carga transportada por armadores nacionais da ordem dos 30 por cento para os carbonetos e dos 15 por cento para a carga restante. Se atendermos ainda a que as transportadoras nacionais utilizam no tráfego marítimo navios afretados, maior se torna a nossa dependência em relação ao exterior. Consideramos, aliás, esta como uma das maiores vulnerabilidades portuguesas, a qual, conjugada com a modéstia do nosso poder naval, tem graves incidências na execução de qualquer estratégia de defesa nacional que se possa planejar.

Em segundo lugar, e ainda no campo da economia, não é de surpreender que a atenção de Portugal se vire para o desenvolvimento das fontes internas, na tentativa de recuperação económica indispensável ao crescimento do País. Dentro dessas fontes internas sobressai a nossa Zona Económica Exclusiva (ZEE), cuja área atinge cerca de 490.000 milhas quadradas, é a maior dos países da CEE e 18 vezes superior à área terrestre de Portugal. Assim, a vastidão e a riqueza da ZEE portuguesa, pela qual a localização das ilhas atlânticas é grande responsável, pode constituir uma base de desenvolvimento do potencial estratégico nacional e, conseqüentemente, um instrumento político de grande valor para ações ou negociações externas. Esta vastidão, porém, só poderá ser bem aproveitada se houver meios, designadamente navais, que, fiscalizando e exercendo a soberania portuguesa no mar interterritorial, garantam igualmente a ligação entre as parcelas do território, isto é, ajudem a preservar a coesão interterritorial.

Finalizarei a análise deste fator económico da situação portuguesa concluindo que Portugal está intimamente ligado ao mar, quer como grande via de comunicação para transporte dos seus produtos, quer como fonte de riqueza, cuja exploração o País necessita levar a limites que ainda não conseguiu alcançar e, portanto, que o mar continua a ser um fator de iden-

tidade e de união de todos os portugueses.

FATORES DE TRANSIÇÃO RECENTES

Analizados brevemente os fatores de situação com incidência na elaboração de uma estratégia naval nacional, julgamos de interesse refletir sobre o impacto que sobre o assunto poderão ter tido as recentes alterações ocorridas em Portugal após o 25 de Abril. Sem entrar em excesso de detalhe, direi que esse movimento veio trazer ao País um regime político democrático de cariz europeu ocidental, o fim da guerra colonial e o conseqüente fenómeno de descolonização e, ainda, uma alteração profunda no modo de vida da sociedade portuguesa, organizada, nas últimas décadas, em moldes fechados e antiquados em termos europeus.

Daqui resultou uma nova dimensão para o problema da elaboração de um conceito estratégico de defesa que, entre outros, engloba os seguintes componentes:

- Dimensão política interna - Na condução democrática do País, o poder civil passou a controlar as forças militares e, portanto, a ditar-lhes os interesses e objetivos nacionais de defesa que condicionam, à partida, todo e qualquer conceito estratégico que se pretenda elaborar.
- Dimensão geográfica - O desaparecimento de responsa-

bilidades de defesa nas antigas colónias africanas reduziu a área de atuação nacional ao "triângulo português", confinada agora ao Atlântico Norte. Mantém-se contudo o compromisso assumido, em 1949, de colaboração na defesa coletiva do mundo livre, na área geográfica da OTAN que excede, como sabemos, a área nacional atrás referida.

- Dimensão política externa - Verificou-se uma aproximação à Europa, muito superior àquela que normalmente existia anteriormente, particularmente após a entrada na CEE.

Do exposto se conclui ter Portugal evoluído, após 1974, no sentido de corrigir a sua dimensão estratégica em favor do aperfeiçoamento do modelo euro-atlântico, como resultado das opções atrás descritas. A aproximação ao modelo continental europeu não veio atrofiar - bem antes pelo contrário - veio aconselhar a que Portugal, pequena nação europeia instalada no extremo Oeste da Europa, mantenha a opção atlântica que o tem caracterizado e identificado historicamente, entre pares, na arena internacional. O equilíbrio da opção euro-atlântica agora assumida vem, portanto, aconselhar a manutenção da ligação cultural, económica e política de cooperação com todos os países africanos de expressão portuguesa e, ainda do outro lado do Atlântico, com o Brasil e com os Estados Unidos da América.

CONDICIONAMENTOS AO CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL

A elaboração do conceito estratégico naval português está condicionada, como atrás vimos, às decisões políticas fundamentais que estipulam previamente os interesses e os objetivos nacionais a proteger.

Segundo o documento fundamental que rege esta matéria, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDN),² deve respeitar-se, resumidamente, a seguinte hierarquia de conceitos:

- 1º – Estabelecimento dos objetivos permanentes de defesa.
- 2º – Adoção de um conceito estratégico de defesa nacional.
- 3º – Aprovação de um conceito estratégico militar.

Passemos em revista, muito brevemente, cada um desses conceitos fundamentais, tal como estão estabelecidos neste momento:

Objetivos permanentes da política de defesa

A LDN, no seu art. 5º, considera que a política de defesa, perante qualquer agressão ou ameaça externas, decorre de seis objetivos permanentes de defesa dos quais, pela sua im-

portância, se destacam os dois primeiros:

- Garantir a independência nacional;
- Assegurar a integridade do território.

Estes objetivos tornam imperativo o recurso a diversas formas de coação, entre as quais se conta a ação militar contra forças externas que, na prossecução dos seus próprios interesses, pretendam opor-se ou ameaçar aqueles valores. Lembremos, contudo, que a política de defesa tem natureza global, abrangendo, para além da componente militar para atender às ações de coação atrás descritas, várias componentes não militares, integradas em diferentes setores da vida civil portuguesa.

Conceito estratégico de defesa nacional

Para além da LDN foi já aprovado, após discussão na Assembleia da República, o Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN).³ Trata-se de um documento muito vasto e genérico em conceitos doutrinários, do qual extrairei somente as principais linhas de ação que interessam ao desenvolvimento do presente trabalho, isto é, ao estabelecimento de um conceito estratégico naval, a saber:

- (1) Adota para a consecução

(2) Lei nº 29/82, de 11 de dezembro.

(3) Resolução do Conselho de Ministros nº 10/85, de 20 de fevereiro, *Diário da República*, I Série, nº 42.

dos objetivos da política de defesa nacional, no espaço euro-atlântico que nos é próprio, especial realce à vertente atlântica.

- (2) Estabelece que a política de defesa deverá ter sempre em consideração especial o caráter descontínuo e a importância estratégica essencial das fronteiras e áreas marítimas e do espaço interterritorial.

No plano militar interno, reconhece a necessidade de assegurar uma capacidade militar própria, dissuasora, que desencoraje a agressão inimiga e permita a defesa conjugada do território nacional, em face da dispersão geográfica e falta de profundidade do território continental. Obriga ainda ao exercício da presença e vigilância marítima e aérea no espaço interterritorial e à garantia de uma capacidade de reforço e de intervenção rápida em qualquer parcela do território nacional.

- (3) Estabelece que a participação portuguesa na OTAN deverá reforçar a sua capacidade de defesa autónoma e ser compatível com esta, utilizando os mesmos meios e capacidades para a realização desse duplo objetivo. Portugal assume prioritariamente obrigações no seu espaço próprio e nos espa-

ços confinantes, em apoio de uma estratégia de defesa avançada adequada ao interesse nacional.

Conceito estratégico militar

O Conceito Estratégico Militar (CEM) é um documento que, derivando das linhas de ação adotadas no CEDN, vem impor novos condicionamentos e diretivas à elaboração de conceitos situados a jusante, entre os quais se situa, naturalmente, o conceito estratégico naval.⁴

Em resumo, o CEM vem ditar linhas de ação, integradas no seu "conceito militar de ação", tendo como objetivo estabelecer as normas e orientações a observar na atuação das Forças Armadas, a saber:

- (1) Reconhece a descontinuidade do território, estabelecendo o "Triângulo Estratégico Português" como unidade estratégica nacional.
- (2) Dada a nossa forte dependência do exterior, mesmo em áreas críticas tais como a alimentação, energia e minerais, reconhece a necessidade de Portugal procurar manter alianças com a potência marítima dominante, aliás na continuação do que já tem vindo a ser feito há séculos na nossa história.
- (3) Valoriza o espaço interterritorial, para equilibrar a falta de profundidade do território

(4) Aprovado em Conselho Superior de Defesa Nacional, em 18 de dezembro de 1985.

continental e para permitir o interapoio militar recíproco entre as diversas parcelas que formam o todo nacional. O uso intensivo dos nossos espaços interterritoriais é também considerado indispensável no quadro do nosso envolvimento direto na estratégia de dissuasão da OTAN, que tem como fator fundamental a viabilidade da execução do reforço rápido da Europa.

- (4) Reconhece a necessidade de, no respeito das características euro-atlânticas do posicionamento de Portugal, assegurar no plano militar uma capacidade de dissuasão autónoma que lhe confira, simultaneamente, uma proteção específica no quadro regional geral, uma participação efetiva na OTAN e em ações fora da área da OTAN, em que possamos vir a ser envolvidos.

Tal necessidade de forças próprias torna-se ainda indispensável para, a nível regional, não deixar ocorrer no lado português um vazio total de poder militar que possa impelir e fundamentar uma ação de Espanha no sentido de procurar colmatar esse vácuo com forças próprias, como forma de suprir a vulnerabilidade da sua defesa específica decorrente de uma excessiva fragilidade militar portuguesa.

- (5) Estabelece a necessidade de adotar um planeamento nacional de defesa com for-

te e permanente referencial ao planeamento da OTAN. Em conformidade, deve evitar-se qualquer dicotomia com base em "defesa militar nacional" em contraposição à satisfação de "necessidades da OTAN". A harmonização entre ambos os requisitos tem de ser complementada, levando à formação de um vetor único de defesa militar nacional que responda às exigências fundamentais decorrentes da nossa situação específica.

- (6) No que respeita à estrutura de forças nacionais, determina a observância dos seguintes princípios:

- Elevada flexibilidade de emprego operacional, de forma a facilitar a redução de efetivos e de forças de simples aplicação específica.

- Mobilidade apreciável, que permita a utilização da profundidade interterritorial e uma intervenção rápida em qualquer parcela do território. Isto exige meios de transporte navais e aéreos suficientes para o efeito.

- Recurso ao preposicionamento de forças, sobretudo nas ilhas, como fator logisticamente desejável em termos de sustentação de combate.

- (7) Estabelece a necessidade de existência de um elevado estado de prontidão, incluindo a possibilidade de mobilização imediata, sem

qualquer preparação técnica prévia.

- (8) Consagra o princípio da integração operacional dos vários setores da defesa militar, de tal forma que não existam três defesas militares, mas apenas uma, em que todos participam de forma lógica e tecnicamente correta, tendo em vista alcançar a melhor relação custo-eficácia na defesa nacional.

CONCEITO ESTRATÉGICO NAVAL

Tendo em linha de conta o que atrás foi dito, em especial as principais linhas de ação ditas pelos CEDN e CEM, condicionantes e orientadores do conceito estratégico naval, julgo poder reduzir este conceito ao enunciado de quatro princípios doutrinários gerais, que condensam as linhas de ação atrás mencionadas e as projetam num âmbito que transcende a mera aplicação militar, adicionado de mais dois princípios, estes de aplicação especificamente militar-naval.

Princípios estratégicos gerais

Princípio defensivo

Sendo Portugal uma nação pacífica, que não tem quaisquer reivindicações territoriais, mas que é ciosa da sua soberania, a sua estratégia é essencialmente defensiva e adequada a um território nacional disperso pelo oceano Atlântico.

Esta atitude não exclui todavia o direito de legítima defesa — individual ou coletivo — consignado no artigo 51 da Carta das Nações Unidas, que Portugal reivindica se for alvo de agressão armada do exterior.

Princípio da unidade nacional

O princípio da unidade nacional vem consagrar e definir o "Triângulo estratégico nacional" como unidade estratégica nacional, de harmonia com o estabelecido no CEM, afirmando-se o espaço nacional português com características euro-atlânticas, de origem histórica, geográfica e cultural, que é mandatório preservar.

Este princípio aponta para a valorização do espaço marítimo interterritorial para equilibrar a falta de profundidade do território continental e para permitir o interapoio militar recíproco entre as diversas parcelas que formam o todo nacional, caracterizado pela sua descontinuidade arquipelágica, dispersa pelo Atlântico Norte. Esta estratégia consagra assim a necessidade de manter permanentemente a ligação e o contato entre as diferentes parcelas do território nacional. Obriga ainda a que seja impensável que qualquer ataque a uma delas não seja considerado como um ataque a todo o País, desencadeando as ações de defesa julgadas mais convenientes.

Torna-se assim claramente evidente a inconveniência que resulta para Portugal a separa-

ção de parcelas do território por áreas de comandos militares no quadro da OTAN, como é o caso dos Açores em relação ao Continente e à Madeira.

Princípio da defesa autónoma

Nenhum país é verdadeiramente independente e soberano se não dispuser de uma capacidade autónoma de defesa que lhe permita dissuadir eventuais agressores, criando-lhes riscos potenciais de retaliação que os levem a evitar empreender ações ofensivas do interesse nacional.

Assim, Portugal deverá dispor de uma capacidade militar naval autónoma de conteúdo dissuasor credível no contexto euro-atlântico em que está implantado. Só se dispuser dessa capacidade autónoma o País poderá decidir por si próprio, se falhar a dissuasão, defender e repelir ataques à sua soberania e integridade nacional em circunstâncias que não seja possível contar a curto prazo, ou mesmo de todo, com o apoio dos aliados.

Tal fato é tanto mais importante se nos lembrarmos que as regiões autónomas da Madeira e dos Açores dependem das suas linhas de comunicação marítima com o Continente em 99 por cento da totalidade das suas mercadorias, o que constitui cerca de 75 por cento das suas importações e exportações vitais.

Finalmente, só a existência de capacidade de defesa própria pode evitar o perigo de Portugal

vir a dispor somente do "poder funcional" que lhe advém exclusivamente da sua geografia, de características atlânticas. A inexistência de forças navais portuguesas minimamente credíveis no âmbito da OTAN levará facilmente a que qualquer outro dos nossos aliados, a Espanha por exemplo, ocupe as áreas de responsabilidade nacional, subalternizando-se assim o interesse nacional e ficando gravemente feridos os altos objetivos de defesa estipulados na LDN, nomeadamente uma verdadeira independência e integridade nacionais.

O princípio da defesa autónoma, *sine qua non* do estatuto de uma nação capaz de prosseguir uma política própria, em defesa dos superiores interesses nacionais, contempla uma outra atitude estratégica, que diria corolário daquela. Trata-se do exercício da "projeção externa", que deve ter em justa conta o prestígio internacional e a liberdade de manobra externa, que só se consegue com um poder militar minimamente credível. No caso português, a concretização desta estratégia tem muito a ver com a Marinha, a quem caberá, entre outras ações, manter contatos com países de expressão portuguesa, com comunidades lusófonas no estrangeiro e com países amigos a que nos ligam importantíssimos interesses económicos e culturais. Enfim, pelo menos, deveremos ter a capacidade de fazer aquilo que é conhecido em língua inglesa por *show the flag*.

Princípio de alianças

É evidente que sendo Portugal uma nação de fraco potencial e de escassos recursos económicos, muito tem a ganhar em prosseguir uma política de alianças. Nomeadamente, a aliança com a potência marítima dominante, tendo em vista a defesa dos interesses comuns e o fortalecimento da componente atlântica no quadro da nossa situação euro-atlântica, tem sido uma constante histórica que deve continuar.

Esta estratégia deve contudo ser interpretada como um reforço da nossa capacidade de defesa autónoma e não a sua substituição, como por vezes se ouve em certos setores menos avisados. Nestas circunstâncias, deve procurar-se um caminho convergente, defesa nacional — defesa OTAN, evitando desnecessárias dicotomias entre as necessidades nacionais e as da OTAN. Todas as razões, entre as quais se encontram as de ordem económica, apontam nesse sentido.

Desde 1949 que a Marinha tem meios atribuídos à OTAN, com grande proveito técnico e operacional para o seu treino e prontidão. É evidente porém que todos os meios empregados em tarefas especificamente nacionais — tais como a fiscalização e vigilância da ZEE — terão que constituir um encargo essencialmente nacional, ao lado da Aliança.

Finalmente, e como atrás já foi mencionado, além da aliança

a nível multilateral que Portugal mantém com a OTAN (potência marítima preponderante a nível mundial, de caráter coletivo), Portugal mantém ainda acordos bilaterais com os EUA (potência marítima preponderante mundial, a nível individual) dos quais tem resultado um intercâmbio de esforços e uma estratégia marítima de interesse comum. Nela coexistem as necessidades de defesa avançada do continente norte-americano com as necessidades de defesa em profundidade do espaço português e com a utilização dos espaços marítimos confinantes, para intervenção em qualquer parcela do território nacional a partir dos restantes. A proteção dos arquipélagos e a defesa das linhas de comunicação marítimas são dois bons exemplos dos lucros que os portugueses visam obter, quer com a OTAN quer com os EUA, nos seus acordos de defesa mútua.

Princípios estratégicos de aplicação militar-naval

Dispersão de forças e interdependência de ações de defesa

É quase um corolário do princípio da unidade nacional.

O dimensionamento da componente militar de defesa deverá considerar sempre a redução da vulnerabilidade decorrente da descontinuidade territorial e até, antes pelo contrário, tirar o partido possível dessa

descontinuidade, repartindo o poder militar pelas três parcelas e dotando-o da adequada flexibilidade e mobilidade, por forma a tornar viável a defesa escalonada do território nacional e a concentração do esforço, sempre que necessário.

Assim, a interdependência de ações de defesa do Continente, Açores e Madeira, é um fator decisivo neste conceito, o que torna indispensável a ligação permanente entre essas parcelas do território nacional, que só será conseguida com capacidade naval oceânica (submarina, aérea e de superfície) e com uma estrutura militar que integre organicamente os comandos navais dessas três parcelas. Cada um desses comandos deve constituir uma alternativa dos restantes, permitindo a dispersão das unidades navais, o exercício conjugado de ações de comando e as inerentes facilidades de C3I.

E se a nível nacional assim se deve passar, as condições de defesa global dos territórios nacionais não se devem afastar das condições de defesa OTAN. Repete-se assim, a necessidade imperiosa de inclusão dos Açores na área do IBERLANT, sob o comando de um almirante da Armada portuguesa e à semelhança do que acontece para a Madeira e para o Continente; e não o isolamento desse arquipélago sob o comando do WESTLANT, com sede em Norfolk, USA.

Constituição de núcleos de forças

É necessário conjugar as capacidades militares nacionais com as da OTAN, por forma a que, com a maior economia possível, se consiga obter um conjunto de forças navais com alto nível de prontidão, flexibilidade e baixo número de efetivos, tendo em linha de conta a possibilidade de uma mobilização rápida e eficaz.

Tal *desideratum* aponta para a constituição de núcleos de forças, obedecendo aos seguintes requisitos:

- Poder militar, minimamente credível, que possibilite a execução da estratégia de dissuasão. A cada ameaça externa que impende sobre Portugal deve corresponder um conjunto de forças (núcleo), observando o mínimo de credibilidade atrás referido;
- Capacidade de defesa, para que, em caso de falha de dissuasão, se negue ao agressor o fato consumado e se dê tempo a uma ação aliada;
- Capacidade de expansão, logo que necessário, para níveis superiores de meios, conservando a sua coerência.

MISSÃO E TAREFAS DA MARINHA

Ao tratar o tema "estratégia naval portuguesa", não poderei deixar de abordar os dois elementos fundamentais que são

parte integrante de qualquer estratégia: — Primeiro, os meios disponíveis para a condução dessa estratégia; segundo, o conjunto de ações que é necessário levar a cabo, com esses meios, tendo em vista a realização dos objetivos que se pretendem alcançar.

Assim sendo, e após o enunciado do conceito que deve orientar a estratégia naval portuguesa, passarei agora a definir quais os objetivos a alcançar, que são as tarefas que devem caber à Marinha na lógica desse conceito e, depois, os meios ao dispor para a sua concretização, isto é, os meios navais.

Resumidamente, a missão da Marinha Portuguesa concretiza-se na execução das seguintes tarefas:

- (1) Proteger as linhas de comunicação marítimas (LCM) nacionais.
- (2) Satisfazer, no âmbito naval, os compromissos internacionais, em particular com a OTAN.
- (3) Participar na defesa conjunta do território nacional.
- (4) Proteger os interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição nacional.

Sem descer a grande detalhe, acrescentarei ainda que:

A proteção das LCM nacionais — particularmente aquelas que se prendem com as ligações entre o Continente, os Açores e a Madeira — inclui a proteção da navegação oceânica

em áreas de interesse nacional, em cooperação ou não com os nossos aliados, a proteção da navegação costeira e dos portos nacionais.

— A satisfação dos compromissos internacionais, em particular os assuntos com a OTAN, obriga à participação em forças navais e anfíbias da OTAN, tendo em vista a defesa dos interesses comuns, particularmente aqueles relacionados com as LCM e, ainda, a condução — em tempo de paz ou de guerra — de atividades de busca e salvamento de vidas humanas no mar (*search and rescue-SAR*).

— A participação na defesa do território nacional em cooperação com o Exército e a Força Aérea leva à concretização da defesa em profundidade do todo nacional, aproveitando e controlando o espaço marítimo interterritorial a nosso favor e permitindo a interajuda recíproca de defesa entre as diferentes parcelas do território nacional. De mencionar ainda, dada a sua importância neste capítulo, a proteção, reabastecimento e transporte marítimo de forças próprias e/ou aliadas.

— Finalmente, a proteção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição portuguesa é uma tarefa que obriga a Marinha ao exercício de funções nitidamente colocadas na área de serviço público nacional, as

quais, tradicionalmente e por vocação, vem realizando desde sempre e que incluem o exercício da fiscalização das nossas águas (nelas as 490.000 milhas quadradas da ZEE portuguesa), a proteção e inspeção das embarcações nacionais de pesca ou de comércio, o exercício da autoridade marítima na área que lhe é própria, o exercício de atividades hidrográficas e oceanográficas e de segurança marítima em geral, que incluem responsabilidade na área de faróis e radiofaróis marítimos, disciplina do tráfego marítimo nas zonas costeiras e interiores etc.

MEIOS NAVAIS

— De todo o exposto pode concluir-se que, resumidamente, a Marinha Portuguesa deve dispor dos seguintes tipos de meios navais:

1º Oceânicos:

- Para proteção à navegação e defesa em profundidade do território, que incluem meios de superfície, submarinos e aéreos orgânicos.
- Para proteção dos interesses económicos nas áreas de jurisdição nacional.
- Para projeção da imagem no estrangeiro.

2º Costeiros:

- Para defesa dos portos nacionais (guerra de minas) e

respectivas águas de acesso.

- Para proteção e vigilância das águas costeiras e interiores e dos interesses económicos nacionais.

3º Outros meios auxiliares:

- Para realização de tarefas de apoio, tais como reabastecimento no mar, balizamento, hidrografia/oceanografia e escola.

O Quadro I sintetiza, nas suas linhas gerais, os meios navais atualmente ao dispor da nossa Marinha, sobre os quais acrescentarei os esclarecimentos que se seguem.

- Para cumprir as missões oceânicas de proteção das LCM e da defesa em profundidade do território nacional, Portugal dispõe atualmente de 11 navios de superfície (7 fragatas e 4 corvetas anti-submarinas) e de 3 submarinos. Calcula-se ser necessário para este efeito um núcleo mínimo constituído por 6 fragatas e 12 corvetas anti-submarinas e 4 submarinos. Existe assim um défice quantitativo de meios para a realização da tarefa. Além disto, as três fragatas da classe "Almirante Pereira da Silva", oriundas dos anos 60, estão inoperativas, não se prevendo a sua recuperação. Aguarda-se, entretanto, a aquisição de três novas fragatas para substituí-las.

As quatro fragatas da classe "Comandante João Belo",

QUADRO I – MEIOS NAVAIS DISPONÍVEIS (1986)

TIPO DE NAVIOS		CLASSE	Nº	MISSÕES ATRIBUÍDAS
OCEÂNICOS	FRAGATAS	Almirante Pereira da Silva	3	<ul style="list-style-type: none"> – Proteção das linhas de comunicação marítimas. – Defesa em profundidade do território nacional. – Vigilância e patrulha das áreas marítimas. – Cooperação com a OTAN. – Projeção da imagem no estrangeiro.
	CORVETAS	Comandante João Belo	4	
	SUBMARINOS	Baptista de Andrade	4	
OCEÂNICOS	ALBACORA	Albacora	3	
OCEÂNICOS	CORVETAS	João Coutinho	6	<ul style="list-style-type: none"> – Proteção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas sob jurisdição nacional. – Busca e salvamento.
	DRAGA-MINAS	S. Roque	4	
COSTEÍROS	PATRULHAS	Cacine	10	<ul style="list-style-type: none"> – Proteção dos interesses nacionais relativos às áreas marítimas costeiras e interiores, sob jurisdição nacional. – Busca e salvamento em áreas costeiras.
	AUXILIARES	S. Gabriel	1	<ul style="list-style-type: none"> – Reabastecimento de combustível. – Balizador. – Hidrográfico/oceanográfico. – Escola (veleiro).
AUXILIARES		Schultz Xavier	1	
		Almeida Carvalho	1	
		Sagres	1	
AUXILIARES	OUTROS		6	<ul style="list-style-type: none"> – Lanchas de patrulha. – Lanchas de desembarque grandes. – Lanchas de desembarque médias e pequenas.
			3	
			15	

também oriundas da década de 60, têm a sua capacidade de combate já bastante reduzida. Espera-se, contudo, proceder a uma modernização parcial destes navios. As quatro corvetas anti-submarinas de classe "Baptista de Andrade", construídas nos anos 70, dispõem de alguma capacidade operacional, compatível com essa classe de navios.

Os três submarinos da classe "Albacora", construídos nos anos 60, têm ainda alguma operacionalidade; necessitam, no entanto, de uma modernização que lhes confira maior segurança e capacidade das suas armas e sensores.

- Para cumprimento das missões oceânicas de proteção dos interesses económicos nas áreas de jurisdição nacional dispõe-se somente de

6 corvetas da classe "João Coutinho", cujas características satisfazem razoavelmente as necessidades nacionais. O número de navios achado conveniente para uma eficaz fiscalização está porém calculado em 15 patrulhas-oceânicas, dotados de helicóptero embarcado, razão porque se utilizam nesta missão da Marinha as fragatas e corvetas anti-submarinas atrás referidas. O inconveniente de tal adoção reside porém em utilizar meios excessivamente dispendiosos para o tipo de tarefa exigida e de não se dispor de helicópteros embarcados, o que reduz a eficácia e aumenta os custos em combustível e desgaste do material.

- No que respeita às missões costeiras de defesa dos portos nacionais e águas de

acesso (guerra de minas) calcula-se ser necessário estabelecer um núcleo mínimo de 6 draga/caça-minas e 3 lanchas de dragagem, com capacidade de rápida expansão para 12 draga-minas e 3 caça-minas, se se pretender a limpeza de um porto de primeira prioridade em cada uma das parcelas do território nacional em quatro ou cinco dias. Dispõe-se atualmente de quatro projectos draga-minas, oriundos dos anos 50, com capacidade operacional praticamente nula.

- A missão de proteção dos interesses económicos nas áreas costeiras e interiores é levada a cabo por 10 patrulhas da classe "Cacine", que têm alguma operacionalidade na fiscalização e proteção da pesca, quando o estado do mar não é muito alteroso. O núcleo mínimo calculado como indispensável é de 12 unidades (com maior estabilidade de plataforma e melhor equipamento), razão porque se utilizam também nesta tarefa os quatro draga-minas atrás aludidos.
- Finalmente, os restantes navios auxiliares realizam tarefas cujo enunciado, expresso no Quadro I, julgo ser suficientemente elucidativo para não merecerem maiores esclarecimentos para além de que se trata de navios todos eles muito antigos, carecendo de substituição ou modernização muito profunda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal sempre foi e será uma nação de pendor marcadamente marítimo. A sua identidade, geografia, história e sobrevivência como nação europeia independente têm revelado a necessidade de manter as características atlânticas, dentro ou fora de qualquer aliança ou comunidade em que esteja inserido.

Dal que a estratégia naval portuguesa ocupe já, nos documentos legais existentes, uma posição de relevo.

Tal circunstância obriga porém a exercer um esforço permanente de defesa na área marítima que permita ao País levar a cabo, com um mínimo de independência, a sua política externa. Não são de exigir meios excepcionais, que a nossa economia não suporta. Contudo, há que fazer certos sacrifícios para que Portugal mantenha no mar uma presença ativa e operacional, quer na Marinha Mercante quer na Marinha de Guerra, sem a qual a nossa capacidade de manobra estará muito reduzida.

Se não dispendermos na defesa das nossas imensas águas poderemos ter que seguir a reboque de outros interesses que não os nossos.

Termino lembrando que uma Marinha pode tornar-se obsoleta muito depressa. Recuperá-la ou modernizá-la é tarefa que demora sempre muitos anos; tantos mais quanto mais se deixar envelhecer e degradar os seus navios.

BIBLIOGRAFIA

- J. CALVET DE MAGALHÃES, "Euro-atlantismo", *Estratégia/Revista de Estudos Internacionais*, nº 1 - Primavera de 1986.
- D. K. PALIT, "The essentials of military Knowledge", C. Hurst, London, 1967.
- F. DA PONTE, "Linhas de comunicação marítimas", *Estratégia/Revista de Estudos Internacionais*, nº 1 - Primavera de 1986.
- "THE MARITIME STRATEGY", *Proceeding/US Naval Institute*, Separata de janeiro de 1986.

- "PLANEAMENTO ESTRATÉGICO DA MARINHA", Estado-Maior da Armada, 1ª Versão, 1981.
- VIRGÍLIO DE CARVALHO, "Contributo para a formação de um conceito estratégico de defesa militar", *Revista "Nação e Defesa"* dezembro de 1981.
- IDEM, "Ciclo de lições de estratégia", Instituto Superior Naval de Guerra, 1980.
- EDWARD M. EARL, "Makers of modern strategy", Princeton University Press, 1973.
- MICHAEL HOWARD, "The forgotten dimensions of strategy", *Naval War College Review*, 1979.



TRATADOS E ACORDOS À ÉPOCA DA 2.^a GUERRA MUNDIAL

Fernando de Castro Velloso Filho

O artigo apresenta uma recapitulação sintética dos tratados e pactos que antecederam a Segunda Guerra Mundial. Surgidos um em consequência do outro, na tentativa de evitar o conflito, eles vieram, ao contrário, acelerá-lo.

"Insultam-me ao repetir que quero a guerra. Serei louco? A guerra? Mas a guerra nada resolveria! Só faria agravar a situação do mundo. Marcaria o fim de nossas raças, que são elites, e, com o correr dos tempos, ver-se-ia a Ásia instalada no continente e o bolchevismo triunfante."

(Palavras de Adolph Hitler, recolhidas por F. Brison, em 1933)

INTRODUÇÃO

As questões que precederam a Segunda Guerra Mundial foram confusas e giraram em torno dos interesses particulares de cada país envolvido.

A habilidade e a inteligência dos dois maiores líderes de Estados totalitários da história, conjuntamente com o apaziguamento inglês e francês, o isolacionismo americano e o

pacto de não-agressão soviético, propiciaram uma expansão desenfreada e sem limites do Nazismo e do Facismo, adotados pela Alemanha e Itália, respectivamente.

Todos os problemas ocorridos após o término da Primeira Guerra Mundial, tais como: crise de 1929, ineficiência da Liga das Nações, decadência das democracias, revanchismo alemão contra o "Dicktat" de Versalhes e dívidas de guerra com



Hitler (1889-1945), ditador alemão e chefe nazista.



Mussolini (1883-1945), ditador italiano.

a Itália, vieram promover o advento dos "Estados Fortes", que liderados, principalmente, por Hitler e Mussolini foram, com certeza, os responsáveis diretos pelo estouro da Segunda Grande Guerra Mundial.

Vários tratados e pactos antecederam a guerra. Foram surgindo, um em consequência do outro, tentando evitar um novo conflito, mas que, ao contrário, vieram acelerá-lo.

PACTO DOS QUATRO

Após a Primeira Guerra Mundial os países vencedores se reuniram e impuseram, à Alemanha, o Tratado de Versalhes, pelo qual aquele país se obrigava a viver sob uma série de restrições.

Hitler, que defendeu as idéias de formação de uma Grande Alemanha e de reação ao "Dicktat" de Versalhes, assim que chegou ao poder, as pôs em prática.

Em 1933, Mussolini, após a Conferência Econômica de Londres, fez-se mostrar necessária uma reunião entre as grandes potências européias: França, Inglaterra, Itália e Alemanha. O comitê formado tinha por objetivo fazer uma revisão concordante de todos os acordos de paz que foram feitos a partir de 1919; caracterizar, definir e ouvir a posição do ditador alemão sobre sua "Política do Espaço Vital", a qual tinha, por meta, unir as populações alemãs es-

palhadas pelo mundo; perceber os problemas criados pelo Tratado de Versalhes; estudar as reivindicações italianas sobre terras que eram dívidas de guerra e, finalmente, propor um fim para o parlamentarismo executado pela Liga das Nações, substituindo-o por uma espécie de Conselho, formado pelas quatro potências que exerceriam, então, uma administração sobre as nações.

As posições tomadas pelos países envolvidos na conferência eram as mais diversas: A Alemanha, como já foi dito, entrou com o propósito de unir seu povo (na verdade, aumentar seu

território) e anular o Tratado de Versalhes para, inclusive, poder se rearmar; a França, logicamente, se opôs a ele, porque não queria que a terra de Hitler voltasse a se tornar uma ameaça para o seu país; a Inglaterra, com sua política apaziguadora, não fez pressão contra a decisão alemã; e a Itália, além de ter sido convocadora da reunião, pedia justiça quanto aos problemas das indenizações de guerra.

Ao final da reunião foi assinado o Pacto dos Quatro que, por força das consequências previstas, não chegou a ser ratificado.



Desfile nazista: a violência e o expansionismo caracterizaram o regime de Hitler.

PACTO DO AÇO (EIXO ROMA-BERLIM)

O resultado obtido pela intervenção na Espanha, apesar de todas as derrotas, levou, a uma união definitiva, as diferentes potências facistas que ainda hesitavam em se aproximar. Essa união resultou na proclamação por Mussolini do "Eixo Roma-Berlim", em 1º de novembro de 1936. O "Eixo" se apresenta-

Apesar de todos os ataques vindos do exterior, essa aliança não surgiu sem dificuldades nem retrocessos. Tanto do lado italiano quanto na Alemanha, manifestavam-se sérias reservas contra um estreito entendimento entre os dois países.

Na Guerra Civil Espanhola, os italianos enviaram tropas, com os alemães, para auxiliar Francisco Franco e, às vésperas da Segunda Guerra, a Albânia



Voluntários das Brigadas Internacionais partem para a guerra contra os franquistas.

va como um elemento da nova ordem triunfante. Em torno dele, turbilhonavam, em círculos fugitivos, as democracias decadentes e os grupos de esquerda refratários ao humanismo e favoráveis ao terror. Só a partir desse momento, existiu um facismo internacional dotado de um centro prestigioso e resplandecente. Pela primeira vez, também, todas as potências que iriam participar do novo conflito mundial definem seus próprios contornos.

seria agredida pela Itália. O Estado do Duce entrou decididamente ao lado da Alemanha e do Japão (Eixo Roma-Berlim-Tóquio) na Segunda Guerra Mundial, mas a estrutura econômica do país não correspondeu à verborragia dos seus dirigentes, observando-se, desde o início, que a guerra seria custosa e difícil para o país.

Essa intervenção nos problemas espanhóis se deu sem que as demais potências ocidentais abandonassem sua neu-

tralidade. Só a União Soviética forneceu ajuda aos republicanos.

Apesar disso, o que uniu estreitamente, apesar de todos os obstáculos, as relações entre a Alemanha e a Itália foi, essencialmente, a simpatia pessoal que nasceu entre Hitler e Mussolini, depois do fracasso de Veneza (no seu escritório da Casa Marrom, Hitler tinha um grande busto do ditador italiano e, num gesto de respeito, nada habitual, designou Mussolini "o Chefe de Estado mais importante do mundo, ao qual ninguém podia se comparar, nem de longe").

Embora o antifacismo tenha criado sua legenda nos campos de batalha da Espanha, a união entre os dois grandes países totalitários, firmando o Pacto do Açó, apareceu como uma séria ameaça à paz mundial.

Concluiu-se, portanto, que o Eixo Roma-Berlim, mais tarde Eixo-Roma-Berlim-Tóquio, foi o grande "motor gerador" do novo combate que englobou o mundo inteiro.

PACTO ANTI-KOMINTERN

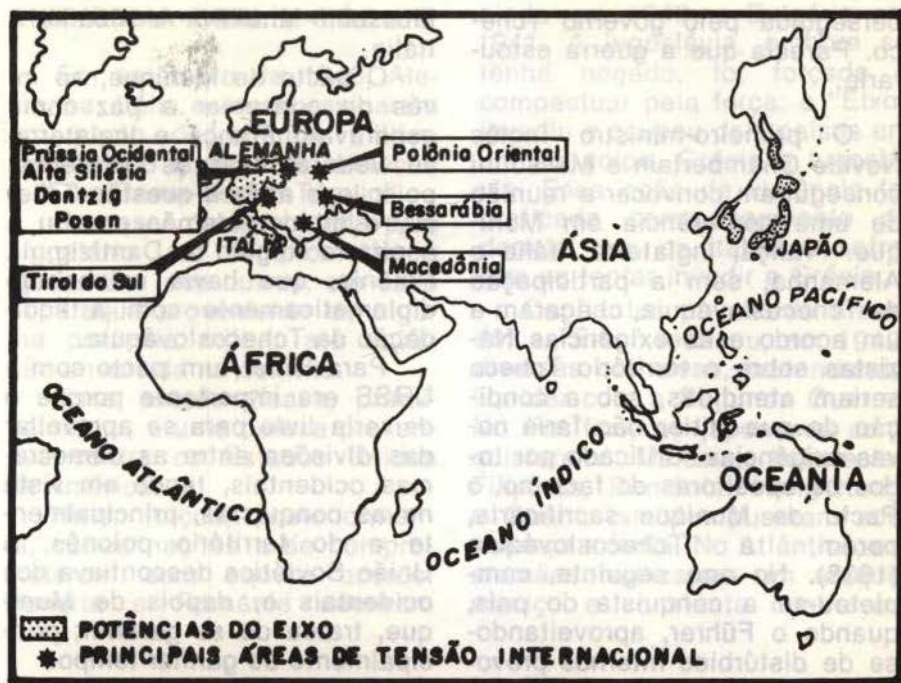
O Japão iniciou uma grande fase de prosperidade depois da Primeira Guerra Mundial e da crise de 29. É natural, portanto, que esse país que "caminhava para o grande", sob regime capitalista e democrático, se preocupasse com sua posição territorial: extremo oriente do globo,

confrontando-se com a União Soviética, primeiro e maior país comunista do mundo.

Em 1936, os japoneses, temendo uma intervenção soviética na sua política no Oriente, aproximaram-se da Alemanha e assinaram um Pacto Anti-Komintern, ou seja, contra a Internacional Comunista. Percebe-se, então, o fechamento do Eixo-Roma-Berlim-Tóquio, uma vez que a Alemanha, já ligada à Itália, ligava-se agora ao Japão.

O Pacto Anti-Komintern foi divulgado, em 25 de novembro de 1936, aos embaixadores de todas as potências representadas em Berlim, por Harr Von Neurath, Ministro das Relações Exteriores. Na reunião havida no Ministério, foram então expostos todos os pormenores do Pacto que acabara de ser negociado. O propósito desse acordo era o de tomarem, os signatários, medidas comuns contra as atividades internacionais do Komintern, tanto dentro de suas fronteiras como fora delas.

Concluiu-se, obviamente, pelo texto, que as negociações sobre o Anti-Komintern foram secretamente dirigidas contra os russos, embora alternasse o compromisso de combater o comunismo internacional. É fato também que esse acordo movido contra países comunistas, mas sobretudo contra a URSS, foi mais uma das causas do conturbado período de guerra que envolveu o mundo a partir de 1939, pois dele derivou o "Eixo Roma-Berlim-Tóquio" que foi o lado derrotado do conflito.



Focos de atrito internacional às vésperas da Segunda Guerra Mundial.

ACORDO DE MUNIQUE E PACTO GERMANO-SOVIÉTICO

A pretensão de Hitler de conseguir formar a "Grande Alemanha", onde uniria a "raça pura alemã" e a vontade de reorganizar novamente um Exército forte, fizeram com que o Führer passasse a desrespeitar o tratado de Versalhes.

Animada pelos sucessos da Guerra Civil Espanhola, a Alemanha Nazista, apoiada no par-

tido nazista austríaco, realizou, em 1938, o chamado Anchluss, ou seja, a anexação da Áustria sem ser preciso disparar um tiro. Esse ato demonstrava o início de uma exarcebada e completamente desenfreada expansão totalitária Nazista.

O imperialismo Alemão voltou-se, então, contra a Tchecoslováquia exigindo a anexação da Região dos Sudetos, na fronteira com a Alemanha, onde habitava uma minoria alemã, alegando que essa minoria era

perseguida pelo governo Tcheco. Parecia que a guerra estouraria.

O primeiro-ministro inglês Neville Chamberlain e Mussolini conseguiram convocar a reunião de uma conferência em Munique. França, Inglaterra, Itália e Alemanha, sem a participação da Tchecoslováquia, chegaram a um acordo e as exigências Nazistas sobre o território Tcheco seriam atendidas, sob a condição de que Hitler não faria novas exigências. Criticado por todos os opositores do facismo, o Pacto de Munique sacrificaria, porém, a Tchecoslováquia (1938). No ano seguinte, completou-se a conquista do país, quando o Führer, aproveitando-se de distúrbios internos provocados por nazistas tchecos, transformou a Boêmia e a Morávia em protetorados alemães, e a Tchecoslováquia tornou-se "Independente". Essa independência era assegurada pela presença de tropas alemãs no seu território. Ao mesmo tempo,

Mussolini anexava a Albânia à Itália.

O pacto de Munique, ao invés de conservar a paz como esperavam França e Inglaterra, só veio agravar os problemas pois, logo após a questão Tche-ca, o ditador alemão passou a aspirar a Região de Dantzig, na Polônia, que havia colaborado diplomaticamente com a liquidação da Tchecoslováquia.

Para Hitler, um pacto com a URSS era importante porque o deixaria livre para se aproveitar das divisões entre as democracias ocidentais, tendo em vista novas conquistas, principalmente a do território polonês. A União Soviética desconfiava dos ocidentais e, depois de Munique, tratou de se garantir; principalmente de ganhar tempo.

Em 23 de agosto de 1939, Soviéticos e Alemães assinaram um pacto de amizade, o Pacto Germano-Soviético: Stalin deixava Hitler com as mãos livres para se lançar contra a Polônia e desencadear a Segunda Guerra Mundial.



Charge de revista da época.

EIXO ROMA-BERLIM-TÓQUIO

Em setembro de 1940, Alemanha, Itália e Japão assinaram um pacto de aliança militar, mediante o qual se estabeleceu o "Eixo Roma-Berlim-Tóquio".

Por esse tratado, cada país signatário se comprometia a ajudar uns aos outros, em caso de ataque proveniente de alguma potência militar até então não envolvida no conflito.

Esse acordo visava, principalmente, a uma defesa preventiva contra os Estados Unidos da América.

Hitler forçou, posteriormente, outras nações a se comprometerem com aquele acordo: Hungria e România aderiram

ainda em 1940; a Bulgária em 1941. A Iugoslávia, embora se tenha negado, foi forçada a compactuar pela força: o "Eixo" invadiu e ocupou dois países em um só golpe, Grécia e Iugoslávia. Essa ação de violência foi praticada, como segmento da derrota que os italianos sofreram ao tentar invadir a Grécia.

Confiantes no acordo firmado, o "Eixo" realizou, em 1942, diversas ofensivas, pretendendo liquidar com a Segunda Guerra. No Pacífico, os japoneses conquistaram: Malásia, Indonésia, Filipinas, Birmânia, Hong Kong e Guam; também puseram sob ameaça a Índia. No Atlântico, os alemães realizaram um ataque maciço e constante contra os



Berlin, 1945: para Hitler, o fim de uma guerra que ele próprio iniciara.

navios ingleses e norte-americanos: foram afundadas cerca de 8,2 milhões de toneladas.

Navios brasileiros foram também alvo dessa ação devastadora, e o nosso país, provocado e atingido sem motivos, declarou guerra ao "Eixo", mobilizou uma Força Expedicionária (FEB) e partiu para a luta na Europa.

O "Eixo", porém, começaria a sentir a derrota ao final desse mesmo ano. O Sistema de Comboio e os dispositivos eletrônicos reduziram o poderio dos submarinos alemães. O Japão lutaria contra a escassez de materiais estratégicos e contra a gigantesca produção bélica americana.

Sucessivamente cairiam a Itália, a Alemanha – dia 8 de maio de 1945, "Dia da Vitória" – e o Japão. Assim, melancolicamente, o "Eixo" chegaria ao seu fim.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, R.S.L. e outros, História das Sociedades, Ao Livro Técnico, 1978.
ARRUDA, J.J.A., História Moderna e Contemporânea, Editora Ática, 10ª Edição, 1979.
BARBEDO, H., Curso de História Geral, Editora Harbra, 1984.
CHURCHILL, W., A Segunda Guerra Mundial (1ª Vol.), Companhia Editora Nacional (The Second World War).
FEST, J., HITLER, Editora Nova Fronteira – 1973 (Hitler, Eine Studie Über Dic Angst)
SOUTO MAIOR, A., História Geral, Companhia Editora Nacional, 1983.



FERNANDO DE CASTRO VELLOSO FILHO, nascido em 22 de dezembro de 1969, no Rio de Janeiro. Universitário matriculado em Engenharia Civil na UCG. Cursa Engenharia Florestal na UnB, Matemática no CEUB e Administração na Faculdade Católica. Realizou seus estudos de 1º e 2º graus no Colégio Militar de Brasília, onde se destacou como tenente-aluno, classificando-se entre os dez primeiros colocados no Curso de Formação de Reservistas e distinguido com a assinatura do Livro de Ouro, por excelente conduta ao longo de todo o curso. Possui o Curso de Conceitos de Processamentos de Dados e Microcomputadores, ministrado pela Diretoria de Informática do Exército, com menção MB.



VANTAGENS E LIMITAÇÕES DOS PRINCÍPIOS DE GUERRA.

Avraham Ayalon

Em virtude das novas condicionantes presentes no moderno campo de batalha, os princípios de guerra são postos, algumas vezes, em debate, em particular entre aqueles que participaram de conflitos recentes.

Esta matéria, transcrição de artigo publicado na Military Review (Edição Brasileira), 4º trimestre de 1987, defende sua validade e destaca suas limitações, em função das experiências do Exército de Israel.

Os princípios de guerra não constituem um conjunto universalmente aceito – os diferentes exércitos e estudiosos da arte da guerra criam princípios diferentes. Todavia, serão todos esses princípios realmente válidos? Numa adaptação de uma conferência realizada na Escola de Defesa Nacional da Força de Defesa de Israel, este oficial-general israelense afirma que os princípios são válidos quando aplicados nas situações apropriadas e que eles não devem ser ignorados.

Todos aqueles que acreditam na máxima “é através da dissimulação e de estratagemas que se faz a guerra”, devem entender que *dissimulação e estratagemas* são, na

realidade, um “pacote” de princípios de guerra. Este conjunto não é uma “caixa preta” cujo conteúdo é desconhecido, mas, pelo contrário, é essencial saber quais são os seus componentes

e o seu relacionamento recíproco, a fim de criar uma "dosagem" correta de acordo com as circunstâncias. Neste particular, como em cada um dos princípios de guerra, não há nada de novo. Até mesmo o chinês Sun Tzu disse: "Não repita os artifícios que já o conduziram à vitória. Deixe que seus métodos sejam determinados pela infinita variedade de situações."

A POLÊMICA SOBRE O VALOR

Há quem duvide do valor dos princípios de guerra. O Professor Yehoshafat Harkabi, por exemplo, diz, em seu livro *War and Strategy*, que eles carecem de coerência interna ou se contradizem uns aos outros e acrescenta que eles podem ajudar a explicar o desfecho final — a vitória, por um lado, e a derrota, por outro.

Harkabi considera os princípios de guerra como conselhos ou "máximas de sabedoria" (Pirke Aboth)* que enriquecem a mente mas não proporcionam regras práticas sobre como agir. Além disso, ele alega que o valor pedagógico dos princípios de guerra é limitado e mais negativo do que positivo. Harkabi se vale de personalidades tais como Karl von Clausewitz, B.H. Liddell Hart e Bernard Brodie para corroborar o seu ponto de

vista. Segundo Brodie, os princípios de guerra debilitaram o pensamento militar.

Em seu livro *The Strategy of Indirect Approach*, Liddell Hart criticou o fato de que os princípios de guerra são expressos em simples palavras — surpresa, segurança, flexibilidade, e assim por diante — que exigem milhares de palavras para defini-los, mas será que isto significa que ele os rejeita totalmente? Pelo contrário, Liddell Hart, na década de 30, escreveu extensivamente em seu livro *Thoughts on War* sobre cada um dos princípios tradicionalmente aceitos. Tentou até organizá-los em grupos semelhantes aos movimentos do seu "conceito de pugilista": aparar um golpe, desferir um golpe e movimentar-se.

Em contraste com Henri Jomini, que considerava que os princípios de guerra deviam ser tratados como os Dez Mandamentos — ver e obedecer — Clausewitz era mais "flexível". Segundo ele, os princípios de guerra constituem uma combinação de idéias com um fundo de verdade, mas que não são suficientemente poderosos para que sejam obrigatórios, como uma lei: Quer isso dizer que Clausewitz rejeitava o valor dos princípios? É difícil de dizer, especialmente depois que Clausewitz foi solicitado, "entre outros de seus crimes", a escrever um livro sobre os princípios de

* Pirke Aboth ou "Dizeres dos Pais": o autor se refere à magnífica coletânea da sabedoria dos rabinos, datando, talvez, dos 1º e 2º séculos D.C.

guerra para o príncipe herdeiro da Prússia, e o fez.

De qualquer forma, Harkabi se encontra em minoria no que tange a este assunto, e seria possível apresentar uma extensa lista de especialistas cujas opiniões contrariam as dele. Escolhi o antigo Tenente-General Yigael Yadin, por quem tenho grande admiração pessoal e respeito, para melhor refutar as opiniões de Harkabi. No dia 28 de março de 1949, Yadin, na época Chefe do Estado-Maior do Quartel-General Geral (GHQ) da Força de Defesa Israelense (IDF), fez uma conferência para um grupo de comandantes de batalhão sobre as lições da Guerra da Independência, dizendo, entre outras coisas:

Os princípios de guerra são tão válidos para nós quanto para qualquer outro exército. Devemos nos basear nesses princípios e lembrarmo-nos, ao mesmo tempo, que a arte da guerra consiste, principalmente, em decidir qual deles deve ser explorado ao máximo em cada situação.

Este é um dos principais axiomas; entretanto, durante a Guerra da Independência, certos comandantes tentaram desenvolver uma teoria segundo a qual 'na nossa situação, os princípios são diferentes'. Isto sucedeu porque eles não souberam diferenciar os princípios dos seus graus de aplicação e não compreenderam que eles são verdadeiros tanto para exércitos pequenos como grandes, e que

as diferentes condicionantes (que são peculiares a cada exército) devem ser expressas da maneira segundo as quais os princípios são usados, selecionando, numa ordem de prioridade, aqueles que melhor se adaptam às situações especiais.

Mais adiante, em sua conferência, Yadin explicou o que acabara de dizer por meio do seguinte exemplo: os comandantes de 1948 enfatizaram o princípio da surpresa e negligenciaram os da concentração e economia de forças e, em consequência, desencadearam um ataque de surpresa contra o forte policial de Iraq Suedan, mas, após o sucesso inicial, não dispuseram de efetivo suficiente para prosseguir e efetuar o aproveitamento do êxito.

Yadin atribua particular importância à concentração e economia de forças e ao princípio da "aproximação indireta" de Liddell Hart, mas encontro certa dificuldade em aceitar, automaticamente, as suas "prioridades". Constatei que a liderança, a tecnologia e a doutrina têm afetado a história militar e que os princípios de guerra, como um todo, sem tentar estabelecer qualquer hierarquia interna, constituem a base da doutrina, e é nisso que repousa a sua importância. O fato de que o emprego dos exércitos é mais uma arte do que uma ciência não anula os referidos princípios, pelo contrário, até mesmo o artista com algum talento nato precisa de princípios — como

segurar o pincel, como misturar as cores — antes de se tornar um Rembrandt.

Negar o valor dos princípios de guerra equivale a dizer que não há motivo para se estudar a história, uma vez que esta nunca se repete. Se bem que isto seja verdade, também é verdade que os erros cometidos em virtude de se ignorar a experiência e as lições da história de fato *se repetem*, precisamente porque a primeira não foi estudada e as últimas não foram aplicadas.

Se eu fosse solicitado a sintetizar a contribuição do conjunto de princípios de guerra, sob a forma de um superprincípio, escolheria a expressão "aproveitamento máximo da força".

EMPREGO DOS PRINCÍPIOS

Os princípios de guerra são "mandamentos" que servem como diretrizes para se pensar sobre a guerra, conduzi-la e aprender as lições dela resultantes. Não é por acaso que o número de princípios de guerra é pequeno, como na nação judaica, por exemplo, em que eles são apenas 10, enquanto existem 613 *mitzvah* (boas ações).

Os princípios de guerra foram extraídos das lições aprendidas das guerras, e não as antecederam, isto é, eles não foram formulados e as guerras conduzidas, em seguida, com base neles. Entretanto, no momento em que são estabeleci-

dos, devem ser aplicados na guerra (especialmente na fase de planejamento) e verificados posteriormente.

Esta é uma exigência justificada, porém nem sempre posta em execução. Por exemplo, desde a vitória de Israel, em junho de 1967, a Força de Defesa Israelense (*IDF*) tem-se voltado, mais que antes, para a área da execução prática, ao invés da do pensamento e discussão. O Alto-Comando Israelense tende a negligenciar o estudo da teoria da guerra e os seus princípios. Além disso, ao analisar os exercícios de campanha, para não mencionar as incursões, como a Guerra do Líbano, os princípios de guerra raramente têm sido citados como um critério válido para o exame dos acontecimentos e a extração de conclusões. Na síntese da guerra do Oriente Médio, em 1973, não foi mencionado que, a 8 de outubro do mesmo ano, Israel deixou de pôr em prática o princípio da concentração de forças, uma vez que as frentes norte e sul foram atacadas simultaneamente e a força aérea ficou dividida entre as duas. E no sumário da Guerra do Líbano não foi dito que os princípios da economia de forças e da manutenção do objetivo tinham sido violados. O povo falava, ao invés disso, principalmente, de fracassos pessoais.

Os princípios não são uma "droga milagrosa", mas, isso sim, uma lista de verificações que se constitui na síntese das grandes experiências históricas

conquistadas com sangue. Todo aquele que for suficientemente sensato para apoiar-se neles aumenta suas possibilidades de vitória, porém nada mais que isso. Além do mais, o importante não é o conhecimento dos princípios, mas o grau em que eles são empregados de forma inteligente. Segundo esse ponto de vista, os princípios não são mais do que bons conselhos – diretrizes para a execução, cujo valor depende, principalmente, dos próprios executores. A realidade tem mostrado que não se pergunta comumente a um comandante vitorioso se “Você agiu de acordo com os princípios?” O mesmo não acontece quando ele fracassa em sua missão.

Os princípios tradicionalmente aceitos se referem à guerra convencional, ao passo que a guerra de guerrilha dispõe dos seus próprios princípios. Eles são aplicáveis a todos os níveis: estratégico nacional, estratégico militar, operacional e tático, mas o significado de cada um é diferente, como, por exemplo, a surpresa tática, que difere da estratégica. Cada princípio é, de fato, composto de um certo número de regras – o que fazer, o que não fazer, como fazê-lo e assim por diante, que não são tão fixas como o próprio princípio. Em outras palavras, para pôr em prática um certo princípio, você deve utilizar as regras a ele pertinentes.

Existem princípios que são mais essenciais que outros; existem os que podem auxiliar o comandante e os de natureza

técnica, tudo dependendo da situação e do nível da discussão, e mesmo que seja dito que eles são válidos em todos os níveis, seu valor irá diferir em cada um deles. Às vezes, eles se contradizem uns aos outros, como, por exemplo, os princípios da segurança e da concentração de forças, pois enquanto o primeiro preconiza que as forças sejam divididas, o segundo estabelece exatamente o contrário, mas, ainda assim, eles devem ser tratados como um conjunto. A IDF tem adotado um grupo relativamente pequeno de oito princípios:

- Manutenção do objetivo.
- Economia de forças.
- Iniciativa e ofensiva.
- Segurança ou proteção.
- Surpresa.
- Cooperação.
- Concentração de forças ou esforço.
- Flexibilidade.

Esses princípios, como outros já aceitos em vários exércitos do mundo, são necessários: para fins de *estudo*, inclusive para a preparação da teoria da guerra (tática); para fins de *estudos de situação* e aprovação de planos, particularmente porque o processo mental, que é feito por uma equipe e não por um indivíduo, é mais bem desenvolvido quando se segue uma *lista de verificação*; e para fins de exame e análise dos acontecimentos e a consequente *extração de conclusões* (*feedback*).

Pode-se perguntar: em que fase do processo decisório (es-

tudo de situação) os princípios devem ser introduzidos? Existe um grande número de possibilidades. Uma linha de ação pode ser justificada pelos princípios de guerra, ou possíveis linhas de ação alternativas podem ser comparadas com a ajuda dos critérios estabelecidos nos mesmos princípios, que também podem ser usados na fase de aprovação do plano. Isso significa estudar o plano proposto à luz dos princípios de guerra, assegurando, por conseguinte, um exame meticuloso que aumentará as possibilidades de êxito do referido plano.

É óbvio que nem *todos* os princípios serão aplicáveis em cada caso. Além disso, insistir que todos eles devem estar presentes com igual intensidade em todos os planos é uma idéia errônea. O seu valor, em cada plano, não é prefixado, e a verdadeira arte consiste em encontrar a dosagem certa com base no conhecimento (dos princípios) e na experiência (como usá-los). Para fins de ilustração, o princípio da concentração de forças sugere que o máximo efetivo possível devia ter sido concentrado para garantir a vitória no Líbano. Por outro lado, o da economia de forças sugere que as forças deviam ter sido reduzidas, porém empregadas sensatamente. Somente a combinação desses princípios poderia ter resultado num princípio melhor.

Durante a Guerra do Oriente Médio, em 1973, a divisão sob o

comando do Major-General Moshe ("Musa") Peled foi enviada rapidamente para o Comando Norte (e acertadamente, por sinal). Entretanto, o Quartel-General Geral perdeu, desta forma, sua única força de reserva disponível e violou o princípio da flexibilidade. Essas decisões foram tomadas no nível do Quartel-General Geral, subordinado apenas ao nível governamental, que não interfere em tais decisões. A situação é diferente, entretanto, quando se refere ao nível de comando em relação à fase de "aprendizagem da lição".

Não é necessário ressaltar que o estudo dos princípios de guerra constitui uma condição prévia para a sua aplicação nas fases de planejamento e execução. Todos parecem reconhecer esse fato, entretanto parece que a Força de Defesa Israelense ainda não encontrou um método que irá garantir a eficiência do estudo dos princípios. Assistir a uma conferência de uma hora e participar, posteriormente, das discussões, não é suficiente. Pelo contrário, todo aquele que deseja estudar os princípios de guerra deve ler a literatura militar sobre o assunto — e quanto mais, melhor.

Deve-se mencionar que a participação em críticas ou relatórios, não somente para quem está fazendo a exposição, mas também para o ouvinte que deseja aprender extraíndo conhecimentos da experiência de outros, é um excelente método de estudo. Mas isso só é válido

quando a análise dos fatos e a extração de conclusões são feitas, principalmente, segundo uma lista de verificação constituída, essencialmente, dos princípios de guerra. O fato de que, na maioria dos casos, as críticas ou os relatórios não são conduzidos de acordo com tal lista de

verificação não quer dizer que os princípios tenham perdido seu valor. Pelo contrário, significa que tanto o método de estudo como o de aplicação dos princípios de guerra devem ser radicalmente modificados nas fases de planejamento, execução e *feedback* (realimentação).



O General-de-Brigada AVRAHAM AYALON é o instrutor de maior patente da Escola de Defesa Nacional da Força de Defesa Israelense em Telavive, Israel. Formou-se e obteve o título de Mestre pela Universidade de Telavive e cursou a Escola de Estado-Maior Israelense e a Escola de Serviços Internacionais da Universidade Americana, em Washington, D.C. Serviu como historiador militar

do Ministério da Defesa de Israel, em Telavive, como assistente do Adido Militar na Embaixada de Israel, em Washington, D.C., e como assistente do Chefe da Unidade de Segurança Nacional do Ministério da Defesa de Israel.



COMO VAI A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL?

Nelson O' de Almeida

Que espaço tem sido dedicado à Inteligência Artificial, no desenvolvimento da nossa Política de Informática? Quais as suas reais dimensões? Quais as suas perspectivas de ocupação efetiva?

Essas são algumas das preocupações identificadas nessa análise sintética e pouco otimista.

"Na realidade", afirma o autor, "parece que não se tem acelerado ou, até mesmo, tem-se negligenciado uma extremamente valiosa arma de segurança e, certamente, de desenvolvimento".

Os computadores podem, facilmente, ser empregados das formas as mais diversas. Pode-se e tem-se transformado máquinas realmente possantes em "práticas máquinas de escrever, rápidas e precisas", como se tem obtido, mesmo de computadores de mão, resultados realmente inesperados, através de sofisticado software.

Após vencido o "medo" inicial, o administrador médio, como não especialista que é, conforma-se, ou até mesmo encomenda, uns tantos decâmetros de listagens, mas, usualmente, sem qualquer análise mais avançada. Por sua vez, parece

que o "Analista" médio está bastante preocupado em manter extensos programas (usualmente em COBOL) funcionando normalmente, para ter o tempo necessário a oferecer seus trabalhos, melhorando a eficiência (ou oferecendo mais profundo conhecimento) dos processos administrativos.

Além do extenso uso em cálculos típicos (estruturas de concreto, circuitos eletrônicos, estatísticas etc.) só mais recentemente viu-se o emprego de análise de conteúdo de grandes documentos como outras tantas atividades (planejamento, desenho técnico etc.) "assistidas pelo computador".

O desenvolvimento em bases comerciais de *software* sofisticado tem-se ilimitado, portanto, a determinadas áreas e a importação de "enlatados" ainda domina o mercado. No campo da estatística aplicada, por exemplo, acaba de aparecer o primeiro "pacote nacional" e apenas para os "grande porte" (SAEG, da Universidade de Viçosa); para os micros, só aqueles que possuem um processador de 16 bits podem importar os *STATSGRAPH*, os *MICROCAT* (para testagem, decente, da aprendizagem) ou um *SIMPLIS* ou *LISREL*, para análises causais (se tiverem de US\$200.00 a US\$2.000.00 disponíveis...). A "reserva de mercado" deixando sem concorrência um mercado altamente "comprador", não tem estimulado a inteligência nativa.

Uma exceção deve ser aberta para os "jogos de guerra" (do CASNAV, do EMFA) que já apresentam alguma sofisticação, com razoável número de opções e um certo equilíbrio ao premiar acertos e punir erros. Falta, ainda, estendê-los aos estudos de situação, aos planejamentos clássicos e... à análise da fidedignidade de dados!

Na realidade, parece que não se tem acelerado ou, até mesmo, tem-se negligenciado uma extremamente valiosa arma de segurança e, certamente, de desenvolvimento. Quando o C3I vem-se tornando uma preocupação e o Ministério da Aeronáutica planejou um DACTA II com integração até mesmo de suas Unidades Táticas Móveis, fica-

se a cobrar do ITA, do IME, do CNPq etc., os *software* que foram "reservados", mas costumam tanto a aparecer...

Na ponta da tecnologia, há três grandes centros americanos (Yale, Stanford, MIT) trabalhando em Inteligência Artificial em geral; mas há outros centros que focalizam aspectos específicos do problema.

Definir "Inteligência Artificial" parece ser um percalço; mas o que se pode pensar de um sistema que sabe resolver problemas não-matemáticos? Como considerar a máquina que tem possibilidade, demonstrada, de raciocinar?

Há já algum tempo identificou-se, definiu-se e analisou-se algumas das formas, dos processos, dos métodos empregados pelo cérebro humano na solução de problemas e o Laboratório de Pesquisa de Inteligência Artificial (LAIR), da Ohio State University, está "ensinando" esses processos e métodos a um computador. Além da idéia do raciocínio puramente matemático dos *Neats*, os *Scruffies*, admitindo que o raciocínio humano não é matematicamente lógico, ensinam os computadores a adaptar o método ao problema em foco e a combinar os processos já aprendidos.

Partindo da premissa de que seria possível conhecer em detalhes como os humanos "processam informações", o LAIR identificou seis "estratégias básicas" (ou "funcionamentos intelectuais").

A mais simples estratégia

genérica é a conhecida "comparação de conceitos": ao examinar-se um objeto ou idéia novos, busca-se na memória — e aí os computadores têm outra vantagem, além da velocidade de busca — um conceito igual (ou bastante semelhante) que permita "classificar" tal idéia ou objeto, continuando a busca em subclasses até estar-se satisfeito com o seu reconhecimento. Uma segunda estratégia é chamada classificação hierárquica onde, além da identificação da categoria a que pertence a idéia ou objeto, reconhece-se as relações dessa categoria com outras tantas.

A combinação dessas duas estratégias é usualmente aplicada nos campos de exames de "panes" e na diagnose médica, por exemplo.

Uma terceira estratégia genérica, que abrevia o exame sistemático de conceitos, é a da "inferência educada", isto é, baseada no conhecimento. O conhecimento acumulado permite buscar, de imediato, a solução mais provável para o caso, o que de fato exige uma "interpretação" dos dados disponíveis. Como exemplo, pode-se citar B. Chandrasekaran, Diretor do LAIR, ao comentar um diagnóstico computadorizado de um doente do fígado e que apontou "grande cirurgia" como a causa provável. Como é sabido que anestésias profundas podem atacar o fígado, o computador, ao examinar tal classe de fenômeno, ligou "doença do fígado" à anestesia e esta à "grande ci-

urgia"; perguntado, o doente confirmou ter sido submetido a anestesia profunda para grande cirurgia. É verdade que outras mil relações tiveram de ser examinadas antes (em nanossegundos, felizmente) antes que o "programa" admitisse inferir "efeito de anestesia profunda".

De fato, entretanto, uma diagnose exige bem mais que o exemplo; dada uma série de "sintomas" a explicar, é necessário formar-se uma hipótese composta, uma "melhor explicação". Isto representa uma quarta estratégia genérica como raciocínio indutivo ou, como no campo da educação, o "princípio dos blocos"; dada uma série de pequenas hipóteses plausíveis, cada uma explicando uma parte dos dados, obter a melhor hipótese composta que explique o fenômeno.

O LAIR está trabalhando com um sistema — RED — que identifica anticorpos no exame de sangue, baseando-se nessa quarta estratégia; ele considera rapidamente miríades de hipóteses, mas vai apenas analisar as mais significativas e assim, sucessivamente, até conservar a hipótese composta que melhor explique o tipo de coagulação obtido.

A quinta estratégia identificada pode ser chamada de planejamento e *designs* rotineiros. Quando um planejamento ou um *design* deve ter alguns parâmetros modificados — isto é, não se estará inventando nada e sim, apenas, repetindo uma rotina com outros parâmetros ou

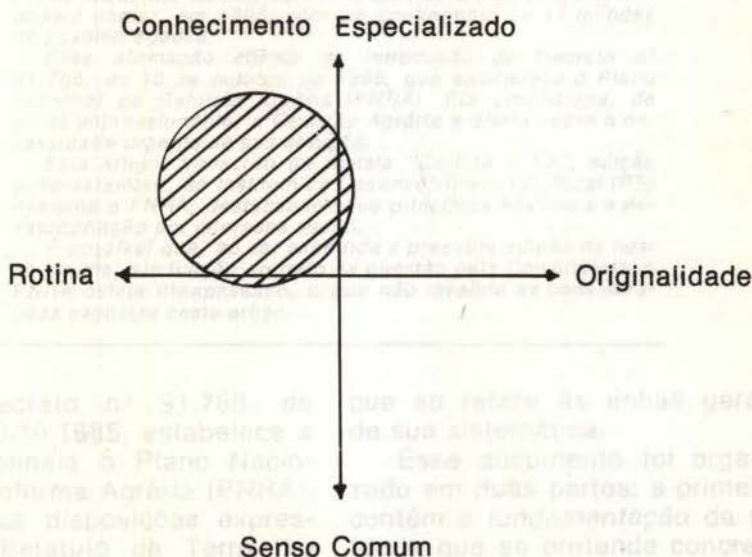
outras limitações – o “assistido pelo computador” tem grande utilidade. Uma das possibilidades é a de examinar-se (como é feito com análise de investimentos) do fim para o princípio, parando-se tão cedo – ou tão no final do processo – quando uma solução aparecer, evitando as grandes modificações ou a repetição de todo o processo.

A sexta estratégia, “raciocínio por abstração do estado atual”, representa de fato o processo típico utilizado na prognose de consequências de mudanças específicas. Quando uma Esquadrilha de quatro caças táticos decola com uma determinada missão, é através do raciocínio por abstração do estado atual que se poderá prever o que acontecerá com a missão se um deles não decolar e reduzir-se, assim, o efetivo a três

aviões apenas. E o nível de exame prognóstico não precisa ser limitado; no exemplo, pode-se examinar desde a perda de apoio do elemento que fica isolado, à capacidade reduzida de defesa mútua, de interferência eletrônica, da probabilidade de destruição do alvo, até as consequências anedóticas.

Para Chandra “... quando automatizarmos sistemas de segurança em geradores atômicos ou de diagnose médica avançada, quando automatizarmos uma busca de dados mais inteligente, estaremos elevando o nível dos serviços oferecidos” e transformando “seguidores de regras, burros” em “inteligentes bichinhos de estimação”.

O que se pode considerar, por enquanto, está representado no gráfico abaixo... o que já será de enorme ajuda.



Hoje, acredita-se que os computadores não possam fazer poesia, ter simpatia ou, mesmo, contar piadas. Mas, ao acreditar-se nos grandes humbristas que dizem ser, "a graça", o fruto de conduzir-se o pensamento do interlocutor em uma certa direção e concluir-se absurdamente, tal-

vez já se esteja perto do computador contador de anedotas.

O computador é, cada vez mais, uma peça altamente significativa na revolução de informação. E "informação fidedigna", a tempo e a horas é o bem mais precioso da Segurança e do Desenvolvimento.

Cel Av. RR NELSON JOSÉ ABREU DO O' DE ALMEIDA, declarado Asp Of Av em Dez 48, foi promovido a Cel Av em Out 72, pelo critério de Merecimento. Completou todos os cursos militares: EAOAR (54), ECEMAR (66 e 72) e CSG/ESG (74). Coursou Estado-Maior na Air University (69) e recebeu o grau de Mestre em Psicologia Industrial pela Ohio State University (70). Foi Instrutor da ECEMAR (72 e 73) e integrou o Corpo Permanente da ESG (75). Entre vários Comandos, destaca-se o dos MIRAGE e da 1ª Ala de Defesa Aérea (77 e 78). Estudioso da Estratégia, publicou diversos artigos em A Defesa Nacional e Política e Estratégia, além de assuntos técnicos na Revista da Associação Brasileira de Psicologia.



A EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Seus interesses básicos. A desapropriação por interesse social

Pedro Montenegro Barbosa

Se o ritmo de migração rural-urbana não for significativamente reduzido, mesmo com uma taxa de 5% ao ano, o Brasil poderá contar, em 1990, com um contingente de 11 milhões de desempregados.

Essa afirmação consta da introdução do Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985, que estabelece o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Ela dimensiona, de modo impressionante, a Questão Agrária e alerta sobre a necessidade urgente de sua solução.

Este artigo, transcrito da revista "Cultura e Fé", edição julho-setembro, do Instituto de Desenvolvimento Cultural (RS) examina o PNRA, destacando seus princípios básicos e a desapropriação por interesse social.

É possível que, ao ser expedida a presente edição da nossa revista, em função do trato da questão pela Constituinte, o PNRA esteja ultrapassado, o que não invalida as considerações expostas neste artigo.

O Decreto nº 91.766, de 10.10.1985, estabelece e delinea o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), dentro das disposições expressas do Estatuto da Terra, no

que se refere às linhas gerais de sua sistemática.

Esse documento foi organizado em duas partes: a primeira contém a fundamentação da reforma que se pretende concreti-

zar; a segunda trata da *formulação estratégica do PNRA*.

E nessa fundamentação se fala da necessidade e oportunidade da Reforma Agrária. E aí se diz que essa reforma "é por si mesma evidente, ante os anseios de reforma reclamada por legiões de trabalhadores rurais sem qualquer perspectiva de acesso à terra". Tanto mais imperativa — aí se frisa — quando se revela "o êxodo rural de mais de um milhão de pessoas por ano, para confirmar o agravamento do problema".

"Para que tão grande excedente populacional pudesse ser absorvido, economicamente, sem agravar a já dramática situação urbana, deveriam ser gerados anualmente quase quatrocentos mil empregos, além dos necessários ao atendimento das populações domiciliadas nos centros urbanos." Se esse ritmo de migração rural-urbana não for significativamente reduzido, mesmo com uma taxa de crescimento de 5% ao ano, o Brasil poderá contar, em 1990, com um contingente de 11 milhões de desempregados" (Introdução do Dec. nº 91.766).

Essa constatação, — destacada na justificação do Decreto nº 91.766 — é realmente impressionante. E não menos chocante é o fato que o documento consigna a seguir: — "O Brasil, entretanto, dispõe de um potencial de 500 milhões de hectares de terras agricultáveis, segundo o levantamento do Projeto Radam-Brasil. Mas as lavouras ocupam, hoje, apenas cerca de

80 milhões de hectares. Incluindo-se aí grandes áreas em descanso num sistema de rotação perdulário. E imóveis classificados como latifúndios, segundo critérios do Estatuto da Terra, mantêm cerca de 170 milhões de hectares como 'área aproveitável não explorada', de acordo com os próprios declarantes."

Bastariam esses dados, aqui revelados, para demonstrar a inegável urgência de uma reformulação profunda do sistema agrário brasileiro. Mas não é só isso. O problema se mostra ainda mais dramático, conforme reconhece o próprio Governo. Verifica-se que grande parte das terras aptas à agricultura permanecem apropriadas com intuítos meramente especulativos. Muitos proprietários as mantêm inexploradas, visando apenas a valorização fundiária. E dessa forma, cometem dois graves atentados contra o interesse social: vedam aos trabalhadores da terra o acesso ao meio de que necessitam para viver e produzir e impedem o progresso da nação (vd. Introdução do Dec. nº 91.766).

Mas essa não é, infelizmente, toda a realidade. O nosso panorama agrário ainda é mais sombrio, conforme pudemos ver no levantamento cadastral do INCRA, retratado nos segmentos anteriores deste trabalho. Dentro desses 500 milhões de hectares de terras agricultáveis do país não são apenas os 170 milhões de hectares, declarados pelos proprietários, que permanecem inexplorados, embora já

signifiquem um número alarmante. Dentro da área de mais de 400 milhões de hectares, classificados como latifúndios, é de se supor que muito maior é o território incultivado, já que, de regra, os "declarantes" buscam sempre minimizar a dimensão de suas áreas negligenciadas. E tem mais — se às terras ociosas se somarem as que são deficientemente exploradas (o INCRA registra mais de um milhão de latifúndios por exploração, como vimos) dá para se ter uma idéia do imenso potencial de solo agrícola que no Brasil está à espera de um processo de desenvolvimento agrícola, efetivamente abrangente, racional e produtivo. Se esses 500 milhões de hectares fossem devidamente explorados, com uma agricultura moderna, poderia ser o Brasil não apenas um portentoso celeiro para seus filhos mas para o mundo inteiro!

Por isso é de se endossar, sem restrições, o que afirma a respeito a explanação introdutória do Decreto Presidencial que vem deflagrar a transformação do sistema agrário brasileiro: "A Reforma Agrária emerge dessa análise sob múltiplas dimensões, no momento atual da vida brasileira. Ela se destaca, em primeiro lugar, por seu impacto positivo sobre o emprego, a renda, a produção e oferta de alimentos, a desnutrição, as migrações, a questão urbana e, sobretudo, deve ser medida pelos custos sociais resultantes de seu adiamento ou não realização."

"Ela desponta, igualmente, como uma exigência de justiça social, enquanto resposta adequada à compensação da enorme dívida social da "Nação para com a maioria da população rural, estigmatizada pela pobreza e no cumprimento do preceito constitucional da observância da função social da propriedade" (Introdução do Decreto nº 91.766).

OS PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PNRA

O primeiro princípio adotado pelo Plano, como não podia deixar de ser, é o de reafirmar a *função social* da terra, já consagrada nas últimas Constituições do Brasil dentro do contexto geral que marca a função social da propriedade.

Como se sabe aí não há nada de novo. Desde que foi abandonado na evolução do Direito o antigo conceito de propriedade, herdado do Direito Romano, de um direito absoluto de domínio sobre os bens, e passou esse direito a ser condicionado pelo interesse coletivo e pelo bem-comum, destacou-se no texto das Constituições modernas a função social da propriedade.

E aqui se coloca a pedra de toque da questão. Reforma Agrária implica em intervenção do Estado no regime de propriedade, posse e uso da terra, visando objetivos econômicos e sociais. E daí surgem algumas indagações inevitáveis: sob que

fundamento se impõe essa intervenção? Até onde ela é legítima, necessária e conveniente?

A resposta à primeira interrogação nos leva à necessidade de explicação dos princípios em que se funda a intervenção do Poder Público no setor agrário. E, nomeadamente, na normatização do direito de propriedade da terra e no reordenamento de sua posse e uso, mesmo que tal intervenção represente determinados sacrifícios de interesses privados de alguns poucos ou até de muitos.

A Constituição brasileira em vigor (e, certamente, a que está sendo elaborada seguirá na mesma direção), ao mesmo tempo em que assegura o direito de propriedade da terra, condiciona o seu uso ao *interesse social*. Esse resguardo da função social da propriedade, expressamente consignado no item III do art. 160, foi conduzido para o art. 2º do Estatuto da Terra, onde se reafirma que "a propriedade da terra é condicionada pela sua *função social*, na forma prevista nesta lei".

E, ao marcar essa dimensão social desse bem vital que é a terra, o Estatuto não deixou pairando no ar, abstratamente, esse conceito de sua *função social*. No mesmo artigo 2º explicita em seu § 1º as condições em que a terra está cumprindo essa função quando:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam.

As terras que se mostram enquadradas nessas condições acima explicitadas, portanto cumprindo com sua função social, não serão atingidas pela Reforma, segundo dispõe o PNRA. E nisso está certo o processo reformista governamental. Seria um contra-senso intervir em terras economicamente produtivas e socialmente ajustadas às necessidades sociais. Tal disposição vem tranquilizar e garantir a propriedade e posse da terra a todos aqueles que, responsavelmente, exploram seu prédio agrícola, buscando não apenas uma legítima lucratividade, mas, ao mesmo tempo preocupando-se com o bem-estar dos trabalhadores que participam da operação produtiva, cumprem com as obrigações legais que regem as relações de trabalho e preservam a conservação dos recursos naturais.

A respeito desse imperativo essencial que deve qualificar a terra agrícola — e sobre o qual gravita e se ordena todo o texto normativo do Estatuto da Terra —, a Lei 4.504 inscreve dois outros artigos importantíssimos que marcam dois preceitos fundamentais que são o fulcro de sua razão de ser. São eles os seguintes:

Art. 12 — À propriedade privada da terra cabe intrinsecamente uma função social e seu uso é condicionado ao bem-estar coletivo previsto na Constituição Federal e caracterizado nesta Lei.

Art. 13 — O Poder Público promoverá a gradativa extinção das formas de ocupação e de exploração da terra que contrariem a sua função social.

Se a terra está agredindo o bem-estar coletivo e contrariando a sua função social, é dever do Estado interferir com uma cirurgia reparadora. E para tanto, — conforme sublinha o plano reformista — terá de usar o remédio, embora amargo, da *desapropriação por interesse social*, estabelecida no art. 161 da Constituição.

O processo desapropriatório, como um dos instrumentos dominantes da Reforma Agrária, pela controvérsia que tem despertado e litígios que tem desencadeado nos Tribunais nessas primeiras tentativas de efetivação do PNRA, merece um destaque e algumas colocações pertinentes neste trabalho. Vamos ao assunto.

A DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL NA REFORMA AGRÁRIA

A ação de desapropriação, ou ação expropriatória como a chamam alguns, tem sido vista por muitos como uma espécie de "bicho-papão", como uma medida violenta do Poder Públi-

co que decide "confiscar" injustamente a propriedade particular. Especialmente àqueles que estão impregnados por mais de um século da filosofia do liberalismo econômico e do preconceito de que o direito de propriedade deva ser absoluto e intangível, a ação desapropriatória parece um acinte, uma espécie de "escândalo jurídico" que vem ameaçar a ordem econômica e a estabilidade de antigos interesses estabelecidos.

Não é nada disso. O processo desapropriatório é tão velho quanto a história humana. Segundo JOSÉ CAIEIRO DA MATA, em sua obra *O Direito de Propriedade e a Utilidade Pública*, Edição de 1906, págs. 71 a 74 (citado por M. SEABRA FAGUNDES, em *Da Desapropriação no Direito Brasileiro*, pág. 18, Ed. de 1948): "De princípio, a desapropriação não passava de um confisco de terras sumariamente feito sem limites pré-traçados, podendo dar lugar a uma indenização duvidosa e insegura. Assim era na antiguidade remota (China, Egito, Pérsia, Índia etc.)."

Em Roma já aparece com feição mais nítida, mais definida, dando lugar à indenização, conforme registra GIUNIO SABATINI (cit. por M. Seabra Fagundes, ob. cit., pág. 18). E com a Revolução Francesa de 1789 veio no bojo das novas leis (a partir da Constituição de setembro de 1791) o delineamento do instituto da desapropriação com a feição mais ampla e formal

com que foi, gradativamente, incorporando-se à legislação dos diversos povos. Já, então se estabelecia a exigência de motivo de *necessidade pública* (e mais tarde, também, o de *utilidade pública*) e de *indenização prévia* como formalidades essenciais do instituto de desapropriação.

A primeira referência à desapropriação apareceu no direito brasileiro — segundo assinala M. SEABRA FAGUNDES em sua obra magistral sobre o assunto — na Constituição de 1824. Ao tratar da inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos, estabelecia-se a possibilidade de expropriar a propriedade do cidadão quando “o bem público, legalmente verificado, exigir” (item 22 do art. 179).

A Lei 422, de 9 de setembro de 1826, que veio após, marcou os casos em que teria lugar a desapropriação da propriedade particular por necessidade e utilidade pública e os requisitos a que o processo deveria obedecer. Em 1845 o Decreto nº 353, de 12 de julho, ampliou os casos de utilidade pública, introduzindo algumas inovações no processo desapropriatório. A Constituição de 1891 consagrou a desapropriação nos termos propostos por essa legislação anterior.

Segue-se em 26 de agosto de 1903 o Decreto nº 1.021 autorizando o Poder Executivo a consolidar a legislação expropriatória. O que resultou, então, a Consolidação 4.956, de 7 de setembro do mesmo ano, conforme nos assegura M. Seabra

Fagundes em sua obra anteriormente citada *Da Desapropriação no Direito Brasileiro*, pág. 21. Tal consolidação, como ele acentua, disciplinou a matéria no país até que surgiu, finalmente, o Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, transformando substancialmente as normas do direito desapropriatório, no que se refere à expropriação fundada em utilidade pública, preservada nas Constituições de 1934 e 1937.

Até então as causas justificativas do direito de expropriar, nos diversos estatutos jurídicos que normatizavam a matéria eram a necessidade e a utilidade pública. Considerava-se situação de necessidade pública o fato de encontrar-se a Administração frente a um problema inadiável e premente, impossível de ser removido ou procrastinado, surgindo a desapropriação como a solução indispensável. Em tal situação estariam os casos concernentes à defesa do Estado, a segurança pública, o socorro público em tempo de calamidade, as emergências ligadas à salubridade pública etc. Os casos de utilidade pública emergem quando a utilização da propriedade particular mostra-se conveniente ao interesse coletivo. E as circunstâncias que a justificam são bastante abrangentes: a construção de edifícios e estabelecimentos públicos, fundação de povoações e de seu abastecimento regular, o aproveitamento das minas e jazidas minerais, das águas e da energia elétrica, a assistência

pública, abertura de estradas, execução de planos de urbanização, loteamento de terrenos edificáveis para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética, e assim, também para a viabilização de meios de transporte. E, enfim, para todas as realizações consignadas no art. 5º do Decreto-lei nº 3.365 e as que se revelarem úteis a critério da Administração Pública.

O Decreto-lei nº 3.365 inovou, entretanto, nesse assunto, acabando com essa diferenciação entre necessidade e utilidade pública e passando a tratar os casos de necessidade dentro de um único critério e denominação. E a todos englobou, indistintamente, sob a classificação de *utilidade pública*.

E mais. Avançou no rigor e na eficiência de que revestiu as formalidades do processo desapropriatório em seus arts. 9º, 15 e 20. Pelo art. 9º ao Poder Judiciário "é vedado no processo de desapropriação decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública". No art. 15 estabelece que "se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada, de conformidade com o art. 685 do Código Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens". E no art. 20 preceitua que "a contestação só poderá versar sobre vício do processo judicial ou imputação do preço; qualquer outra questão deverá ser decidida por ação direta".

O dispositivo do art. 9º visa preservar a independência e a eficiência da Administração Pú-

blica, coibindo a intromissão do Judiciário na órbita de sua exclusiva competência. Inegavelmente o saber e o decidir a respeito de uma declaração de utilidade pública, de realizações administrativas, de obras e serviços públicos, é da específica alçada do Executivo, que deve ter a devida liberdade e independência para avaliar sobre sua conveniência e utilidade social. Colocar tais decisões sob o julgamento e disposição do Judiciário seria comprometer a independência e harmonia dos Poderes que se quer num Estado democrático, além de ensejar embaraços prejudiciais à Administração. Por isso, inteiramente correta a disposição da lei a esse respeito.

No art. 15 se põe outra disposição de grande oportunidade e acerto. A transferência imediata do bem expropriado ao poder da Administração mostra-se, em muitos casos, de urgente necessidade. Por isso, a possibilidade que a lei abre à imissão na posse do bem ao expropriante. Da mesma forma, por entender o legislador que qualquer procrastinação nos objetivos visados pelo ato desapropriatório é prejudicial ao interesse público, por ele perseguido, impede que no respectivo processo judicial se ensejem as embromadoras discussões jurídicas sobre o mérito da causa. E, assim, só permite o ataque do expropriado em sua contestação para discutir o preço, o valor da indenização que lhe cabe.

Essas cautelas legais — di-

tadas pela prudência e pelo zelo em não enfraquecer a força do Poder Público em sua providência desapropriatória que, com raríssimas exceções, sempre busca o interesse coletivo e o bem público — não foram tomadas quando se pensou em estabelecer, na legislação brasileira, a desapropriação por interesse social, para fins de Reforma Agrária; o que tem dado causa aos obstaculantes litígios judiciais que têm tumultuado os respectivos processos expropriatórios.

A desapropriação, já não apenas por necessidade ou utilidade pública, mas, também, por *interesse social*, foi uma inteligente inovação da Constituição de 1946.

E não posso me furtar ao impulso de citar aqui o que o grande jurista M. SEABRA FAGUNDES comenta a respeito:

“A menção do INTERESSE SOCIAL, se bem que desnecessária (desnecessária, dizia ele, porque entendia que em todas as desapropriações por utilidade pública já está implícito o *interesse social*) — encontra explicação no seu sentido programático. O que quis o legislador constituinte ao mencioná-lo foi acentuar o relevo da expropriação como meio de atingir as finalidades sociais da Constituição. Foi mesmo *insinuar* ao legislador ordinário a utilização do expropriamento como fator útil à composição dos conflitos coletivos de interesse, latentes no campo social e econômico, através da justa distribuição da pro-

priedade, da repressão ao abuso do poder de indivíduos, uniões ou agrupamentos de empresas, da intervenção com finalidade social, em certos setores de atividades industriais, comerciais etc., inclusive monopolizando indústrias” (em *Desapropriação no Direito Brasileiro*, pág. 23).

E mais adiante o autor completa: “Haverá motivo de *interesse social* quando a expropriação se destine a solucionar os chamados problemas sociais, isto é, aqueles diretamente atinentes às classes pobres, aos trabalhadores e à massa do povo em geral pela melhoria nas condições de vida, pela mais equitativa distribuição da riqueza, enfim, pela atenuação das desigualdades sociais” (ob. cit., pág. 23).

Corretíssimas as considerações expendidas. O Constituinte de 1946, na reabertura da reconstrução democrática do país que se refazia, começava a vislumbrar que no tecido econômico e social do país, que ingressava numa nova era (revolucionada pela grande guerra mundial que se extinguiu), novos instrumentos de transformação sócio-econômica deveriam se construir.

Alvorecia no Brasil o processo de industrialização que a guerra havia instigado; e que se aceleraria, efetivamente, nas décadas de 1950 e 1960. E tal processo, — com o crescimento relevante da população do país, com a ampliação da economia agropecuária, do setor comercial e de serviços e a acelera-

ção, também, da urbanização que começava a se dilatar, fazia surgir e crescer problemas sociais que, até então, estavam hibernados. E não apenas isso, — estavam reprimidos sob o guante da ditadura.

Crescera marcadamente e, cada vez mais, passava a aumentar a massa trabalhadora. E também a concentração de renda e o poder econômico de determinadas classes sociais, alargando distâncias entre maiores empobrecidas e minorias afortunadas.

Ainda não havia aflorado, com a intensidade que se mostraria mais tarde, o problema agrário. Mas as distorções, as contradições e conflitos, que hoje se revelam críticos, já doíam em sua patologia estrutural. E um contínuo fluxo migratório do campo para a cidade, agudizando a problemática urbana, já se fazia na década de 1940, para se acelerar nas de 1950, 1960 e 1970, até se agigantar nesta última em número alarmante.

E, por isso, a *desapropriação por interesse social* "como fator útil à composição dos conflitos coletivos de interesses" — na feliz colocação de SEABRA FAGUNDES — veio se mostrar tão necessária ao nosso país. E, principalmente, como instrumento jurídico e democrático de eficiente resultado na retificação da anomalia da estrutura agrária brasileira.

O Governo Revolucionário, que se instalara em 1964, não pôde deixar de sentir essa reali-

dade. E por isso o Legislador, na normatização do Estatuto da Terra, incorporou em seu texto a desapropriação por interesse social, como instrumento dominante para viabilizar a redistribuição de terras no processo de Reforma Agrária.

E aqui foi introduzida uma modificação importante, rompendo-se com um princípio tradicional no processo desapropriatório no Brasil: estabeleceu-se na Constituição, em seu artigo 161 que: "A União poderá promover a desapropriação da propriedade territorial rural, mediante pagamento de justa indenização, fixada, segundo os critérios que a lei estabelecer, em títulos especiais da dívida pública, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis no prazo de vinte anos, em parcelas iguais e sucessivas, assegurada a sua aceitação, a qualquer tempo, como meio de pagamento até cinquenta por cento do imposto territorial rural e como pagamento do preço de terras públicas." Em seu § 1º dispôs, ainda, o art. 161: "A lei disporá sobre o volume anual ou periódico das emissões dos títulos, suas características, taxa dos juros, prazo e condições do resgate."

Verifica-se, assim, que a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, buscou adequar-se à singularidade da questão agrária.

Uma Reforma Agrária para obter sucesso e produzir impacto desenvolvimentista — segundo o entendimento dos *expert*

do IICA (órgão técnico da OEA) — há de ser, o mais possível, massiva, profunda, oportuna e abrangente. E, muitas vezes, drástica.

Os assentamentos de pequenos e dispersos núcleos agrícolas, feitos a conta-gota, não alcançam os resultados almejados, é o que revelam os estudos do problema agrário. O processo reformista, para poder realizar a transformação estrutural do sistema agrário e conseguir seus objetivos econômicos e sociais, tem de ser o mais amplo e integral possível.

E é aí que tropeça o Estado em um obstáculo desafiante: — o avantajado custo de sua execução, especialmente o volumoso custo de aquisição das terras. Este elevado valor comercial da terra, que freqüentemente é de caráter especulativo, é o grande fato limitante da reforma, face aos insuficientes recursos de que dispõe o país.

Por isso mesmo, compreendeu o legislador brasileiro que deveria ser inovado o processo desapropriatório quando se tratasse de *interesse social*, particularmente em se tratando de expropriação de terras para a Reforma Agrária. O pagamento da indenização em títulos da dívida pública e num prazo razoável (excepcionando as benfeitorias que serão pagas em dinheiro), preservando nesse período o valor da verba pela devida correção monetária, — foi o caminho encontrado para enfrentar o problema.

Há, entretanto, alguns que

discordam dessa modalidade de indenização, com títulos da Dívida Agrária e com o prazo de vinte anos, por entenderem que tal não corresponde a uma indenização *justa*. E até afirmam ocorrer nessa disposição uma feição confiscatória. Essa posição de desconformidade, que parte principalmente dos que se acham ameaçados de possíveis desapropriações, pressionaram de tal forma os Constituintes em Brasília, que, na Comissão Temática que trata da Ordem Econômica Social, saiu vencedora a proposição que estabelece a *indenização prévia, em dinheiro*, nas expropriações de terras para a Reforma Agrária. Se tal proposta vingar, como disposição vencedora, no Plenário da Constituinte, e passar para a nova Constituição, será o sepultamento da Reforma Agrária no Brasil; pois o país jamais terá recursos financeiros suficientes para tamanho desembolso de dinheiro a ser pago previamente e, praticamente, à vista aos expropriados.

Mas é de se admitir que não se chegará a tamanha insensatez e a tão chocante retrocesso político, invalidando-se o saudável avanço já instituído no Estatuto da Terra. Seria como que fazer voltar para trás os ponteiros da História, não só anulando uma conquista do direito agrário brasileiro, mas afrontando toda a opinião pública nacional e a sofrida esperança de milhões de agricultores sem terra.

Na verdade, o Brasil, ao dispor sobre a nova forma de inde-

nização, na ação desapropriatória, não está fazendo nada de mais e nada de novo. A forma e o montante da indenização, na ação desapropriatória, para fins de Reforma Agrária, não pode ser a tradicional, com o pagamento prévio e justo em dinheiro à vista, sob pena de se inviabilizar inteiramente o processo, conforme já se acentuou anteriormente. A reformulação da estrutura agrária de um país — especialmente de um país-continente como o Brasil — em que se necessita assentar milhões de famílias em milhões de hectares de terra, só pode ser realizada pagando-se por estas o mínimo possível de indenização. Este é um dado óbvio.

E não se diga que nesse procedimento se perpetra um "injusto confisco". Se formos bem ao fundo da questão não poderemos afirmar, de outra parte, que maior e mais danoso "confisco" é aquele que comete o latifundiário que furta à produção e desenvolvimento do país milhares de hectares que mantém inexplorados? E por que não se chama de "confisco" também a enorme fatia que o Imposto de Renda mensalmente abocanha dos ganhos das pessoas? Por acaso não é essa pesada tributação sobre os ganhos do trabalho e sobre os prédios urbanos muito mais onerosa do que as impostas aos grandes proprietários de terra protegidos pela Cédula "G"? E o que se dizer de certos produtos industriais onde a carga do Fisco

chega a ultrapassar a própria parcela do lucro (como no caso da produção e comercialização de automóveis)? E outros exemplos mais poderíamos alinhar, para demonstrar que nos tempos atuais não se pode mais falar em "intangibilidade" quer da propriedade, quer da liberdade. Desde muitos anos os indivíduos e a propriedade privada vêm sofrendo crescentes limitações, face aos imperativos do interesse social e do bem-estar coletivo. As exigências do bem público têm preponderado no âmbito do Direito e do Estado, cortando fundo na carne dos interesses privados. E essa tendência, hoje aceita e consagrada na ordem jurídica contemporânea, veio no bojo de incoercíveis transformações sociais do mundo moderno.

Por isso mesmo, não é de se estranhar que o instituto da desapropriação se modifique e se ajuste em harmonia com os imperativos de interesse social a que deva atender. O Brasil estabeleceu a sua fórmula na atual Constituição, quanto ao processo desapropriatório para os fins de reestruturação agrária. Pode não ser perfeito e, realmente, não é o mais adequado e eficiente para os fins que visa; e isso pretendo analisar no próximo seguimento deste trabalho com mais vagar. Mas pode e deverá sofrer aperfeiçoamentos que seriam oportunos ocorrer nesse momento em que se escreve a nova Constituição do Brasil.



PEDRO MONTENEGRO BARBOSA – Procurador de Justiça aposentado. Advogado, membro do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul. Ex-Assessor Jurídico do extinto IRGA (Instituto Gaúcho de Reforma Agrária). Foi membro da Comissão Governamental que apresentou as Diretrizes e Bases para um Programa Estadual de Reforma Agrária, 1964. Presidente do Instituto de Desenvolvimento Cultural. Autor do trabalho sobre "Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul", na IV Semana Social do Rio Grande do Sul, em 1969, promovida pelo ISCRE.



A GEOPOLÍTICA ARGENTINA

Norma Breda dos Santos

Texto adaptado de dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Transcrição de matéria publicada em Política e Estratégia, edição de Jan-Mar de 1987, revista trimestral do Centro de Estudos Estratégicos CONVIVIO - Sociedade Brasileira de Cultura.

A Argentina, ao lado do Brasil, é um dos países onde mais se publicaram trabalhos sobre Geopolítica na América Latina. No entanto, a análise da Geopolítica argentina não pode ser feita nos mesmos termos da Geopolítica brasileira. No Brasil, ainda que se considere a não uniformidade do pensamento geopolítico nacional e a impossibilidade de defini-lo com precisão, fatos observados por Shiguenoli Miyamoto, a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, tornou possível a existência de um centro aglutinador das produções sobre a matéria. Além disso, como já foi visto, a Geopolítica brasileira não permaneceu ao nível das teorizações, mas avançou para o campo da ação. Isso não ocorreu na Argentina. Nesse país, o

Instituto Argentino de Estudos Estratégicos y de las Relaciones Internacionales (INSAR), considerado a mais importante instituição dedicada à elaboração do pensamento geopolítico argentino, só foi criado em 1969.¹ Acrescente-se a isso o fato de que as formulações deste instituto não foram utilizadas no delineamento da política externa desse país, como aconteceu no Brasil. O que houve foi a eventual coincidência entre alguns atos do governo argentino e as estratégias elaboradas no referido instituto.

O tema a ser aqui desenvolvido tem como imprescindível a atenção às considerações feitas acima. As delimitações temáticas estabelecidas são resultantes das condições acima citadas. Além disso, deverá ser

compreendido a partir da confrontação fixada pelo próprio pensamento geopolítico argentino, que se tem preocupado acentuadamente com a crítica à Geopolítica brasileira.

ALGUNS NOMES DA GEOPOLÍTICA ARGENTINA

Afirma Alfredo H. Rizzo Romano que "na *República Argentina* (não se pode) falar de uma Escola Geopolítica."² Segundo o tratadista de Direito Internacional, entre os precursores do pensamento geopolítico argentino está Sarmiento, que, no século passado, escreveu, entre outras coisas, sobre as articulações do Rio da Prata, e propôs a mudança da capital argentina. Outro precursor seria Alberdi, que se opôs à participação da Argentina, ao lado do Brasil e do Uruguai, na guerra contra o Paraguai (Guerra do Paraguai, 1865-1870). Entendia Alberdi que haveria de defender-se o Paraguai de modo a impedir os avanços da influência brasileira.

Ainda segundo Alfredo H. Rizzo Romano, no fim do século XIX e início do atual, Estanislao Zeballos realizou estudos geopolíticos com relação à zona de Misiones e ao Rio da Prata, sustentando a tese de que a Argentina teria domínio completo sobre todo este rio (teoria da costa seca para o Uruguai). Rizzo Romano menciona também o vice-almirante Segundo R. Storni, autor de *Intereses Argentinos*

en el Mar (1952), obra em que defendeu a vocação marítima argentina e seu destino "talassocrático". Storni foi um dos primeiros estudiosos a pôr acento na importância do Canal de Beagle, escrevendo, inclusive, *Trabajos Hidrográficos y Límites Argentinos en el Canal de Beagle* (1905).

Outro nome lembrado por Rizzo Romano é o do tenente-general Julio A. Roca. Esse militar argentino teve uma grande visão geopolítica ao efetivar a anexação da Patagônia à Argentina no momento da Guerra do Pacífico (1879), quando o Chile enfrentava o Paraguai e a Bolívia.

Além dos nomes já citados, é dado destaque para os militares Perlinger e Jasson, que publicaram um *Manual de Geopolítica* há quase 40 anos. Outros militares: Juan E. Guglielmelli, Atencio, Briano, Juan D. Péron, Osiris G. Villegas, Rodríguez Zía, Isaac F. Rojas, Gómez Rueda, Auel, Kessler e Ballesteros.

Entre os juristas que se dedicaram à Geopolítica, tendo em vista o Direito Internacional, estão incluídos o próprio Rizzo Romano, Lucio Moreno Quintana e Luis M. de Pablo Pardo. Rizzo Romano é autor de *Bases para uma Geopolítica Argentina*; Moreno Quintana escreveu *Dereito Internacional Público*, onde se dedicou à matéria, e Pablo Pardo publicou na *Revista de la Facultad de Derecho* (1948-50) um estudo sobre a "Posición Geopolítica Argentina".

Cita ainda Rizzo Romano: Pablo Sanz (*El Espacio Argentino*), Alberto Assef (*Proyección Continental de la Argentina*), Mario Fuschini Mejía e Nicolás Boscovich.³

ALGUNS TEMAS DE GEOPOLÍTICA ARGENTINA

Por volta da década de 60, surgem trabalhos geopolíticos que preconizam a projeção internacional que o Brasil estaria apto a exercer, e, em contrapartida, aparece, principalmente na Argentina, um número considerável de trabalhos que visam a criticar esta pretensão brasileira. Ou seja, em um determinado momento a Geopolítica argentina passou a preocupar-se com a formulação de projetos defensivos para fazer frente à Geopolítica ofensiva do Brasil. Nesse sentido, afirma Christian Guy Caubet que existem dois tipos de Geopolítica: uma de agregação e uma de oposição.

"A Geopolítica argentina, pelo menos na sua fase atual, constrói-se em oposição. Ela teve uma inegável obsessão pela atuação do Brasil, especificamente no âmbito do continente sul-americano. (...) Outra é a tradição geopolítica brasileira. Na verdade, se de um lado ela cumpre seu papel de homogeneização da consciência nacional(ista), por outro ela encara o papel internacional do país como uma projeção natural além-fronteiras, e não como uma necessidade de defesa."⁴

No entanto, como lembra o próprio autor, a utilização da expressão "de oposição" para qualificar a Geopolítica argentina torna-se discutível quando se tem em mente os pressupostos sobre os quais ela é elaborada. Ou seja, a Geopolítica argentina, mesmo tendo características que garantem sua especificidade, não foge aos pressupostos da Geopolítica tradicional, que "(privilegia) a análise das relações internacionais em termos de tensão e agressividade".⁵

Alguns dos temas mais apreciados pelos estudiosos argentinos, nos quais evidenciam sua oposição não só às teses geopolíticas elaboradas no Brasil, como também à política externa brasileira, são: a Bacia do Prata, o Atlântico Sul, a Antártica e a hegemonia brasileira.

A BACIA DO PRATA

A Bacia do Prata está formada pelos países que participam do sistema hídrico constituído pelo Rio da Prata e seus afluentes principais: os rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Dela, portanto, fazem parte: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Os documentos que institucionalizaram originariamente o sistema da Bacia do Prata foram: a Declaração Conjunta de Buenos Aires, de 1967, e a de Santa Cruz de la Sierra, de 1968. A Declaração Conjunta de Buenos Aires criou o Comitê Intergovernamental Coordenador

(CIC), fixando seus objetivos mais importantes, dentre os quais a coordenação da ação conjunta dos governos que se tenha como necessária. A Ata de Santa Cruz de la Sierra dá continuidade ao processo de institucionalização da Bacia do Prata, reconhecendo a reunião de ministros das Relações Exteriores da área como "autoridade superior", com as atribuições de elaborar a política a ser seguida na região, dirigir a ação do CIC e decidir sobre a consecução dos objetivos acordados, estabelecendo também a periodicidade das reuniões (ordinariamente, uma vez ao ano, e, em caráter extraordinário, a pedido de três ou mais países), assim como o procedimento da tomada de decisões (unanimidade).

Em 23 de abril de 1969 foi assinado, em Brasília, o Tratado da Bacia do Prata, dando forma definitiva ao sistema: incorpora ao quadro dos organismos a reunião de ministros das Relações Exteriores (artigo II), reconhece o CIC como órgão permanente (artigo III) e as Comissões ou Secretarias Nacionais como órgãos de cooperação e assessoramento dos governos. O Tratado estabelece como meta principal o relacionamento cooperativo entre seus integrantes, visando à harmonização do aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata.

Como já foi lembrado, a Bacia do Prata tem sido um dos temas mais estudados pela Geopolítica argentina. Em poucas palavras Alfredo Rizzo Ro-

mano dá a dimensão da importância geopolítica que se atribui à região:

"Esta bacia constitui a zona chefe ou *Heartland* da América do Sul. Aplicando os conceitos mackinderianos, podemos afirmar que quem domine na rica região de 3,5 a 4,5 milhões de km² dominará na ilha sul-americana, e quem domine neste subcontinente tem probabilidade máxima de dominar na África e em todo o hemisfério Sul."⁶

Pelas amplas possibilidades que oferece para o aproveitamento hidrelétrico, a parte do Rio Paraná que a Argentina comparte com o Paraguai, que se situa a jusante do Rio Iguaçu até o foz dos Rios Paraná e Paraguai, se destaca como uma região da Bacia do Prata que tem merecido muita atenção por parte dos geopolíticos argentinos. De maneira geral, seus estudos sustentam a tese de uma interdependência funcional entre os afluentes de todo o Alto Paraná, o que significa que qualquer modificação em um de seus trechos acarretará alterações em seu funcionamento como um todo. Daí concluem pela exigência de uma utilização planejada de sua potencialidade hidrelétrica, a fim de que se atinja um nível ótimo de aproveitamento e se mantenha um equilíbrio de influências no subsistema.

O Tratado de Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 26 de abril de 1973, visando à construção da represa de Itai-

pu⁷, acentuou o número de teses de ordem geopolítica para a região do Alto Paraná. Dentre os argumentos mais considerados por tais teses estão o comprometimento do projeto hidrelétrico argentino de Corpus, com a participação paraguaia, e a navegação do Paraná. Acrescentam-se a essas questões outras, como as relativas à articulação viária, proteção ambiental, segurança etc.

Isaac Francisco Rojas, Maria del Carmen Llaver e Juan Enrique Guglielmelli insistem sobre a existência de uma *singularidade geográfica* no Alto Paraná, que diz respeito aos vínculos funcionais no interior de uma parte da região. A citada expressão foi criada pelo engenheiro Mário Fuschini Mejía, sendo seus estudos técnicos utilizados pelos autores mencionados.

Descrevendo as características da Bacia do Prata, Fuschini Mejía voltou sua atenção para a singularidade geográfica: "trecho que inclui o canhão que começa abaixo das cataratas de Gualfá, o canhão que começa abaixo das cataratas do Iguaçu e se estende até o Oeste, circulando por um leito com um coeficiente de condição restrito até Corpus, onde o rio se expande (constituindo) um subsistema (...)"⁸.

Dadas as peculiaridades desse trecho, concluiu Fuschini Mejía que qualquer projeto brasileiro-paraguaio para a região não poderia prescindir da reali-

zação de consulta prévia ao governo argentino.

Em 19 de outubro de 1979, foi firmado o acordo tripartido entre Argentina, Brasil e Paraguai sobre a compatibilização das obras de Itaipu e Corpus. Resumidamente, o Tratado estabelece três pontos fundamentais: a cota de 105 metros para Corpus, flexibilidade operativa de Itaipu e a proibição de apreensão e qualificação unilaterais de prejuízo sensível.

Isaac F. Rojas, que, dentre os geopolíticos acima citados, é quem mais se utiliza das conclusões técnicas de Fuschini Mejía, ainda anteriormente ao tratado de 1979, afirmava que, "se se construísse a represa brasileiro-paraguaia em Itaipu, ou seja, 17km águas acima da desembocadura do Iguaçu, com nível de restituição baixo (105m sobre o nível do mar), as águas impedidas de não elevarem-se em Iguaçu circularão pelo canhão até Corpus com grande pendente, e haverão consumido, necessariamente, a energia potencial de que dispunham em Iguaçu, não ficando um desnível para utilizar em Corpus, que, portanto, não poderia construir-se. Em consequência, essa solução parcial que se intenta dar entre Paraguai e Brasil ao problema da singularidade geográfica não é conveniente"⁹.

No mesmo sentido, observou Juan Enrique Guglielmelli que no trecho da singularidade geográfica o "Brasil levantará, associado com o Paraguai, a represa de Itaipu, com uma cota

de descarga de 105 metros, não obstante que esta altura afetará o rendimento ótimo de Corpus".

Dessa forma, a posição brasileira frente a Itaipu haveria que se entendida como "um projeto *eminentemente político*, tendente a consolidar em sua esfera de influência Assunção e a impedir ou perturbar o aproveitamento hidroelétrico do rio Paraná pela Argentina no trecho da 'singularidade geográfica'. Dentro desta ordem de idéias, nosso país deve entender com toda claridade que, se desde um ponto de vista enérgico o propósito brasileiro pode consistir em obter seu predomínio nesse setor, a superioridade em uma área-chave do desenvolvimento, de uma perspectiva geral, não se pode desvincular de sua política na Bacia do Prata, alimentada por uma histórica vocação hegemônica (...)"¹⁰

Realizado o tratado, Maria del Carmen Llaver assegurou que "não podemos chamar a este documento de compatibilização ou otimização de ambas as represas (Corpus e Itaipu), senão somente de entendimento para que ambas funcionem separadamente".¹¹

Quanto à navegabilidade, Isaac F. Rojas e Juan E. Guglielmelli assinalam que o Brasil, dentro de uma política firme e coerente com seu passado hegemônista, estaria intentando desviar a Bacia do Prata desta função, que é a sua primordial. Assim o faria ao prejudicar a navegabilidade do Rio Paraná com a construção de Itaipu e ao

integrar a Bacia do Prata ao sistema viário ligado aos portos brasileiros. Diz Isaac F. Rojas que, sendo a navegação para a Argentina o uso predominante do Rio Paraná¹², o projeto de Itaipu o estaria prejudicando ao fazer com que o sistema de transportes paraguaio e argentino ficasse sob o controle do transporte terrestre brasileiro, encarecendo-se muito.¹³ Da mesma forma entende Juan E. Guglielmelli, segundo o qual a construção de Itaipu visaria, entre outras coisas, a perturbar a navegação do Alto Paraná através da penetração ao interior do Brasil.¹⁴

Sobre a mesma questão, Maria del Carmen Llaver diz que a construção de Itaipu pode inutilizar a navegação do alto Paraná águas abaixo, reiterando assim as pretensões hegemônicas brasileiras na região, que se consolidam com suas obras de comunicação, "amplamente desenvolvidas para romper a natural geografia dos rios da Bacia Norte-Sul por novas conexões Leste-Oeste, que favorecem a saída da produção até o Atlântico (através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande) e busca a saída ao Pacífico para lograr o objetivo de potência bioceânica".¹⁵

A propósito do sistema do Prata, faz-se mister uma nova remissão ao pensamento de Juan E. Guglielmelli. O autor propôs a criação de uma nova entidade geopolítica, o Cone Sul, a fim de substituir a Bacia do Prata. Diz ele que "a verda-

deira entidade geográfica e histórica é o Cone Sul, integrado por Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai. O sistema da Bacia do Prata parcializa os esforços nacionais, acentua as contradições regionais de seus membros e pode estimular uma divisão internacional do trabalho à escala regional prejudicial para os países de menor desenvolvimento relativo e benéfica, em particular, para interesses estranhos à área".¹⁶

Além dos aspectos considerados, a política brasileira com relação ao Paraguai, bem como a própria posição paraguaia na questão de Itaipu foram largamente criticadas pelos geopolíticos argentinos. Entendem eles Itaipu como uma expressão e consolidação da hegemonia brasileira sobre o Paraguai, cuja política, considerada pendular, "joga com habilidade as cartas de suas conveniências imediatas, mas compromete o equilíbrio do chamado Cone Sul do continente, o que, uma vez destruído, arrastará atrás de si sua própria liberdade de ação à maior profundidade que as do Uruguai e Argentina, menos sujeitas, geopoliticamente, à evolução da Bacia do Prata".¹⁷

O ATLÂNTICO SUL

Conforme Juan E. Guglielmelli, a área do Atlântico Sul, tendo em vista sua relevância geopolítica para a Argentina,

compreende a região que se estende, ao Norte, desde o "Corredor" do Atlântico (Cabo São Roque – Brasil e Cabo Palmas – Libéria), entre três massas continentais (América do Sul, África e Antártica). Ao Sul, seus limites são os seguintes: com o Oceano Índico, pelo meridiano do Cabo Agulhas; com o Pacífico, pelo meridiano de Cabo Hornos,¹⁸ e com o Antártico, pela Linha de Convergência Antártica que rodeia o continente gelado entre os paralelos 50° e 60° Sul.

Segundo o autor, os acessos ao Atlântico Sul são: para o Atlântico Norte, através do "Corredor" do Atlântico; com o Pacífico, através de duas rotas principais – Estreito de Magalhães e Passagem de Drake –, e uma secundária – Canal de Beagle; com o Índico, por meio de um acesso principal – entre o Cabo da Boa Esperança e a dorsal das ilhas Crozet/Príncipe Eduardo/Bouvet –, e de outro secundário – entre a dorsal das referidas ilhas e o Continente Antártico. Assinala, ainda, Juan E. Guglielmelli que, de um ponto de vista geopolítico, convém adotar o meridiano 20°W de Greenwich enquanto limite do setor ocidental do Atlântico Norte, uma vez que constitui, ao Sul do Equador sobre o Atlântico, o limite do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

A importância estratégica que o Atlântico Sul vem adquirindo tem como contraponto o maior número de obras geopolíticas

ticas dedicadas a esta temática. De forma geral, as questões vinculadas ao Atlântico Sul tratam de relevar aspectos como sua importância econômica, viária e militar, que, por sua vez, mantêm relação entre si. Além desses aspectos, três problemas de limite territorial são amplamente aludidos, envolvendo o Canal de Beagle, as Ilhas Malvinas e a Antártica.

Quanto ao significado econômico, o Atlântico Sul destaca-se por seus recursos de pesca e pela presença de minerais, como nódulos de manganês. Sobre a atividade pesqueira, os dados disponíveis apontam que a exploração da região dava à Argentina o 38º lugar na produção mundial no ano de 1970, contra a colocação de 31º no ano de 1950. Isso indica a progressiva desatenção a esse setor que, segundo Alberto O. Casellas, "não foi felizmente encarado. A riqueza íctica da República foi ignorada como tantas outras, sem levar em conta que os recursos biológicos do mar são mais ou menos fáceis de extrair sem necessidade de inversão de somas consideráveis, como pode ocorrer no caso de exploração de recurso minerais".¹⁹

Alberto O. Casellas lembra que as potencialidades alimentícias marítimas se tornam mais importantes à medida que se vão esgotando outras fontes, o que, acompanhado do progresso técnico, torna economicamente viáveis algumas atividades até então não compensatórias. O mesmo ocorre com a exploração

de recursos minerais, conforme Carlos Juan Moneta, que destaca as reservas de nódulos de manganês presentes no Oceano Atlântico. Esses nódulos são rochas de tamanho pequeno, encontradas a grandes profundidades marítimas (entre 4 mil e 6 mil metros), contendo, além de ferro e manganês, níquel, cobre e cobalto, ou seja, minerais essenciais para a indústria.

Para Juan Carlos Moneta a dependência dos países centrais da importação de recursos minerais essenciais e a nova política de agregação de poder que começou a ser seguida pelos países do Terceiro Mundo, a exemplo da OPEP, acentuaram a busca, por parte das grandes potências e das multinacionais, de vantagens de ordem tecnológica, logística e financeira para realizar a exploração comercial dos nódulos de manganês que, até a década de 60, só atraíram o interesse científico, e não o comercial. Tendo em vista a possibilidade de confrontação internacional que o uso do nódulo de manganês provocaria, "somente a soma da capacidade de inovação tecnológica e científica das potências médias e pequenas, mediante a inversão de muitos recursos e uma política comum de investigação, poderia talvez compensar essas desigualdades".²⁰

A importância viária do Atlântico Sul encontra-se diretamente associada à importância militar da área, uma vez que nela há rotas vitais para o Ocidente. O Atlântico Sul possui ro-

tas alternativas ao Canal de Suez e ao Canal do Panamá, considerados muito vulneráveis no caso de um conflito local ou generalizado. De um ponto de vista estritamente militar, a região adquire um valor maior pelo controle que possibilita sobre os acessos ao Oceano Pacífico e ao Oceano Índico.

Revelados alguns aspectos que caracterizam o Atlântico Sul como uma área geopoliticamente fundamental para a Argentina, há que se observar como são vistas as pretensões brasileiras com relação a esta região. Vicente A. Palermo entende que é necessário fazer uma distinção entre o estilo argentino de conceber os problemas geopolíticos e o das grandes potências. Nesse contexto, a Argentina não poderá estar só. Deverá, sim, buscar a integração latino-americana a fim de possibilitar formas alternativas de utilização dos recursos naturais cobijados pelos império norte-americano, bem como preencher os espaços vazios, impedindo o avanço soviético. Isso significa a busca de uma política alternativa em que o Brasil e a Argentina jogariam como países decisivos.

A esse respeito, Vicente A. Palermo continua afirmando que o "Brasil (...) até o momento tem estabelecido uma estratégia isolada na área. O conceito de *mare nostrum* com que ele maneja é suficientemente ilustrativo a respeito".

E ainda: "é necessário conciliar os interesses contrapostos, superar as diferenças, mas

demonstrando que é possível fazê-lo, propondo-nos continentalmente uma série de grandes e decisivos objetivos que possam ser executados através do esforço comum."²¹

Por último, as palavras de Juan E. Guglielmelli que critica as teses geopolíticas de Golbery do Couto e Silva, segundo as quais o Brasil teria responsabilidades monopolísticas sobre o Atlântico Sul. Para tal, Couto e Silva "vale-se não só de uma análise incompleta da configuração do Atlântico Sul, senão ademais, desde uma perspectiva militar, atribuindo a alguns países diretamente vinculados a este setor atitudes hostis ou projeções políticas arbitrárias e excêntricas ao tema de seu interesse. Assim, trata de destacar ao estreitamento Natal - Dakar como área de maior segurança e ao Nordeste brasileiro como um fator-chave de largura marítima. Ao contrário, ao setor Sul, apresenta-o como um amplo espaço sem adequadas bases geográficas para sua vigilância e proteção(...)"²²

Essa interpretação, segundo Guglielmelli, revela-se arbitrária e dirige-se a fundamentar os objetivos da política externa do Brasil. Superestima a importância estratégica do Brasil para a defesa dos interesses dos Estados Unidos, em contrapartida a uma subestimação dos papéis a serem exercidos por países como a Argentina, que têm uma presença firmada geograficamente para exercer a defesa do Atlântico Sul.

A ANTÁRTICA ²³

O continente antártico possui aproximadamente 14 milhões de quilômetros quadrados, e, diversamente do Ártico, que se compõe de massa oceânica congelada, constitui-se praticamente de uma massa terrestre coberta de gelo.

Conforme Miryam Colacrai de Trevisan, a década de 70 está marcada pela acentuação do interesse mundial por esse continente, embora já se conhecessem de longa data suas potencialidades. Para a autora, a crise energética e a escassez alimentícia crescente foram os elementos responsáveis pela tomada de atenções da humanidade sobre essa região como reservatório de recursos.²¹

Os recursos antárticos podem ser divididos em renováveis e não renováveis. Entre os recursos renováveis, o *krill* ("Euphasia Superba") é considerado o mais importante. Trata-se de pequenos crustáceos, parecidos com camarões, com alto valor protéico, e cuja captura é relativamente fácil. As maiores concentrações de *krill* estão, principalmente, dentro do limite costeiro de 200 milhas da península antártica e nas águas do Mar de Weddel ao redor das Ilhas Orcadas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, setores antárticos disputados pela Argentina e Grã-Bretanha.

Por outro lado, os recursos antárticos não renováveis dividem-se em: minerais, hidrocarbonetos e energia térmica. Entre

eles, os que têm despertado maior interesse são os hidrocarbonetos, pelo maior grau de facilidade econômica de sua exploração a curto prazo, como assinala Néstor H. Fourcade. Segundo esse autor, através dos conhecimentos que se tem até o momento, estabeleceram-se três grandes áreas para verificar as possibilidades de busca de hidrocarbonetos nas plataformas continentais: a bacia do Mar de Weddel, a de Bellingshausen e a do Mar de Ross.²⁵

O Tratado da Antártica,²⁶ firmado em Washington, a 1º de dezembro de 1959, no final do Ano Geofísico Internacional, é o estatuto jurídico de Direito Internacional Público válido para a região que rodeia o ponto de convergência do Pólo Sul e se estende até o paralelo 60º de latitude Sul (artigo VI). Dele são membros originários: África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos, França, Japão, Inglaterra, Nova Zelândia, Noruega e União Soviética. O Tratado entrou em vigor a 23 de junho de 1961, quando o último dos 12 países contratantes realizou o depósito dos respectivos instrumentos de ratificação perante o governo dos Estados Unidos, designado como país depositário (artigo XIII, parágrafo 3).

Do Tratado Antártico pode fazer parte por "adesão" qualquer país-membro das Nações Unidas ou convidado, com o consentimento de todos os signatários, cujos representantes estejam aptos a participar das

Reuniões Consultivas (Membros Consultivos – artigo XIII, parágrafo 1). Desta categoria de signatários fazem parte: Brasil, Bulgária, Cuba, China Popular, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Hungria, Índia, Itália, Países Baixos, Papua-Nova Guiné, Peru, Polônia, República Democrática Alemã, República Federal da Alemanha, Romênia, Suécia, Checoslováquia e Uruguai.

A qualificação de Membro Consultivo corresponde aos países que originariamente firmaram o Tratado Antártico, sendo também concedida às partes contratantes mediante demonstração do respectivo interesse pela Antártica, através da promoção substancial de atividade científica, como instalação de estação científica ou envio de expedição científica (artigo IX, parágrafo 2). Essa categoria de país tem voz e voto nas Reuniões Consultivas do Tratado e nas Reuniões Especiais. A Polônia (1977), a Alemanha Federal (1981), o Brasil e a Índia (1983), além dos 12 países originários, são Membros Consultivos do Tratado. A República Popular da China e o Uruguai são candidatos a essa qualidade.

Conforme previstas no próprio Tratado (artigo IX, parágrafo 1), já foram realizadas 13 Reuniões de Consulta do Tratado da Antártica: Camberra (1964), Buenos Aires (1962), Bruxelas (1972), Santiago (1966), Paris (1968), Tóquio (1970), Wellington (1972), Oslo (1974), Londres (1977), Washin-

gton (1979), Buenos Aires (1980), Camberra (1983) e Bélgica (1985).

O Tratado da Antártica estabeleceu basicamente: o uso exclusivo do continente para fins pacíficos, a liberdade de pesquisa científica, a proibição de explosões nucleares e o fortalecimento dos fins e princípios da Carta das Nações Unidas. Poderá ser revisto a qualquer tempo, mediante o acordo unânime dos Membros Consultivos, sendo que as eventuais modificações serão impostas às demais Partes Contratantes (às partes que aderiram ao Tratado e que não têm o *status* de Membro Consultivo) (artigo XII, subparágrafo, 1(a) e 1(b)).

Quanto às reivindicações territoriais, o Tratado estabelece o congelamento durante o período de sua vigência, determinando que nenhum ato ou atividade realizada neste lapso de tempo constituirá base para proclamar, apoiar ou contestar reclamações de ordem territorial sobre o continente antártico (artigo IV).

Ainda com relação ao Tratado da Antártica, é interessante notar dois pontos fundamentais que dizem respeito à sua vigência e à extensão de poderes de seus Membros Consultivos, substanciados em seu artigo XII, parágrafo 2. Sobre esses pontos explica Christian G. Caubet que, ao contrário do que comumente se interpreta, o artigo XII, parágrafo 2 não define o prazo de vigência do Tratado,

que se extinguiria 30 anos depois de ratificação.

"Na realidade o art. XII-2 facultava às partes consultivas requerer, trinta anos após a entrada em vigor do Tratado, a reunião de uma conferência para rever seu funcionamento. Nessa eventualidade às possíveis modificações deveriam ser aprovadas pela maioria dos membros [consultivos e aderentes], nela incluída a maioria das partes consultivas. Entretanto, essas reservavam-se também um direito de veto, pois as modificações aprovadas devem ser igualmente ratificadas (e portanto aceitas) por todas as partes consultivas, para entrarem em vigor. [Têm, as últimas, como se vê, direito à voz, voto e veto.] Os insatisfeitos só poderiam permanecer membros submetendo-se à decisão das partes consultivas (de não alterarem o Tratado), ou retirar-se. Isso significa que o Tratado é caça reservada das partes consultivas e que a opção dos terceiros reduz-se à alternativa: *love it or leave it*"²⁷.

Pode-se dizer que, politicamente, há duas posições tomadas por países diretamente interessados na Antártica: a "territorialista" e a "internacionalista". Os que defendem a tese "territorialista" consideram o continente austral *res nullius*, isto é, que não pertence a ninguém, sendo, portanto, passível de apropriação e aplicação de soberanias nacionais. Por outro lado, os "internacionalistas" entendem a Antártica como *res communis*, ou seja, de todos e

não passível de apropriação e soberania nacional.

A Argentina é um dos países defensores da tese "territorialista". Sua Comissão Nacional do Antártico, por atribuições conferidas pelo Poder Executivo Nacional, definiu o setor antártico argentino "como o que se encontra situado entre os meridianos 25° e 74° de latitude Oeste de Greenwich, ao Sul dos 60° de latitude Sul" (Comunicado nº 4, de 12 de março de 1947), com uma superfície de 1.230.000km²²⁸.

O regime legal disposto pelo Tratado Antártico significa a internacionalização do continente, afirma Delia Beatriz Carubini²⁹. Nesse sentido, Vicente A. Palermo aduz que as ameaças da situação jurídica de território de caráter internacional da Antártica estão sendo sentidas pela Argentina nos últimos anos: "a ambição das grandes potências, as diferenças com o Chile, com a Inglaterra, com o Brasil etc., a presença em nosso território de grande quantidade de bases estrangeiras, o fato de que nada pode impedir — nem sequer protestar por — o estabelecimento de outras etc."³⁰.

Segundo o autor, a condição de países não reclamantes de soberania territorial em que se encontram Rússia e Estados Unidos³¹ não significa, em absoluto, uma atividade generosa destas potências. Deve, isto sim, ser entendida como uma estratégia que, atribuindo igualdade de condições formais entre os países interessados na Antár-

tica, permite a imposição do peso daqueles países que detêm melhores condições políticas, econômicas, militares, científico-tecnológicas, ou seja, melhores condições reais de atuação na Antártica.

Nesses termos, o Tratado Antártico congelaria apenas formalmente as relações de força entre os países interessados na Antártica, representando tão-somente uma falsa concessão das grandes potências, que não fizeram reclamações territoriais sobre a área. Para Vicente A. Palermo, a resposta viável para fazer frente a essa situação partiria de uma visão continental, onde a Antártica seria o eixo da integração latino-americana. Propõe ele a estruturação dos interesses nacionais latino-americanos dentro de uma política continental, tendo em vista fatores como segurança e desenvolvimento.

Ainda com relação aos problemas territoriais, embora o Brasil não tenha formulado nenhuma reclamação desta ordem sobre a Antártica, sua estratégia de ocupar posições neste continente é vista por Bernardo N. Rodríguez como "parte de um clima de expansão 'imperial' de nossos vizinhos".³² Assim, o envio de expedições científicas e o estabelecimento de estações de observação meteorológica pelo Brasil deveriam ser encarados com maior malícia: "não duvidamos que possam servir a estes objetivos louváveis, mas tampouco duvidamos que por detrás deles existem

outros menos desinteressados".³³ Entre os objetivos brasileiros escusos, o mais importante seria de caráter estratégico. O estabelecimento de bases brasileiras na Antártica seria desaconselhável para a Argentina, considerando-se a hipótese de um conflito limitado, onde existiria a possibilidade de Argentina e Brasil se enfrentarem. "De todo modo, em princípio, o mais conveniente para nós é que o Brasil não tenha bases na Antártica."³⁴

Não obstante o Brasil não se enquadrar dentro da categoria de país territorialista, o que já foi frisado, a possibilidade de que possa futuramente vir a reclamar soberania sobre algum setor na Antártica assusta os geopolíticos argentinos, que já têm problemas desta natureza com o Chile e com a Inglaterra. O setor argentino é pretendido totalmente pela Inglaterra, cujo setor está situado entre os meridianos 20° e 80° W Sul, e se superpõe parcialmente ao setor chileno, localizado entre os meridianos 53° e 90° W Sul (o Chile aceita como setor argentino somente o setor 25° e 53° W Sul).

Analisando a posição brasileira com relação à Antártica e como o Brasil tem encaminhado sua política antártica para alcançar seus objetivos no futuro, Miryam Colacrai de Trevisan assinala algumas coincidências que reputa como importantes entre as atitudes governamentais brasileiras e posturas dos teóricos defensores de um setor

para o Brasil na Antártica. Ou seja, intenta demonstrar que, embora a Teoria da Defrontação não seja sustentada oficialmente pelo governo brasileiro, subjaz seus fundamentos e pretensões nas considerações expressadas pelo Brasil ao aderir ao Tratado Antártico.

A Teoria da Defrontação foi enunciada por Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro em 1956.³⁵ Sustenta que, desde um ponto de vista geopolítico, o Brasil está em condições de reivindicar direitos territoriais entre os meridianos 45° W e 25° W de latitude Sul, que corresponde à projeção dos limites do país até o vértice do Pólo.

Miryam Colacrai de Trevisan observa que essa concepção joga com dois elementos geopolíticos: dá prioridade à localização geográfica do Brasil como país que defronta a maior costa atlântica com a Antártica, e privilegia o fator estratégico-defensivo quando imputa ao Brasil responsabilidade sobre a zona de segurança americana, por ser país firmante do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O que para a autora deve ser lembrado é que os dois elementos acima guardam similitude com dois dos cinco princípios enunciados pelo Brasil para fundamentar seu propósito de adesão ao Tratado Antártico, que são os seguintes:

"Brasil, em virtude de possuir a mais extensa costa marítima do Atlântico Sul, costa esta em sua parte exposta (devassa-

da) ao continente austral, tem interesses diretos e substanciais na Antártica", e "A propósito da significação particular da Antártica, caberia acentuar que seu reconhecimento determinou a inclusão de parte do território antártico na zona descrita pelo art. 4º do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, sendo o Brasil, portanto, co-responsável pela defesa da região".³⁶

Tendo em mente essa coincidência de pontos entre a teoria geopolítica brasileira e os atos governamentais brasileiros, infere Miryam Colacrai de Trevisan que tudo aponta para avanço das pretensões territorialistas do Brasil sobre a Anfaí que possivelmente as oficializará no futuro, a partir, por exemplo, das fundamentações da Teoria da Defrontação.

Em conclusão, diz a autora que a "Argentina como membro do Tratado Antártico e como país latino-americano deve [colaborar com o Brasil], mas na justa medida, para não ver lesados ou diminuídos seus próprios interesses nacionais. Deve levar-se em conta, ademais, que a atividade que tem desenvolvido ininterruptamente na região [anfártica] desde 1904 se traduz em experiência; por isso deverá planificar cuidadosamente os termos em que a dita colaboração haverá de concretizar-se".³⁷

A HEGEMONIA BRASILEIRA

Tendo-se em conta a perspectiva dada por teóricos impor-

tantes da Geopolítica argentina sobre questões como a Bacia do Prata, o Atlântico Sul e a Antártica, assim como o modo que os mesmos têm encarado o comportamento do Brasil na condução dos temas mencionados, foi possível verificar a tendência a uma postura que varia da crítica a uma visível hostilidade.

De fato, existe uma atenção privilegiada por parte dos geopolíticos argentinos com relação à hegemonia e à política territorial que o Brasil teria exercido ao longo de sua história, não só com respeito à Argentina, mas também a todo o continente. Essa tradição brasileira teria continuidade na atualidade, fundamentada, por exemplo, nos laços de convivência do Brasil com a política norte-americana, a fim de tornar-se um sócio-menor da relação imperialista da grande potência com os países latino-americanos.

Os termos da rivalidade entre o Brasil e a Argentina foram caracterizados por Juan E. Guaglianelli³⁸ que, seguindo um panorama mais geral de análise, entendeu que as constantes da política brasileira no Cone Sul seriam:

1. Até o período do Barão do Rio Branco, com o apoio britânico, os objetivos do Brasil eram os de ampliação de seu território até as "fronteiras naturais" ou para além das mesmas; abertura do Rio Paraná à livre navegação, tendo em vista seu caráter de articulação viária com o interior do país; atuação hegemônica junto ao Paraguai e

debilitamento da poderosa vizinha Argentina.

2. Durante o período do Barão do Rio Branco o Brasil abandona a aliança com a Inglaterra e, em substituição, estabelece uma associação com os Estados Unidos, potência então emergente. Esta "associação íntima" do Brasil com os Estados Unidos estaria baseada em "sólidos argumentos geográficos" e na complementaridade de interesses econômicos e políticos entre os dois países. Nesse período existe uma continuidade da política de expansão territorial brasileira e um assentamento da importância do fator espaço como elemento de poder do Estado.

3. A partir daí a política brasileira se caracteriza através de sua atuação no processo de formação do Sistema Interamericano, seus posicionamentos na OEA e nas duas Grandes Guerras. Nesse período, o Brasil enfrenta diplomaticamente a Argentina, que tem o apoio britânico; planifica e desenvolve indústrias pesadas e setores básicos da economia, e assume o papel de "país-chave", designado pelo governo norte-americano.

4. Atualmente (1975), a pedra de toque da política brasileira no Cone Sul estaria colocada dentro do marco de um desenvolvimento acelerado de seu potencial econômico e sua integração territorial. Alguns direcionamentos: Itaipu, como forma de controle de recursos hidrelétricos no Alto Paraná e hegemonia sobre o Paraguai; cons-

trução acelerada de um sistema viário que sirva ao porto de Rio Grande; o predomínio sobre o Uruguai, neutralizando os esforços de cooperação por parte da Argentina; a consolidação de sua hegemonia sobre a Bolívia, particularmente no que diz respeito ao controle sobre os minérios e hidrocarbonetos bolivianos; o estabelecimento de firmes vínculos econômicos e de segurança com o Chile, com vistas a aproveitar alguns recursos minerais desse país, bem como afastá-lo da Argentina; a neutralização das relações entre a Argentina e o Peru, através de uma "ofensiva de entendimento", e o avanço, a médio prazo, junto à Antártica e ao Atlântico Sul.

Consoante o que entende como tradicional na atuação externa do Brasil e, sobremaneira, o momento presente das relações entre a Argentina e o Brasil (1975), Juan E. Guglielmelli opta por uma atitude de negociação, já que ambos os países são importantes dentro de suas respectivas políticas externas. Aduz, no entanto, que, "sem renunciar à *negociação*, a Argentina deverá preparar-se para uma *alternativa de rechaço*, que seguramente pode ser dissimulada com expressões de boas intenções cooperativas; mas de dilatada e inacabável concreção. Contra esta possibilidade, nada melhor que *negociar a partir de adequadas condições de força e com a firme convicção de enfrentar, em caso necessário, as*

piores alternativas, incluindo o conflito armado".³⁹

Ainda no que diz respeito à conduta do Brasil com relação a seus vizinhos, observa Alfredo Rizzo Romano que há uma "velha prática intervencionista na América Espanhola, [demonstrada pelas] reiteradas invasões [brasileiras] ao território da Banda Oriental do Uruguai, a chamada Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-1870), a derrota do general Rosas em Caseros (3/2/52) com intervenção de tropas brasileiras, o assenhoreamento de 180.000km² de território do Acre (Tratados de 1867-1902) com os hábeis manejos de Rio Branco, o pagamento de libras esterlinas à Bolívia e a promessa de construir um ramal ferroviário Mamoré-Madeira, a exitosa disputa com o Peru, na questão de território dos rios Madeira e Javari, e com a Colômbia na questão do Amazonas, ademais do êxito logrado no laudo arbitral do presidente norte-americano Grover Cleveland (1895), pelo qual [a Argentina perdeu] uns 20.000km² do território de Misiones, entre os rios Papiri em San Antonio Mini, assim denominados atualmente, e os rios Chopin e Jangada, segundo nomenclatura portuguesa".⁴⁰

Continua A. Rizzo Romano dizendo que o Brasil também obteve vantajosas fronteiras da Venezuela e que seus impulsos expansionistas só foram contidos nos extremos Norte e Sul por causa de seus problemas com a França, a Inglaterra e a

Holanda nas Guianas e porque a Argentina lhe impediu a conquista da Banda Oriental do Uruguai e o livre acesso ao Rio da Prata.

No entanto, o que há de mais interessante nas anotações de Alfredo Rizzo Romano é que, apesar do seu tom crítico ao abordar a história da relação do Brasil com seus vizinhos, conclui suas observações dizendo que, enquanto "o Brasil se manteve em uma concepção de certa grandeza e superioridade", na Argentina "nos destruímos em estereis disputas internas e com as irmãs Repúblicas Hispano-americanas"⁴¹

Essa aparente contradição encontra-se mais evidente no pensamento de Isaac F. Rojas que, reiteradamente, tece críticas contundentes ao Brasil, ao mesmo tempo em que faz comentários elogiosos. Nesse sentido, o seguinte trecho é bastante elucidativo:

"O Brasil herdou uma vocação imperialista que sublima sem desfalecimento, com tenacidade e com determinação atávicas, para projetar-se ao futuro grandioso que fixou para si. Preparou uma classe dirigente lúcida, previsora e culta que cumpre sua missão e que dará todos os passos e realizará todos os esforços, sem contemplação para os custos, a fim de alcançar os objetivos nacionais. Agora acelerou a marcha e crava os pilares que sustentarão seu poderio, com não menor habilidade e resolução da que vangloriavam-se seus mestres e

antepassados, os antigos lusitanos."⁴²

Assim, necessário é que se tente avançar um pouco na reflexão sobre a crítica da Geopolítica argentina à política externa brasileira. Faz-se mister avaliar os limites dessa crítica e o que há de subjacente nela. Ou seja, é preciso perceber que a crítica não transmite a mera idéia da não aprovação, mas, principalmente, a idéia da não aprovação pela inexistência da possibilidade de agir da forma "críticável". É evidente que a política externa do Brasil, nesse contexto, se torna criticável não propriamente pelas opções que tem feito, mas meramente por não vir ao encontro dos desígnios "nacionais" argentinos.

DO PRINCÍPIO DA CONTENÇÃO AO ENTENDIMENTO

No decorrer deste texto procurou-se evidenciar que, de uma forma ou de outra, a Geopolítica argentina está presa nas malhas do privilegiamento do conflito, que é a tônica da Geopolítica tradicional. A belicosidade das relações internacionais torna-se, assim, a chave para a compreensão dos acontecimentos passados, a justificativa dos fatos presentes e a avalista das atitudes futuras. A violência afigura-se como a constante através da qual a história há que ser entendida, e como um fator delimitador ou eliminador das possibilidades da constituição de for-

mas alternativas do relacionamento internacional.

Viu-se que o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Prata constitui um dos temas mais apreciados pelos geopolíticos argentinos, sobremaneira a partir da assinatura do Tratado do Itaipu, firmado entre o Brasil e o Paraguai, em 1973. Nessa época acentua-se a produção de estudos sobre a Bacia do Prata, enfocando diversos aspectos. Esses estudos têm como denominador comum a visão de Itaipu como um projeto político brasileiro voltado a estender e a consolidar a hegemonia brasileira sobre o Paraguai e a Argentina. A assinatura do Tratado Tripartido entre Argentina, Brasil e Paraguai, em 1979, objetivando a compatibilização das represas de Itaipu e Corpus, não modificou a tendência à referida visão.

No entanto, outra realidade merece registro. Ao contrário do que os geopolíticos argentinos reiteradamente tentam vislumbrar nas relações entre o Brasil e a Argentina, especialmente no que toca à construção de Itaipu, há uma evidência de fatos que demonstram que, não obstante marchas e contramarchas, os governos de ambos os países seguiram sempre gerindo diplomaticamente suas divergências.⁴³ Além disso, o ano de 1979 pode ser visto como um referencial no crescimento da confiança mútua e no estabelecimento de formas institucionais visando a maior cooperação entre Brasil e Argentina.

Nesse sentido, afirma Wayne

A. Selcher que a partir de 1979 o relacionamento brasileiro-argentino passa a ser realizado "mais em termos de oportunidades do que de controvérsias. Excelentes relações diplomáticas estão sendo estendidas a vários setores de atividades. Ambos os governos estão agora dispostos a discordar em alguns pontos de política externa e a buscar objetivos diferentes sem imputar motivos inconfessos ao outro lado, quando este recusa-se a aceitar alguma proposta".⁴⁴

A direção dos argumentos da Geopolítica argentina quando do tratamento dos problemas concernentes ao Atlântico Sul e à Antártica não foge à regra geral. Com relação a esses temas, os raciocínios geopolíticos levaram, da mesma forma, a considerar o Brasil como um país com uma preocupação expansionista. Principalmente, e podemos dizer que sintomaticamente, a leitura dos teóricos geopolíticos brasileiros, como Golbery do Couto e Silva e Therezinha de Castro, não foi colocada nas devidas proporções em termos de seu significado para a interpretação da política externa brasileira. Não se pesou devidamente a procedência e representatividade do pensamento de tais autores no governo brasileiro.

Finalmente, parece não haver dúvida de que a Geopolítica argentina reflete uma característica geral da Geopolítica tradicional. A visão que capta das relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina, por exemplo, não

deixa de fazer eco aos princípios da restrição ao entendimento e da preservação do sentimento.

NOTAS

1. Com a morte de seu fundador, Juan Enrique Guglielmelli (9 de junho de 1983), o Instituto Argentino de Estudios Estratégicos e Relaciones Internacionales (INSAR) passou a chamar-se Centro Argentino de Estudios Estratégicos.
2. RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Manual de Derecho Internacional Público*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1981, pág. 637.
3. Referências bibliográficas que constam na obra de RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Manual de Derecho Internacional Público*, op. cit., por ordem de citação: STORNI, Segundo R. *Trabajos Hidrográficos y Límites Argentinos en el Canal de Beagle*. Buenos Aires, Ministerio de Marina, 1905; RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Bases para una Geopolítica Argentina*. Buenos Aires, Las XII Tablas, 1973; QUINTANA, Lúcio Moreno. *Tratado de Derecho Internacional Público*. Buenos Aires, 1963; PARDO, Luis María Pablo. "Posición Geopolítica Argentina". *Revista de la Facultad de Derecho*. Buenos Aires, 1948-50; SANZ, Pablo. *El Espacio Argentino*. Buenos Aires, Pleamar, 1976; ASSEF, Alberto. *Proyección Continental de la Argentina*. Buenos Aires, Pleamar, 1980.
4. CAUBET, Christian Guy. "A Geopolítica como Teoria das Relações Internacionais". *Seqüência*. Florianópolis, (8):71, dez. 1983, pág. 41.
5. *Ibid.*, pág. 71.
6. RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Manual de Derecho Internacional Público*. Op. Cit., pág. 625.
7. "Com a capacidade de 12,6 milhões de kW e a custo calculado em 2.500 a 3.500 milhões de dólares, a hidrelétrica será a maior do mundo, superando as de Grand Coulee, nos EUA (9,7 milhões de kW), Krasnoyarsk, na URSS (6,9 milhões de kW). Será seis vezes maior que a de Assuan, no Egito." SCHILLING, Paulo R. *O Expansionismo Brasileiro*; a geopolítica do general Golbery e a diplomacia do Itamarati, pág. 121.
8. FUSCHINI MEJÍA, Mario. *La Singularidad Geográfica Guayrense*. Buenos Aires, Oikos, 1978, págs. 56-8, apud., LLAYER, Maria del Carmen. "El problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná". *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*. Buenos Aires, (15):26.
9. ROJAS, Isaac Francisco. *Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata*. 3ª ed., Buenos Aires, Ediciones Libera, 1975, págs. 256-7.
10. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979, págs. 164-5.
11. LLAYER, Maria del Carmen. "El problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná". *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*. Buenos Aires, (15):31.
12. ROJAS, Isaac Francisco. *Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata*. Op. cit., págs. 191-2.
13. *Ibid.*, pág. 237.
14. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. "Tres batallas perdidas por la Argentina y ahora peligrosas perspectivas: el papel de 'sócio menor' del Brasil." *Estrategia*. Buenos Aires, (61-62): 18-9, 28 nov. 1980/fev. 1981, apud., CAUBET, Christian Guy. "Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata." *Política e Estratégia*, Vol. II, nº 2, págs. 341-2.
15. LLAYER, Maria del Carmen. "El problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná". *Revista Argentina de Relaciones Internacionales*. Op. cit., pág. 36.
16. GUGLIALMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Op. cit., pág. 198.
17. ROJAS, Isaac Francisco. *Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata*. Op. cit., pág. 180. A construção de Itaipu causou polémica também no Brasil e no Paraguai. Em abril de 1985, o professor paraguaio e estudioso dos temas energéticos Ricardo Canese assinalou que o aspecto mais criticável dos termos do Tratado de Itaipu para o Paraguai é a irrisória compensação que este país receberá por ceder ao Brasil toda a energia que não possa consumir. Nesses termos, admite que "o Brasil pode, sem dúvida, conseguir que perdurem os atuais injustos termos do Tratado de Itaipu. Tem força econômica e militar para isso." No entanto, continua, "é o novo governo democrático brasileiro que deve decidir continuar o penoso caminho da injustiça e da

- confrontação ou, mudando o rumo seguido por regimes militares do passado, eleger a via larga da cooperação e da justiça". CANESE, Ricardo. "Itaipu: cooperação ou conflito." *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 abr. 1985. Opinião, pág. 3.
18. Sobre essa delimitação, o autor chama a atenção para a existência de um critério oceanográfico distinto, sustentado pelo Chile. Essa diferença constitui uma das questões mais delicadas na região do Atlântico Sul, cuja solução foi obtida com o Tratado de Paz e Amizade, celebrado entre o Chile e a Argentina, em outubro de 1984.
19. CASELLAS, Alberto O. "El problema pesquero." *La Atlantártida*. Buenos Aires, Pleamar, 1978, pág. 153.
20. MONETA, Carlos Juan. "Intereses argentinos en el Atlántico Sur: el caso de las riquezas mineras en alta mar." *La Atlantártida*. Op. cit., pág. 123.
21. PALERMO, Vicente A. "Latinoamérica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur." *La Atlantártida*. Op. cit., págs. 176-7.
22. GUGLIAMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Op. cit., págs. 209-10.
23. "A palavra Antártica é originária do grego 'Antarktikós', pela inclusão do prefixo 'anti' (oposto, contrário, contra) ao termo 'Arktikós', usado desde a antiguidade grega para designar as constelações da Ursa, termo este que passou para o latim como o adjetivo 'Arcticus', para significar 'setentrional, do norte'. A inclusão do prefixo 'anti', ao termo 'Arktikós', compondo o adjetivo 'Antarktikós' (no latim Antarticus), passou a significar, evidentemente, 'austral, meridional, do sul'. No português, a palavra Antártida, ou pela nova ortografia, Antártida, é usada para designar o substantivo, com o sufixo 'ida' [...]. Alguns filólogos, entretanto, consideram o termo Antártida como um espanholismo, argumentando que, em português, a palavra correta seria Antártica. (Utilizar-se-á aqui) a palavra Antártida, por ter sido esta a usada pelo governo [brasileiro] em seus decretos sobre o assunto." BAKKER, Múcio Piragibe Ribeiro de. "Antártida, um desafio e uma esperança." *Revista Brasileira de Tecnologia*. 13(3):21, jun/jul 1982. O almirante Múcio Piragibe Ribeiro de Bakker, ligado ao ex-ministro da Marinha Maximiano da Fonseca, foi o criador do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e secretário da Comissão Interministerial de Recursos no Mar (CIRM) até 1983.
24. COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. "Brasil v la Antártida: intereses y perspectivas." *Estratégia*. Buenos Aires, (73-74):135, out/nov/dez 1982 e jan/fev/mar 1983.
25. FOURCADE, Néstor H. "Algunas consideraciones sobre los recursos no renovables del Antártico". *La Atlantártida*. Op. cit., págs. 222-3.
26. As informações sobre o Tratado da Antártica que constam no presente item foram colhidas no Doc. A/39/583 (Parte 1. 31.10.84), pág. 23ss. ONU. Assembléia Geral.
27. CAUBET, Christian Guy. "Dimensões americanas da Antártica". Estudo apresentado no IX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (Águas de São Pedro, SP). Grupo de Trabalho Relações Internacionais e Política Externa. 23 out 1985, pág. 6.
28. Apud., RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Manual de Derecho Internacional Público*. Op. cit., págs. 776 e 176.
29. CARUBINI, Della Beatriz. "Argentina y los fines del tratado antártico." *Argentina ante el Mundo*. Buenos Aires, (13):57, mar/abr 1982.
30. PALERMO, Vicente A. "Latinoamérica puede mas: geopolítica del Atlántico Sur." *La Atlantártida*. Op. cit., pág. 177.
31. Além dos Estados Unidos e da União Soviética, são países não reclamantes de soberania os seguintes: Japão, Bélgica, África do Sul e Brasil. Os países territorialistas, reclamantes de soberania territorial sobre algum setor da Antártica, são: Austrália, França, Nova Zelândia, Noruega, Argentina, Grã-Bretanha e Chile.
32. RODRÍGUEZ, Bernardo N. "Soberania argentina en la Antártida". *La Atlantártida*. Op. cit., pág. 195. O artigo tem data anterior à adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, ocorrida em 16 de maio de 1975, e promulgada pelo Decreto nº 75.063, de 11 de julho de 1975. É também anterior, portanto, às expedições brasileiras à Antártica, realizadas a partir de dezembro de 1982.
33. *Ibid.*, pág. 210.
34. *Ibid.*, pág. 212.

35. CARVALHO, Carlos Delgado de & CASTRO, Therezinha de. "A questão da Antártida". *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, abr/jul, 1956.
36. Itens "D" e "E" dos princípios enunciados no instrumento de adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, depositado pelo ministro das Relações Exteriores brasileiro, Azeredo da Silveira, perante o governo dos Estados Unidos (16 de maio de 1975), apud., COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. "Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas." *Estratégia*. Op. cit., págs. 147-8.
37. COLACRAI DE TREVISAN, Miryam. "Brasil y la Antártida: intereses y perspectivas." *Estratégia*. Op. cit., págs. 148-9.
38. GUGLIAMELLI, Juan Enrique. *Geopolítica del Cono Sur*. Op. cit., pág. 177 e ss.
39. *Ibid.*, pág. 196.
40. RIZZO ROMANO, Alfredo H. *Manual de Derecho Internacional Público*. Op. cit., pág. 697.
41. *Ibid.*, pág. 697.
42. ROJAS, Isaac Francisco. *Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata*. Op. cit., pág. 264.
43. E nesse sentido que CAUBET, Christian Guy, "Diplomacia, Geopolítica e Direito na Bacia do Prata." *Política e Estratégia*. São Paulo, 2(2):335, abr/jun 1984, afirma o seguinte: "enquanto diplomatas e juristas procuravam resguardar, ou identificar os interesses em jogo, muitas análises geopolíticas ressaltavam a importância dos antagonismos existentes e insistiam sobre os riscos de conflito entre a Argentina e o Brasil, por causa da construção de Itaipu". Sobre esse assunto ver outros trabalhos do mencionado autor como: *Le barrage d'Itaipu et le Droit International Fluvial*. Toulouse, Université des Sciences Sociales de Toulouse, 1983. These pour le Doctorat d'Etat/2V.; "A geopolítica como teoria das relações internacionais; uma avaliação crítica." *Seqüência*. Florianópolis, 8, 55-74, dez 1983.
44. SELCHER, Wayne A. "As relações Brasil-Argentina na década de 80: da rivalidade precavida à competição amistosa." *Política e Estratégia*. São Paulo, 1(3):96, jan/mar 1985.



O "TAMANHO DA IGNORÂNCIA" NA TEORIA DA INFORMAÇÃO E A HISTÓRIA CLÁSSICA

Francisco Ruas Santos

Matéria constante do Boletim do Centro de Informações Culturais 10(14).

O Centro de Informações Culturais foi criado e é dirigido pelo autor.

Como se sabe, a informação tem caráter dual: é *variedade*, cuja quantidade máxima ocorre na desordem ou estado caótico; é *percepção*, só possível na medida da emergência de uma forma, a qual o é justamente porque contém menos variedade e, portanto, menos informação do que o estado caótico.¹

No que respeita aos documentos ou fontes históricas, em número astronômico, temos que geram aquela *variedade* máxima correspondente à desordem ou estado caótico da informação. O Mundo ainda não domina essa

variedade, mas esse domínio é possível através do levantamento de todos esses documentos por meio de sistemas de informação nacionais (NATIS, em escala mundial). Cada sistema de informação, além da conservação desses documentos do seu acervo, deve identificá-los, catalogá-los e indexá-los, gerando assim os correspondentes *bancos de dados*. Por exemplo: o Sistema Bibliodata, da Fundação Getúlio Vargas, objetiva catalogar todas as monografias (livros) e publicações periódicas e seriadas, pelo menos, existentes nas bibliotecas brasileiras.

1. Epstein, Isaac. *Teoria da Informação*, p. 7.

O mesmo se precisa fazer quanto a manuscritos, partiuras, mapas, discos fonográficos, peças museológicas em sentido restrito etc.

Os bancos de dados nacionais, em atenção aos princípios da liberdade de informação, da cooperação e da integração, devem ser *intercomunicantes* e, assim, chegar-se-ia ao domínio da variedade, por meio da obtenção ou alcance progressivo de níveis de informação (*percepção progressiva e crescente*).

Já disse um historiador que, para ele, a História Objetiva poderia ser assemelhada a um quarto escuro, cujos móveis, objetos e demais aspectos iriam sendo progressivamente percebidos segundo diferentes níveis de percepção possibilitados pela acomodação da visão ao escuro, em processo assemelhado à História Subjetiva.

Esta possui um limite, que é o número de documentos. Como não conhecemos esse número, a Informação na História Clássica ainda está naquela situação de variedade correspondente ao estado caótico, de entropia, da falta de iluminação suficiente naquele quarto da comparação.

Tal situação de variedade espelha o *tamanho da ignorância*, outra noção fundamental da Teoria da Informação absolutamente necessária no equacionamento das questões da História Subjetiva.

O *tamanho da ignorância* é a dimensão da classe das respos-

tas possíveis² quanto a determinado evento. No caso do par de dados do respectivo jogo (evento), o *tamanho da ignorância* corresponde ao *total* de combinações possíveis de serem obtidas.

Exemplificando com um caso da História do Brasil, tomemos a Guerra da Tríplice Aliança ou do Paraguai, que ocorreu de 1864 a 1870. Esse limite de tempo dá uma primeira medida do *tamanho da ignorância* relativamente a esse conflito, pois, em princípio, o que então ocorreu no Brasil, no Paraguai, na Argentina e no Uruguai, principalmente, pode estar relacionado direta ou indiretamente com ele. Se o limite for o da História Particular, temos que, do ponto de vista militar, essa guerra apresenta operações ocorridas principalmente em Mato Grosso, no Rio Grande do Sul e território vizinho a oeste, na Província de Corrientes e no Paraguai. A área geográfica assim definida dá outra idéia do *tamanho da ignorância* com relação às operações militares de que foi palco.

Se tomarmos só as operações ocorridas no Paraguai, de 1866 a 1870, esses dois anos são os limites temporais do *tamanho da ignorância* para o que deve ser denominado *Campanha do Paraguai 1866-1870*. Do ponto de vista documental o *tamanho da ignorância* neste último caso particular seria caracterizado por todas as fontes re-

ferentes a fatos e personagens dessa campanha, brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios. A catalogação e a indexação dessas fontes caracterizam o total de combinações possíveis, tal qual no caso do jogo de dados, mas agora com a eliminação de combinações impossíveis. Como não determinamos o *tamanho da ignorância* quanto a essa campanha, dela temos *uma percepção* que é a *síntese* (ensaio) de todas as *percepções* (ensaios) daqueles que sobre ela escreveram baseados em fontes primárias. Se levantarmos todas essas fontes, poderemos chegar à *percepção final*.

Por outro lado, a incerteza atual quanto à campanha do Paraguai depende, do ponto de vista da Teoria da Informação, do conjunto de mensagens possíveis existentes em fontes ainda não localizadas, pois *informação não é propriedade de uma mensagem*³, mas do conjunto de mensagens possíveis do qual estas provêm. Exemplifiquemos, tomando linguagens ou códigos de indexação diferentes. Na linguagem A, existe apenas Campanha do Paraguai

1866-1870; na linguagem B, esta é subdividida em Transposição do Rio Paraná 1866, Operações em torno de Humaitá, Operações para a conquista de Assunção, Operações para a captura de López. Na linguagem A, tudo é referido a Campanha do Paraguai, sem se saber *a priori* a que conjunto específico subordinado de operações; na linguagem B, se temos um documento sobre Operações em torno de Humaitá, ele exclui, em princípio, as demais operações do conjunto abrangente (Transposição do Rio Paraná 1866 etc.). *Logicamente, a linguagem B, mais pormenorizada, permite maior conteúdo informacional*, isto porque a *incerteza reduzida* é função da extensão da linguagem.

É por essa razão que *um dos instrumentos modernos para o domínio das informações é o tesouro (linguagem ou código)*. Os tesouros devem ser cada vez *mais abrangentes*. Assim, por exemplo, para as informações do complexo negros e seus mestiços, temos um macrotesauro, ao qual se filiam inúmeros microtesouros, tal o de cultos afro-brasileiros.

3. Id., p. 36.



Cel Inf R/1 FRANCISCO RUAS SANTOS – É possuidor de todos os cursos do Exército, além do Curso Avançado de Infantaria, realizado em Fort Benning, EUA, e da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Presidiu a Comissão de História do Exército Brasileiro, do Estado-Maior do Exército, responsável pela criação da *História do Exército Brasileiro* (1972). Nessa função, idealizou o Centro de Documentação do Exército em 1973. Fundou e dirige o Centro de Informações Culturais, do Rio de Janeiro. Desde 1974 dedica-se ao estudo dos sistemas de informações, tendo publicado o *Thesaurus do Sistema de Informações de Transportes* (1976-1977) e *Informação e Indexação*.



O ENVOLVIMENTO DOS EUA NO SUDESTE ASIÁTICO (II)

Antonio Sergio Geromel

Após apresentar, em nossa edição novembro/dezembro-87, como moldura, a colonização francesa da Indochina – a Guerra da Indochina e o período que a sucedeu –, o autor examina, desta feita, a Guerra do Vietnã nos períodos dos governos que se sucederam, nos Estados Unidos, entre 1961 e 1972.

A GUERRA DO VIETNÃ: GOVERNO KENNEDY – JOHNSON (1961-1964)

A gestão de John F. Kennedy à frente do governo americano, iniciada em 1961, foi caracterizada por uma política indecisa quanto ao Vietnã. Ao mesmo tempo que preconizava, em seus discursos, a necessidade de firmeza no combate ao comunismo, adotou uma atitude ambígua para o sudeste asiático, oscilando entre aumentar os assessores militares na região ou retirá-los definitivamente.

Na realidade, da mesma forma que Kennedy entrou para a História por ter assinado com Khrushchhev um tratado de banimento dos testes nucleares na atmosfera terrestre, também o fez como o presidente que iniciou o envolvimento dos EUA numa guerra no Vietnã.

Como já vimos, foi Truman, presidente dos EUA de 1945 a 1952, quem iniciou a assistência militar ao Vietnã, e Eisenhower, que o sucedeu de 1953 a 1960, o responsável pela intensificação da ajuda, garantindo ao governo de Saigon a defesa contra qualquer agressão. Kennedy, o presidente seguinte, deu início ao envolvimento direto de tro-

pas e acusou Eisenhower de não o ter prevenido sobre a real situação da infiltração comunista no Vietnã do Sul.

Logo após sua posse, Kennedy aprovou um plano de contra-insurreição para o Vietnã do Sul, tendo os assessores militares americanos recebido permissão para acompanhar as unidades sul-vietnamitas em missões de combate. As Forças Especiais do Exército dos Estados Unidos, que já estavam no Vietnã do Sul desde 1957 em missões de treinamento e instrução do Exército sul-vietnamita, tiveram seu papel ampliado para planejamento, condução e apoio das operações de guerra não-convencional (por sugestão de Kennedy essa tropa de elite passaria a utilizar, oficialmente, a partir de dezembro de 1961, a boina verde, símbolo que a tornaria mundialmente conhecida). Também foram autorizados a operar no Vietnã helicópteros e pilotos americanos, com a missão de transportar tropas sul-vietnamitas para as zonas de combate (os primeiros trezentos pilotos enviados por Kennedy constituíram o início do envolvimento direto das tropas americanas no Vietnã).

Em fevereiro de 1961, a Frente de Libertação Nacional criou o exército guerrilheiro Vietcongue, seu braço armado, e a partir daí, efetivamente, começou a luta pela reunificação do Vietnã sob a tutela comunista. Essa reunificação, de acordo com a Declaração Final da Conferência de Genebra, estava

prevista para ser realizada em 1956, através de eleições gerais nos dois Vietnãs, que, no entanto, jamais se concretizaram.

Ainda no início do mandato de Kennedy, a perseguição religiosa movida contra os budistas pelo corrupto governo católico de Diem acabou culminando com a auto-imolação de monges em praça pública, como forma de protesto. Esse fato, de ampla repercussão mundial, fez com que o Vietnã desabasse sobre a opinião pública norte-americana, emergindo a impopularidade do apoio de Washington a Diem.

Kennedy sabia que o apoio ao Vietnã era inevitável diante da ameaça comunista, o que lhe faltava era a decisão sobre a natureza de tal apoio, se político ou puramente militar. Entretanto, com o aumento expressivo de assessores militares que patrocinou, praticamente definiu o Vietnã como problema militar, fato desconfortável para a CIA, que viu as decisões começarem a escapar de sua esfera. Por seu lado, os militares, em atividades definidas como de contra-insurreição, sustentavam que "conquistar corações e mentes" não era tarefa deles.

À semelhança da Malásia, vitoriosa sobre os comunistas com o auxílio dos britânicos alguns anos antes, tentou-se no Vietnã, sob a supervisão da CIA, o estabelecimento de "aldeias estratégicas", povoados leais ao governo que iriam, pouco a pouco, aumentando de número, até o total controle da população.

Por equívocos na sua aplicação, o projeto não obteve sucesso.

O aumento de assessores militares no Vietnã, na gestão de Kennedy, elevou seu número para 15.000. Sobre o envio dessas tropas e o seu envolvimento direto, Henry Kissinger relata em suas memórias: "Lembro-me de quando Kennedy mandou aquela primeira leva, eu ter perguntado a Walt Rostow, então diretor da equipe de planejamento político do Departamento de Estado, que razões tinha para achar que seria bem-sucedido com apenas aquele número de combatentes, quando os franceses haviam fracassado com várias centenas de milhares. Os franceses — explicou-me como se estivesse recitando a cartilha do abecê para um analfabeto — não entendiam nada de guerra de guerrilhas; faltava-lhes a mobilidade das forças americanas".¹

É oportuno lembrar agora a situação de outros países do sudeste asiático, quanto à infiltração comunista, naquele início de década. Era a época da "Teoria do Dominó", mencionada pela primeira vez por Eisenhower, segundo a qual o regime comunista de um país (no caso o Vietnã do Norte) se alastraria facilmente para os países limítrofes, como as peças do jogo. O Vietnã do Sul, inicialmente, não preocupava tanto os americanos quanto o Laos e a Tailândia, mais diretamente ameaçados pelos comunistas.

O Laos (Fig. 5-1), declarado neutro e desmilitarizado pela

Conferência de Genebra, em 1954, contava com a ameaça permanente do Pathet Lao (Laos Livre), organização esquerdista fundada em 1950 (já citada no capítulo que menciona a sua ajuda ao Vietminh contra os franceses). Na verdade, essa organização tinha sob o seu domínio todo o norte do país e a CIA passou a sustentar governos laocianos, com interesse em estabelecer regimes abertamente anticomunistas, bem como passou também a armar e treinar os meos, tribos montanhesas hostis aos comunistas (que inclusive já haviam lutado ao lado dos franceses). Só com o crescente envolvimento americano no Vietnã é que o Laos passou a ser considerado como apêndice de uma guerra maior.

Na Tailândia (Fig. 5-2) a ameaça comunista materializou-se em 1960, através de um levante promovido pelo PCT (Partido Comunista Tailandês), mas devido à falta de unidade dos comunistas (com facções apoiadas pelos chineses, pelos norte-vietnamitas e pelo Pathet Lao) o movimento fracassou. A partir de 1962, entretanto, com o aumento da influência do Pathet Lao no norte do Laos, Kennedy enviou 5.000 fuzileiros navais ao norte da Tailândia, temendo uma invasão dos comunistas. A partir daí, a presença americana passou a crescer naquele país e, no final da década de 60, haveria 50.000 soldados americanos na Tailândia.

Em 1963 a situação do Vietnã do Sul estava caótica e

Kennedy cometeu um grave erro na tentativa de melhorar a situação: deu seu apoio tácito a um golpe de generais para a derrubada de Diem, que, inclusive, acabou sendo assassinado no episódio. Com isso, os americanos viram-se mais estranhos ainda naquele país, comprometidos moralmente e na embaraçosa posição de apoiadores dos governos instáveis e antipopulares que passaram a se suceder, em meio a um caos político.

Sobre a deposição de Diem, o CMG (FN) João Alfredo Poeck, da Marinha Brasileira, diz com muita propriedade: "Em nossa opinião, foi esse o grande erro em política externa, no sudeste asiático, uma dúbia iniciativa que instilou fortes receios na sensível opinião pública dos EUA, o que geralmente traz resultados negativos naquela sociedade aberta. Eis a questão: sair significava violar a diretriz assumida, ficar significava enredar-se cada vez mais na política interna de Saigon, ambas soluções inaceitáveis para influentes grupos políticos nos EUA. Começou aí o infortúnio da rejeição desta guerra dos EUA, e o impasse psicológico se instala".²

Um mês após o golpe de Estado, Kennedy foi assassinado em Dallas, Texas (22 de novembro de 1963) e as tentativas da Frente de Libertação Nacional de negociar a paz com o General Duong Van Minh, chefe do triunvirato militar estabelecido, acabaram não dando certo. Uma das razões do fracasso das ne-

gociações foi o endurecimento da linha política adotada por Lyndon B. Johnson, vice-presidente de Kennedy e novo presidente americano.

Um dos últimos atos assinados por Kennedy regulava a diminuição dos assessores militares no Vietnã, não sendo cumprido por Johnson, que ao contrário, aumentou substancialmente os efetivos militares dos EUA no sudeste asiático.

O Vietnã passaria a ser encarado como uma batalha decisiva contra o comunismo. Johnson já deixara patente a sua concepção sobre o Vietnã, quando em maio de 1961, como vice-presidente, visitara aquele país: "A decisão básica com relação ao futuro do sudeste asiático será tomada aqui. Devemos decidir entre ajudar esses países da melhor maneira que pudermos ou desistir de vez, retirando nossas tropas para São Francisco e nos resignando a transformar nosso país numa fortaleza".³

Em março de 1964, Robert Mc Namara, secretário de defesa dos EUA, recomendou a intensificação da guerra, após uma visita ao Vietnã. Pouco depois, Johnson autorizou atividades clandestinas contra o Vietnã do Norte, tais como vôos de reconhecimento por aviões U-2 e infiltração de grupos de sabotagem.

No mesmo ano, Giap decidiu que era hora de passar à fase 3, a guerra móvel, encerrando a fase de guerrilhas, que daí por diante passariam a ser apenas

um complemento à guerra convencional. Unidades do Exército norte-vietnamita passaram a descer pela Trilha de Ho Chi Minh (emaranhado de caminhos e estradas construídos pelos norte-vietnamitas, ligando o Vietnã do Norte ao Vietnã do Sul, através do Laos e do Camboja) (Fig. 5-3), fustigando o inimigo ainda desorganizado. As já vastas áreas do sul sob controle comunista foram então ampliadas e Johnson viu-se diante do dilema de aceitar a derrota ou aumentar os efetivos.

"O uso do Laos como rota de abastecimento foi, de certa forma, consequência dos acordos de Genebra em 1954. Embora imprecisos e vagos sobre muitos pontos-chave, os acordos eram claros ao definir como violação qualquer travessia pelos norte-vietnamitas da Zona Desmilitarizada, no paralelo 17. Para levar pessoal e suprimentos ao sul, por terra, restava a Hanói a alternativa de contornar a Zona Desmilitarizada, através do Laos. Quando, em 1962, foram firmados acordos sobre o Laos, prevendo que todos os signatários, inclusive o Vietnã do Norte, respeitassem a neutralidade do país, Hanói preferiu ignorá-los. Estava construindo sua trilha desde 1959".⁴

Ainda em 1964 o Vietnã do Sul passou a fazer ataques de surpresa ao longo da costa do Vietnã do Norte, com a cobertura da Marinha americana, que patrulhava o estratégico Golfo de Tonquim. Ali, em 4 de agosto, aconteceu o incidente, ainda

hoje não esclarecido, que mudou (ou apressou) os rumos da guerra: supostos ataques de patrulhas navais comunistas a navios americanos em águas internacionais tiveram como consequência o imediato início das missões de bombardeio aéreo do Vietnã do Norte, como medida de retaliação.

O ataque norte-vietnamita nunca foi confirmado e o que realmente ocorreu dificilmente será esclarecido, mas o certo é que dias antes tinha havido uma escaramuça real entre lanchas torpedeiras norte-vietnamitas e navios americanos, motivo, inclusive, de uma advertência de Washington a Hanói. Na noite de 4 de agosto a tripulação dos contratorpedeiros *Maddox* e *Turney Joy* estava tensa pelo incidente anterior e esse fato aliado à perturbação meteorológica pode ter ocasionado a interpretação das silhuetas de barcos inimigos nos radares, iniciando-se o canhoneio. Na realidade, pilotos americanos baseados no porta-aviões *Ticonderoga*, chamados de imediato em auxílio aos navios atacados, testemunharam não ter visto nenhum barco norte-vietnamita no local.

Em 7 de agosto, Johnson conseguiu do Congresso uma resolução que lhe deu autoridade para "tomar todas as medidas necessárias, inclusive o uso de força armada, para ajudar qualquer membro ou Estado participante do protocolo do Tratado do Sudeste Asiático (...)".⁵

A chamada Resolução do Golfo de Tonquim foi o substitutivo perfeito para a declaração de guerra nunca efetuada e deu

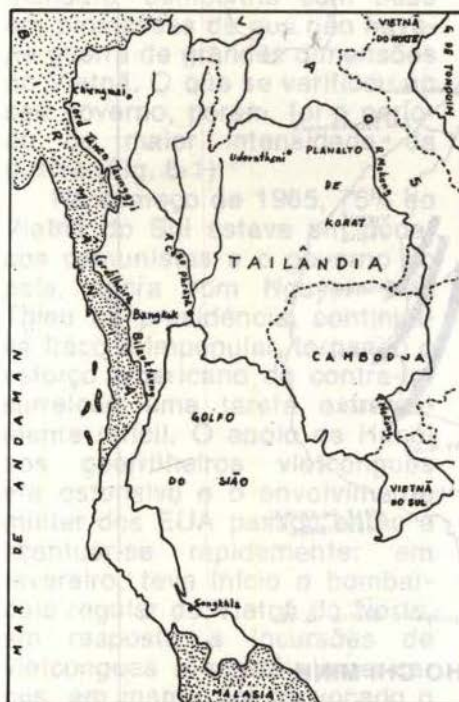
início à extraordinária escalada militar americana, que atingiu o ápice após a eleição de Johnson.



LAOS (236.800km²)

O país possui um relevo essencialmente montanhoso, particularmente ao norte, que é também coberto por densas florestas. As planícies concentram-se ao longo do vale do Mekong, principal rio do país, que forma a fronteira com a Tailândia. A economia é basicamente agrícola, destacando-se o arroz, base da alimentação local. O subsolo é rico em estanho, principal produto de exportação. Um dos graves problemas do país é a falta de acesso ao mar, o que o torna dependente dos países vizinhos. As principais cidades são Vientiane (capital), Savannakhet, Pakse e Luang Prabang. Aproximadamente metade da população é de laos, povo oriundo da China, que veio para o sul no século XII. A religião dominante é o budismo.

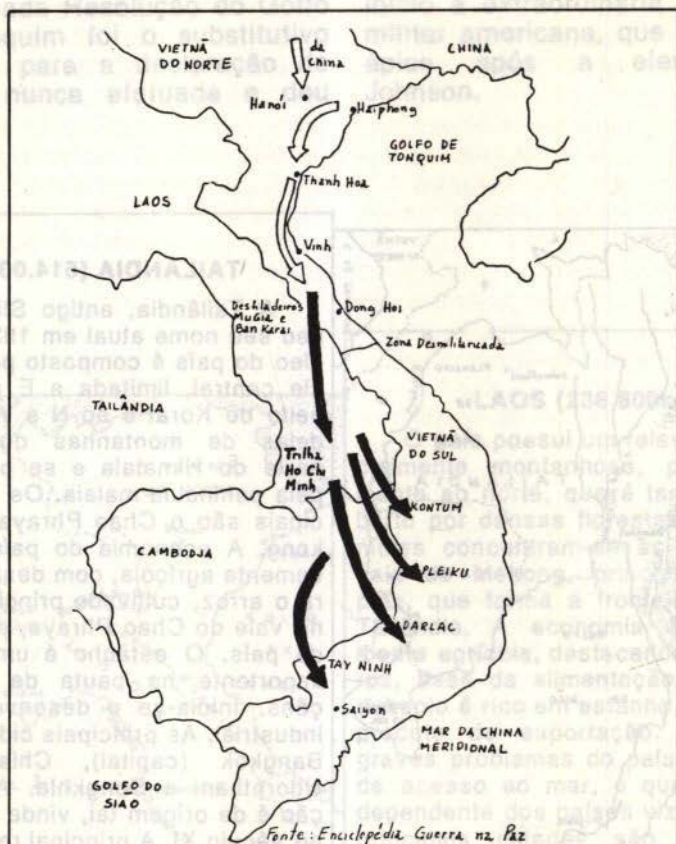
Figura 5-1



TAILÂNDIA (514.000km²)

A Tailândia, antigo Sião, recebeu seu nome atual em 1939. O núcleo do país é composto pela planície central, limitada a E pelo Planalto de Korat e ao N e W por cadeias de montanhas que fazem parte do Himalaia e se prolongam pela península malaia. Os rios principais são o Chao Phraya e o Mekong. A economia do país é basicamente agrícola, com destaque para o arroz, cultivado principalmente no vale do Chao Phraya, parte vital do país. O estanho é um produto importante na pauta de exportações. Inicia-se o desenvolvimento industrial. As principais cidades são Bangkok (capital), Chiang Mai, Udornthani e Songkhla. A população é de origem tai, vinda da China no século XI. A principal religião é o budismo.

Figura 5-2



TRILHA DE HO CHI MINH

Essa rota de abastecimento de 1.600km, iniciada pelos norte-vietnamitas em 1959, estendia-se da fronteira com a China ou das docas de Haiphong, até as áreas dominadas pelos comunistas, nas imediações de Saigon. Ela foi paulatinamente sendo aperfeiçoada e ao final da guerra, em 1975, dispunha, inclusive, de um oleoduto.

Apesar de cortar uma das regiões mais inóspitas do mundo e apesar, ainda, dos ataques, incursões e bombardeios, ela jamais deixou de ser utilizada durante a guerra, constituindo-se numa incrível façanha que foi fator decisivo para a vitória dos comunistas.

Figura 5-3

A GUERRA DO VIETNÃ: GOVERNO JOHNSON (1965-1968)

Johnson foi confirmado na presidência dos EUA pelas eleições de 1964, continuando o mandato democrata com base em promessas de que não haveria guerra de grandes dimensões no Vietnã. O que se verificou no seu governo, porém, foi o período de maior intensidade da guerra (Fig. 6-1)

No começo de 1965, 75% do Vietnã do Sul estava em poder dos comunistas e o governo do país, agora com Nguyen Van Thieu na presidência, continuava fraco e impopular, tornando o esforço americano de contra-insurreição uma tarefa extremamente difícil. O apoio de Hanói aos guerrilheiros vietcongues era ostensivo e o envolvimento militar dos EUA passou então a acentuar-se rapidamente: em fevereiro, teve início o bombardeio regular do Vietnã do Norte, em resposta a incursões de vietcongues a quartéis americanos; em março, foi convocado o primeiro destacamento de marines, inicialmente com o passivo papel de defesa das bases aéreas americanas e, não muito tempo depois, já em operações ofensivas contra o Vietnã do Norte e Vietcongue; no final de 1965 já estavam no Vietnã 184.300 americanos, com um saldo de 1.300 mortos.

Segundo o General William C. Westmoreland, comandante do Comando de Assistência Militar dos EUA no Vietnã, no período

de 1964 a 1968, a estratégia de Johnson podia ser definida da seguinte forma: "Conter o inimigo, derrotá-lo no Sul, ajudar a construir um país, bombardear os alvos relacionados à guerra no Norte de maneira gradativa, até que o inimigo perceba que não pode vencer e, assim, negociará ou aceitará tacitamente o Vietnã dividido".⁶

Essa estratégia, essencialmente defensiva, deu ao inimigo toda a vantagem da iniciativa, minando o esforço militar americano.

A natureza da Guerra do Vietnã, denominada "guerra limitada", permitia que os comunistas fossem abastecidos com armas e suprimentos soviéticos pelo porto de Haiphong, sem que a Marinha americana pudesse intervir. Permitia ainda aos norte-vietnamitas a travessia do Laos e do Camboja com tropas e suprimentos, sem que os EUA determinassem uma ação militar terrestre naqueles países. A invasão do Vietnã do Norte também era proibida. Decididamente, era uma guerra diferente para os soldados americanos, diferente mesmo da Guerra da Coreia, onde as limitações não eram tão extensas. O objetivo clássico de vencer, destruindo o inimigo, já não era válido e o que importava era trazer Ho Chi Minh à mesa de negociações, em desvantagem.

O temor da opinião pública nacional e mundial, que já rotulava a guerra de "ilegal" e "imoral", aliada à ameaça de um conflito mundial e o consequen-

te "holocausto nuclear", era na verdade o fator limitativo da ação militar dos Estados Unidos.

Apesar de grande parte da população americana, a chamada maioria silenciosa, ter aprovado a entrada do seu país na luta contra a agressão comunista, já na primavera de 1965 começaram a aparecer as primeiras manifestações antiguerra, que com o passar do tempo aumentaram de intensidade e foram agravadas por movimentos raciais, caracterizando o turbulento período do governo Johnson.

Sobre a impopularidade da guerra nos próprios Estados Unidos, Westmoreland afirmou: "À medida que a guerra se tornou controversa, o Presidente deveria ter solicitado uma confirmação formal sobre a Resolução do Golfo de Tonquim. Na realidade, a liderança do Congresso deveria tê-la exigido".⁷

Já no campo da opinião pública mundial, os Estados Unidos conseguiram algum reforço diplomático, embora pouco representasse em termos militares, através de tropas da Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas e Tailândia, que passaram a lutar no Vietnã a partir de 1965.

Quando as unidades de combate americanas chegaram ao Vietnã do Sul, estabeleceu-se que a elas caberia combater as unidades comunistas em suas áreas de domínio (notadamente rurais) em todos os cantos do país (dividido em ZMT -

Zona Militar Tática) (Fig. 6-2), através de ações de "busca e destruição", enquanto ao Exército sul-vietnamita caberia o controle das áreas urbanas e das aldeias leais ao governo, por meio de sistemas de proteção local. Entretanto, algum tempo depois, os EUA passariam a atuar em todos os setores, inclusive nas áreas densamente povoadas próximas à costa, face a ineficiência do ESV.

Lutando nas regiões mais diversas, como no intrincado de rios e canais do delta do rio Mekong, nas extensas selvas ao redor de Saigon ou nas montanhas do Planalto Central, os americanos passaram a obter expressivas vitórias, tendo como fator preponderante a mobilidade proporcionada pelo largo emprego de helicópteros.

O sistema defensivo americano ao norte era baseado em pontos fortes localizados estrategicamente nas quatro províncias setentrionais, sobressaindo-se a chamada Linha Mc Namara, próxima à Zona Desmilitarizada (Fig. 6-3). Esse sofisticado sistema de defesa, que utilizava, inclusive, sensores eletrônicos, mostrou-se eficiente, impedindo a infiltração dos comunistas por aquele setor; mas, por outro lado, a extrema vulnerabilidade das fronteiras com o Laos e o Camboja, através da Trilha Ho Chi Minh, embaçava as vitórias americanas nas ações de "busca e destruição".

Duas operações ofensivas táticas americanas, nesse período, merecem ser citadas em

particular, face a sua grande envergadura: a Cedar Falls e a Junction City.

A Operação Cedar Falls, realizada em janeiro de 1967, contou com o impressionante poderio bélico de três Divisões de Infantaria, uma Brigada Aero-transportada e um Regimento de Cavalaria. Seu objetivo foi a destruição de uma fortaleza vietcongue de 160km², localizada a apenas 25km de Saigon e conhecida por Triângulo de Ferro (Fig. 6-2). A área englobava inúmeras bases, depósitos e quartéis guerrilheiros, além de aldeias de camponeses. A ação americana, de 16 dias, transformou o local literalmente num deserto: foram utilizados desfolhantes químicos (o "agente laranja") na eliminação das densas florestas e também escavadeiras e explosivos na destruição das inúmeras instalações subterrâneas. O número de guerrilheiros mortos atingiu 750.

O sucesso da Operação Cedar Falls acabou tendo um alto custo para os Estados Unidos, já que os sofrimentos causados aos civis (difíceis de serem diferenciados dos guerrilheiros) e divulgados amplamente pela imprensa, causaram a indignação de amplos setores da opinião pública americana. A Operação tornou-se um marco no envolvimento direto dos EUA e representou um duro golpe na política de "corações e mentes": muitos camponeses morreram e inúmeras aldeias foram destruídas, aumentando o número de simpatizantes da FLN.

O alvo da Operação Junction City, levada a efeito em fevereiro e março de 1967, foi a Zona de Guerra "C", problemática área na fronteira do Camboja dominada pelos comunistas (Fig. 6-2), que, inclusive, já havia sido objetivo da Operação Attleboro, realizada em setembro e outubro do ano anterior. Embora tenham sido eliminados 2.700 vietcongues o sucesso da Junction City, que utilizou-se largamente de ataques por pára-quedistas e bombardeamento por napalm, foi novamente apenas parcial, pois em breve o Vietcongue voltaria a dominar aquela área.

As operações ribeirinhas, realizadas pelas chamadas brigadas fluviais americanas no delta do rio Mekong, também devem ser ressaltadas. A área, que concentrava mais da metade da população do Vietnã do Sul e extensos arrozais, alimento básico do país, era alvo importante da FLN. A complexidade das operações naquela região, cortada por rios, canais e alagadiços, levou os EUA a desenvolverem embarcações especiais e inovações táticas, o que lhes assegurou o sucesso nas ações desenvolvidas.

Quanto ao bombardeamento aéreo do Vietnã do Norte, que despejou 860.000 toneladas de bombas sobre o país, pode-se afirmar que não conseguiu nenhum resultado decisivo. Isso ocorreu pelo fato de terem sido estabelecidas áreas restritivas pelos próprios EUA, como a fronteira chinesa, Hanói, Haiphong e

áreas vizinhas, onde, naturalmente, os norte-vietnamitas passaram a concentrar suas principais instalações militares e logísticas. Tal restrição deveu-se ao temor da morte de grande número de civis e a consequente onda de protestos internacionais, associada a uma possível intervenção chinesa ou soviética, como já referido. Mesmo com essas precauções, mais de 50.000 civis acabaram sendo mortos na campanha aérea, denominada Operação Rolling Thunder, aumentando a intensidade dos protestos antiguerra nos EUA. Somou-se ainda a esse considerável prejuízo, a perda de 938 aviões, abatidos pela moderna e eficiente defesa anti-aérea norte-vietnamita, equipada com armas e mísseis soviéticos, bem como derrubados por aviões Mig, também de fabricação soviética.

A Trilha Ho Chi Minh, da mesma forma, recebeu intenso bombardeio aéreo, inclusive com o "agente laranja", o que não impediu o constante fluxo de suprimentos e combatentes durante todo o desenrolar da guerra.

A incrível obstinação dos norte-vietnamitas em reconstruir tudo que era destruído nos bombardeios também atenuou o efeito das bombas. É significativo o depoimento da jovem camponesa Nguyen Thi Hang: "... Resolvemos reconstruir tudo o que fosse destruído. Em cima da terra ou embaixo da terra. De noite, fomos trabalhar no arrozal e na lavoura. De dia, tínhamos

nossas quatro tarefas: o combate, a proteção aos veículos que atravessavam a ponte (chamada Garganta do Dragão, elo do abastecimento de Hanói para a Trilha Ho Chi Minh), o abastecimento das baterias antiaéreas, o abastecimento das canhoneiras da Marinha, que do rio (Song Ma) atiravam também contra os aviões..."⁸

Resumidamente, o que se pode dizer sobre o desempenho dos EUA até o princípio de 1968, é que obtiveram considerável sucesso em suas operações militares, em que pese o aparente insucesso dos bombardeios. Seus soldados mantiveram o moral elevado e a eficiência de combate. Após a Ofensiva do Tet, que abordaremos a seguir, é que a desesperança passaria a instalar-se nas tropas americanas.

A Ofensiva do Tet começou a ser planejada em Hanói, em julho de 1967, como reação às sucessivas vitórias americanas. Ali ficou decidido, pela alta direção política de Hanói e da FLN, uma maciça ofensiva coordenada do Exército do Vietnã do Norte e do Vietcongue, nas aldeias, cidades e bases militares em todos os quadrantes do Vietnã do Sul (Fig. 6-4), com o objetivo de "atacar para negociar". A operação, que mudou os rumos da guerra, teve início em 30 de janeiro de 1968, durante os feriados budistas do Tet (Ano Novo Lunar), quando muitos soldados do ESV estavam licenciados. Os americanos foram surpreendidos, já que espera-

vam um ataque em massa apenas na base dos fuzileiros navais em Khe Sanh, na Linha Mac Namara. Os comunistas também aproveitaram a época de chuvas, dificultando o apoio aéreo americano.

O levante popular esperado pelos comunistas não aconteceu e militarmente o ataque fracassou, tendo sido mortos de um total de 84.000, mais de 30.000 atacantes em alguns dias de combate, mas o efeito psicológico sobre a opinião pública americana foi devastador, particularmente pela invasão da própria embaixada dos EUA em Saigon. Algumas técnicas de infiltração do Vietcongue naquela cidade foram curiosas: utilizaram-se de fictícios enterros, nos quais os caixões iam carregados de armas e os caminhões de flores repletos de guerrilheiros. Além disso, a natureza dos vietcongues, homens sem farda que apenas colocavam uma braçadeira vermelha durante os combates, permitiu o ataque que abalou Saigon, até então uma cidade que ainda não tinha conhecido os efeitos da guerra.

Os combates mais acirrados travaram-se em Hué e Khe Sanh, no norte do país. Hué, secular cidade imperial e terceira cidade do país, até então tacitamente admitida como neutra, presenciou os mais violentos combates a curta distância, de toda a guerra. A população civil foi extremamente castigada, com mais de 5.000 mortos, e os vietcongues e soldados norte-

vietnamitas só foram expulsos em 18 de fevereiro, não sem antes terem instalado um governo revolucionário, embora por poucos dias.

Khe Sanh sofreu um pesado cerco do ENV durante 11 semanas, levando os americanos a temerem a reedição de Dien Bien Phu. O cerco teve início em 21 de janeiro, o que, posteriormente, fez supor que seu objetivo era reter as numerosas forças americanas na área, enquanto se desencadeava a ofensiva geral. Entretanto, Westmoreland afirmou, na época, que a ofensiva geral é que era a manobra diversionária, sendo o objetivo principal Khe Sanh, onde deveria se desenrolar a batalha decisiva da guerra. De uma maneira ou de outra, o certo é que os efetivos e o aparato militar empregados foram impressionantes. Lang Vei, posto avançado das defesas de Khe Sanh (guarnecido pelos boinas verdes), entre a base e a Trilha Ho Chi Minh, foi aniquilado como o ENV, utilizando-se de carros de combate (T-34 soviéticos) pela primeira vez na guerra. O cerco dos fuzileiros navais só foi rompido em 14 de abril, depois de uma monumental operação americana (Operação Pégaso).

Convém citar também o importante "aliado" que os comunistas tinham na opinião pública americana, o que os levava, inclusive, a tentar apelos junto aos combatentes dos EUA, par-

ticularmente os negros, para que desistissem de lutar, motivados pelos movimentos pacifistas e pelos problemas raciais americanos.

A Ofensiva do Tet evidenciou os erros da estratégia norte-americana no Vietnã e ocasionou a elevação dos índices de impopularidade da guerra nos EUA, conforme já citado (Hanói estava ganhando a guerra em Washington). As consequências foram consideráveis: Johnson desiste de concorrer à reeleição e em 31 de março de 1968 anuncia a suspensão dos bombardeios acima do paralelo 19, concentrando-os no "cabo da panela" (denominação devida à configuração geográfica daquela área), o que motivou o início de conversações para futuras negociações de paz; os EUA decidem, em definitivo, não aumentar as tropas na região; Westmoreland, considerado um "falcão", é substituído pelo General Creighton Abrams, já envolvido em medidas de "vietnamização" da guerra; em 1º de novembro, Johnson concorda em suspender totalmente os bombardeios do Vietnã do Norte, embora continuasse a mandar bombardear a Trilha Ho Chi Minh.

De acordo com o relato de Henry Kissinger, assessor do presidente Richard M. Nixon, em suas memórias, a suspensão dos bombardeios fora devida às seguintes razões: "Os opositores da guerra tinham concentra-

do suas críticas nos bombardeios, em parte por causa do que custavam à nossa economia, em parte porque era algo que os EUA podiam fazer cessar unilateralmente (ao contrário do resto da luta) e em parte, também, porque Hanói sugerira habilmente que uma cessação dos bombardeios abriria o caminho às negociações e estas deveriam levar rapidamente a um acordo".¹

A "vietnamização", ou seja, a condução da guerra exclusivamente pelo Vietnã do Sul, já vinha sendo buscada, ainda que de forma tímida. Com o desencanto da política de guerra do presidente Johnson, após a ofensiva comunista, é que as medidas visando o aumento de efetivos do ESV, bem como o seu melhor adestramento e poder de combate, passaram a ser intensificadas. A pacificação das aldeias através da reforma agrária e do desenvolvimento econômico, buscando a simpatia dos camponeses, também voltou a ser enfatizada.

No final de 1968, Nixon seria eleito o novo presidente dos Estados Unidos, empenhando sua palavra em "trazer os rapazes de volta para casa". O compromisso com a "vietnamização" fora assumido e iria começar a longa batalha pela paz, com os norte-americanos em nítida desvantagem, como haviam planejado os comunistas. A guerra, porém, ainda continuaria sangrenta e cruel por muitos anos.

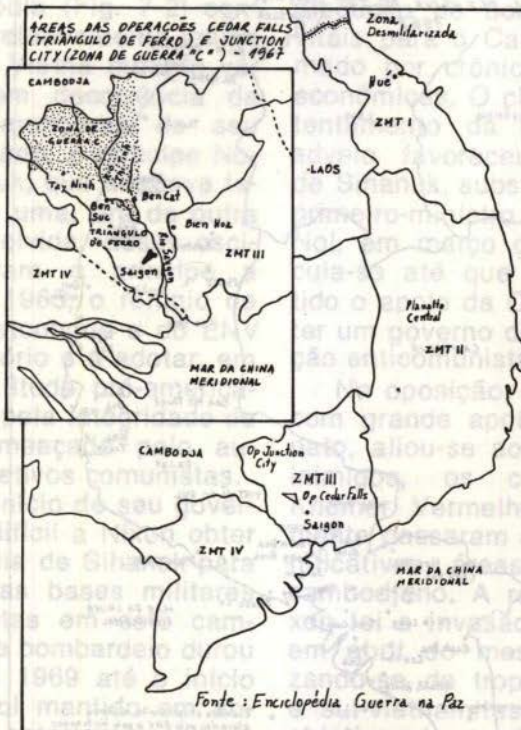
ENVOLVIMENTO MILITAR AMERICANO NO VIETNÃ DO SUL

1965 - 1968

	1965	1966	1967	1968
Pessoal militar	184.300	385.300	485.600	536.100
Mortos em ação	1.369	5.008	9.378	14.592
Feridos em ação	6.114	30.093	62.025	92.820

Fonte: Enciclopédia Guerra na Paz

Figura 6-1



Fonte: Enciclopédia Guerra na Paz

Figura 6-2



Figura 6-3

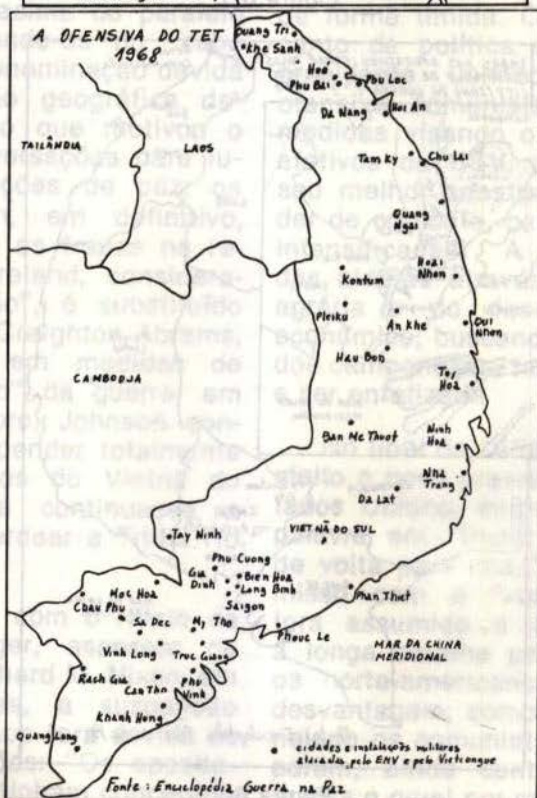


Figura 6-4

A GUERRA DO VIETNÃ: GOVERNO NIXON (1969-1972)

Richard M. Nixon assumiu o governo americano com a herança das conversações de paz e da desamericanização da guerra. Em julho de 1969 anunciou a primeira retirada de tropas, cumprindo suas promessas eleitorais e, com efeito, a partir de então os efetivos americanos passaram a ser sensivelmente diminuídos (Fig. 7-1). Entretanto, por paradoxal que possa parecer, expandiu o conflito para o Camboja, num dos polêmicos episódios da guerra.

O Camboja (Fig. 7-2) conseguiu ficar relativamente imune à Guerra do Vietnã durante vários anos, em decorrência de habilidosas manobras de seu chefe de Estado, o príncipe Norodom Sihanuk, que aceitava favores ora de uma, ora de outra potência envolvida. Essas oscilações levaram o príncipe a permitir, em 1965, o refúgio de forças do Vietcong e do ENV em seu território e a adotar, em 1967, uma atitude pró-americana, temendo pela integridade de seu país, ameaçado pelo aumento dos efetivos comunistas.

Logo no início de seu governo, não foi difícil a Nixon obter a concordância de Sihanuk para bombardear as bases militares dos comunistas em solo cambodjano. Esse bombardeio durou de março de 1969 até o início de 1970 e foi mantido em absoluto sigilo, pelo temor de uma onda de protestos, face o Cam-

bodja ser teoricamente um país neutro.

Henry Kissinger, assessor de Segurança Nacional do governo Nixon, justifica assim o bombardeio do Camboja: "Bombardear tais bases, de onde os cambodjanos haviam sido expulsos pelos norte-vietnamitas para que estes pudessem mais eficazmente matar os americanos, era um ato mínimo de defesa, inteiramente compatível com o Direito Internacional".¹

Apesar das milhares missões de vôo dos aviões B-52, o bombardeio não alcançou resultados militares de expressão, mas comprometeu seriamente a produção de borracha e arroz, vitais para o Camboja, já vitimado por crônicas dificuldades econômicas. O clima de descontentamento da população que adveio favoreceu a derrubada de Sihanuk, substituído pelo seu primeiro-ministro marechal Lon Nol, em março de 1970. Especula-se até que o golpe tenha tido o apoio da CIA, visando obter um governo de maior convicção anticomunista para o país.

Na oposição, Sihanuk, ainda com grande apoio do campesinato, aliou-se aos seus antigos inimigos, os comunistas do Khmer Vermelho, que rapidamente passaram a controlar significativas áreas do território cambodjano. A resposta de Nixon foi a invasão do Camboja em abril do mesmo ano, utilizando-se de tropas americanas e sul-vietnamitas, com o duplo objetivo de apoiar Lon Nol e destruir o QG norte-vietnamita

para todas as operações no sul (o chamado Escritório Central para o Vietnã do Sul-ECVS), supostamente instalado no Camboja, com a finalidade de desencadear uma grande ofensiva no Vietnã do Sul. Mais uma vez as operações foram mantidas sob imenso sigilo.

Ainda é Kissinger quem apresenta as razões da decisão de Nixon: "Não cabia pôr em dúvida que uma conquista sem resistência do Camboja por Hanói teria sido a última pá de cal nas chances do Vietnã do Sul. No momento em que os EUA, seu principal aliado, retiravam de combate em ritmo cada vez mais acelerado seus soldados e reduziam seu apoio aéreo, Saigon viu-se na situação de ter que enfrentar um inimigo que estava aumentando seus esforços muito acima dos Índices do ano anterior. Se, a essa altura, o Camboja caísse em mãos dos norte-vietnamitas, a catástrofe seria inevitável".¹

A invasão deu-se em duas áreas da fronteira com o Vietnã do Sul denominadas Bico de Papagaio e Anzol (Fig. 7-3). A primeira, que avançava no território sul-vietnamita até uma distância de 50km de Saigon, abrigava grandes efetivos do ENV, ameaçando a própria capital e o delta do rio Mekong, região estratégica do Vietnã do Sul. Já a área conhecida pelo codinome de Anzol, mais ao norte, era onde se encontrava a 7ª Divisão do ENV, bem como onde possivelmente estaria instalado o

ECVS, que acabou não sendo encontrado.

Os dividendos militares da ofensiva, que durou até julho, não foram de monta, apesar da grande quantidade de suprimentos apreendida. Os comunistas retraíram para fora da faixa de 32km, autorizada para penetração pelo governo americano, sem grandes baixas. Por outro lado, politicamente a operação foi um estrondoso desastre, já que tão logo tornou-se pública ocasionou violentos protestos que sacudiram os EUA. Universidades entraram em greve (havendo inclusive choques entre universitários e a Guarda Nacional), a própria Casa Branca foi cercada por manifestantes e o golpe final veio do Congresso, que revogou a Resolução do Golfo de Tonquim, cassando os plenos poderes do presidente na condução da guerra. A partir daí, qualquer operação terrestre, fora do Vietnã do Sul, necessitaria da autorização do Congresso, o que veio apressar as medidas de vietnamização da guerra.

É importante agora abordar o colapso moral por que passavam as tropas americanas nesse período, em decorrência da convulsão interna nos Estados Unidos. A partir da Ofensiva do Tet, de grande efeito psicológico, o moral dos soldados americanos, já desgastada pelos movimentos pacifistas nos EUA, entrara em nítido declínio. O primeiro sintoma que se tornou mundialmente conhecido, através de ampla divulgação da imprensa, foi o chamado massacre de My

Lai, ocorrido em março de 1968, no norte do Vietnã do Sul, onde soldados americanos mataram centenas de civis, incluindo mulheres, crianças e velhos.

Além dos crimes de guerra, aumentaram também a partir de 1968, as taxas de deserção, o consumo de drogas, os conflitos raciais e a animosidade.

Após a operação no Camboja, outra frustrada intervenção de Nixon foi no Laos, no início de 1971, dessa vez apenas com tropas do ESV, apoiadas por aviação e artilharia dos EUA, já que o Congresso vetou o emprego de tropas terrestres americanas além das fronteiras do Vietnã do Sul. A operação, denominada Lam Son 719 (homenagem dos vietnamitas à vitória sobre os chineses, em uma batalha do século XV), tinha como objetivo a Trilha Ho Chi Minh, que deveria ser bloqueada ao mesmo tempo em que se destruía a infra-estrutura logística da chamada área-base 604 dos comunistas, localizada a apenas 22km da fronteira com o Vietnã do Sul (Fig. 7-3).

A Lam Son 719 aparentemente foi um sucesso, tendo a área-base 604 sido tomada através do maior ataque por helicópteros de toda a guerra (após fracassarem avanços com blindados), mas a retirada revelou-se um desastre, com a contra-ofensiva norte-vietnamita levando ao pânico soldados do ESV, que sofreu sérias baixas. Após cerca de dois meses de lutas, no final de março os combatentes sul-vietnamitas já es-

tavam de volta a seu território, demonstrando ainda incipiente preparo nesse primeiro teste efetivo de vietnamização da guerra, em que pese supostamente terem impedido uma grande ofensiva comunista que estaria prevista para aquele ano. De qualquer maneira, para se ter uma idéia do conflito de opiniões sobre os resultados da operação, basta dizer que o presidente Thieu considerou-a vitoriosa, enquanto seu vice-presidente e homem forte do governo de Saigon, marechal Nguyen Cao Ky, classificou-a como um fracasso.

Além das operações no Camboja e no Laos, prosseguiram no governo Nixon as incursões americanas a redutos comunistas em solo sul-vietnamita (Fig. 7-3). Em 1969, foram realizadas três devastadoras ações: nas províncias de Quang Ngai e Quang Nam (ambas no norte do país) e no delta do Mekong. Entretanto, no mesmo ano um combate de grandes proporções no vale de A Shau (próximo a Hué) causou grande comoção nos Estados Unidos, pelo grande número de baixas americanas, e desde então foi suspensa a participação ativa do Exército norte-americano no combate às forças comunistas de expressão. Na realidade, a partir de fins daquele ano os comunistas também reduziram suas operações bélicas, talvez em razão da morte de Ho Chi Minh em setembro. Em consequência, nos anos de 1970 e 1971 os combates no Vietnã do Sul diminuíram

de maneira extraordinária, ensejando o apressamento da vietnamização da guerra, com o ESV respondendo pelas poucas operações terrestres realizadas (Fig. 7-4).

Quanto à pacificação das aldeias (eliminação dos vietcongues, realização de eleições e reforma agrária), cujo programa fora reestimulado no final do governo Johnson, prosseguiu com nítidos progressos. As excessivas perdas dos comunistas na Ofensiva do Tet facilitaram, sobremaneira, a retomada do controle das aldeias pelos aliados, e em 1971 estimava-se que menos de 5% da população sul-vietnamita estava sob controle comunista. No entanto, convém citar que o presidente Thieu, devido à desconfiança de seu governo com relação aos camponeses, continuava sem apoio nas áreas rurais.

De grande relevância no programa de pacificação foi a criação do CORDS (Apoio a Operações Cíveis e Desenvolvimento Revolucionário) ainda em maio de 1967, englobando militares, pessoal da CIA e de outras organizações cíveis. Um de seus importantes instrumentos foi o programa Fênix, executado pelo governo sul-vietnamita e que se destinava a localizar agentes logísticos e quadros políticos do Vietcongue. Os comunistas foram bastante enfraquecidos, mas os métodos empregados foram violentos: estima-se que entre janeiro de 1968 e fevereiro de 1972 quase 25.000 suspeitos foram mortos,

computando-se aí simples opositores políticos de Thieu.

No início da década de 70, China já aparecia no cenário mundial como uma grande potência, após romper sua aliança com a URSS. As relações entre os dois países já estavam ruins desde fins de década de 50 (em 1960 Moscou suspendeu a ajuda econômica à China), mas só se deterioraram de vez em 1969, por ocasião dos sérios combates entre regimentos dos dois países em área fronteiriça com grande número de baixas. Uma das principais causas da ruptura foi a negativa da URSS em cumprir um acordo secreto de 1957, pelo qual se comprometia em dar ajuda à China, no desenvolvimento de seu poderio nuclear. A preocupação da URSS com a beligerância chinesa foi em vão, já que em 1967 a China realizou seu primeiro teste nuclear.

O desabamento do "bloco monolítico socialista" e o fim da predominância bipolar USA X URSS propiciaram uma excelente ocasião política para Nixon tentar a reaproximação com a União Soviética e a China. Vivia-se a détente ("co-existência pacífica" que havia substituído a guerra fria por volta de 1962) e Nixon intensificou as conversações diplomáticas, tendo como um de seus objetivos a redução do fornecimento de suprimentos dessas duas potências aos norte-vietnamitas. Isso efetivamente ocorreu quanto à China (visitada por Nixon em fevereiro de 1972), mas com a URSS os es-

forços dos EUA foram em vão e a ajuda russa aos norte-vietnamitas foi sempre decisiva.

Sobre o apoio das duas grandes potências comunistas aos norte-vietnamitas, é bastante elucidativo o comentário do professor americano Lewis A. Tambs, estudioso de geopolítica: "A Indochina era a chave do cerco dos soviéticos (à China). Ajudados pela expansão de seu poderio naval, os soviéticos forneceram as armas mais modernas aos norte-vietnamitas. O apoio chinês ao Vietnã do Norte foi mínimo e principalmente com finalidades de propaganda, para salvar o prestígio da China junto ao Terceiro Mundo. A RPC temia ver um satélite soviético em sua fronteira meridional, área de suserania tradicional dos chineses. Quando o presidente Richard Nixon exerceu a opção chinesa, em 1971, seu emissário, o general Haig, foi informado pelo presidente Mao Tsé-tung de que a RPC não queria que os EUA perdessem a Indochina...".⁸

No início de 1972, aproveitando-se dos feriados da Páscoa, Giap desencadeou a segunda grande ofensiva comunista, com o ENV equipado com toda sorte de armamentos soviéticos, incluindo carros de combate, canhões e mísseis em grande número.

A ofensiva do ENV teve início em 30 de março de 1972 e consistiu de ataques simultâneos a quatro áreas do território sul-vietnamita: ao norte Hué, no planalto central Kontum, ao

sul a rota 13 (nas proximidades de Saigon) e o delta do Mekong (Fig. 7-5). A grande diversificação dos ataques para muitos representou um erro fatal no planejamento de Giap, que não dispunha de efetivos suficientes para operação de tal envergadura.

Embora mais uma vez os americanos tenham sido surpreendidos pela ofensiva, já que a esperavam para fevereiro (suspenderam o estado de alerta em 2 de março), conseguiram neutralizá-la com sucesso, após alguns meses de intensas lutas, tendo sido mortos cerca de 100.000 soldados norte-vietnamitas. Dessa vez o ESV revelou-se mais preparado (após episódios de pânico e desespero no início avassalador da ofensiva), registrando feitos heróicos na defesa da cidade de An Loc, na rota 13, onde os combates foram particularmente sangrentos. Esse fato foi de grande significado para o fortalecimento moral do ESV, contudo o poder aéreo norte-americano continuava indispensável.

Um dos principais fatores do êxito americano, na neutralização da Ofensiva da Páscoa, foi a Operação Linebacker, que consistiu justamente no bombardeio aéreo das rotas de suprimento norte-vietnamitas (Fig. 7-6). Inicialmente limitados a áreas próximas à Zona Desmilitarizada, em maio os bombardeios passaram a ser efetuados em quase todo o Vietnã do Norte, excetuando-se pequena faixa na fronteira chinesa, portanto

mais abrangentes que os de Johnson. Inúmeras pontes, estoques de suprimentos, silos de mísseis, indústrias e outros setores vitais para o apoio à ofensiva no Vietnã do Sul foram destruídos. Somente a partir de 23 de outubro, Nixon limitou as missões aéreas abaixo do paralelo 20, em decorrência de progressos nas negociações de paz.

Além do bombardeio aéreo, Nixon determinou ainda a colocação de minas nos portos de Haiphong, Cam Pha, Hon Gai, Thanh Hoa, Vinh, Quang Khe e Dong Hoi, com o intuito de impedir a chegada de suprimentos soviéticos pelo mar (Fig. 7-6). A polêmica medida foi anunciada pelo próprio Nixon em cadeia nacional de TV, no dia 8 de maio de 1972, quando a ofensiva comunista parecia alcançar ampla vitória, com a tomada de Quang Tri e forte pressão em Hué, Kontum e An Loc.

Apesar de muitos a considerarem temerária, a decisão de minar os portos norte-vietnamitas revestiu-se de pleno sucesso, já que não provocou confronto com os soviéticos, que estavam mais interessados em cultivar a política da *détente*. No mesmo mês, Nixon esteve em Moscou, onde assinou com o premier Leonid Brejnev (que havia sucedido Khrushchev em 1964) os acordos SALT, sobre limitação de armas estratégicas.

As firmes decisões de Nixon, determinando invasões dos "san-tuários" comunistas no Cam-bodja, bombardeios do Vietnã

do Norte e colocação de minas em Haiphong e outros portos norte-vietnamitas, mostraram-se eficientes na diminuição do poder militar dos comunistas, mas talvez tenham vindo tarde demais, quando grande parte das tropas americanas já havia retornado à América. O maciço apoio soviético e a férrea determinação dos norte-vietnamitas de conquistar o Vietnã do Sul e reunificar o país já mostravam que o governo de Saigon não conseguiria se sustentar por muito tempo, após a retirada total dos americanos.

As negociações de paz iniciadas na cidade de Paris, em janeiro de 1969, com representantes dos EUA, Vietnã do Sul, Vietnã do Norte e FLN, mostraram-se totalmente improdutivas até 1972. Em outubro desse ano finalmente foram alinhavados os primeiros acordos, tendo como artífices principais Henry Kissinger e Le Duc Tho, membro do Politburo de Hanói. Essas negociações previam a retirada dos norte-americanos, permanência das forças do ENV (cerca de 150.000 homens) no Vietnã do Sul, onde se encontravam desde a Ofensiva da Páscoa, e manutenção do Vietnã dividido até a realização de eleições gerais. Como se pode ver, o acordo era amplamente favorável aos comunistas, sendo mais tarde acusado de simples "intervalo decente" entre a retirada dos EUA e a queda de Saigon.

Temendo pela permanência das tropas do ENV em seu território, o presidente sul-vietnami-

ta Nguyen Van Thieu relutou em aceitar os acordos propostos pelos EUA e Vietnã do Norte, só o fazendo depois de pressões dos norte-americanos, em janeiro de 1973. Nesse intervalo ainda houve divergências com o Vietnã do Norte, o que levou Nixon a determinar a Operação Linebacker II de intenso bombardeio do território norte-vietnamita, que ocorreu no período de 18 a 30 de dezembro, embo-

ra os acordos finalmente assinados não diferissem substancialmente dos acertados em outubro.

Richard Nixon cumpriu suas promessas eleitorais e conseguiu a reeleição para o mandato seguinte, mas os acordos assinados com o Vietnã do Norte, em 23 de janeiro de 1973, ainda são considerados como uma verdadeira traição ao governo sul-vietnamita.

ENVOLVIMENTO MILITAR AMERICANO NO VIETNÃ DO SUL

1968 - 1971

	1968	1969	1970	1971
Pessoal militar	536.100	475.200	334.600	156.800
Mortos em ação	14.592	9.414	4.221	1.380
Feridos em ação	92.820	70.216	30.643	8.936

Fonte: Enciclopédia Guerra na Paz

Figura 7-1

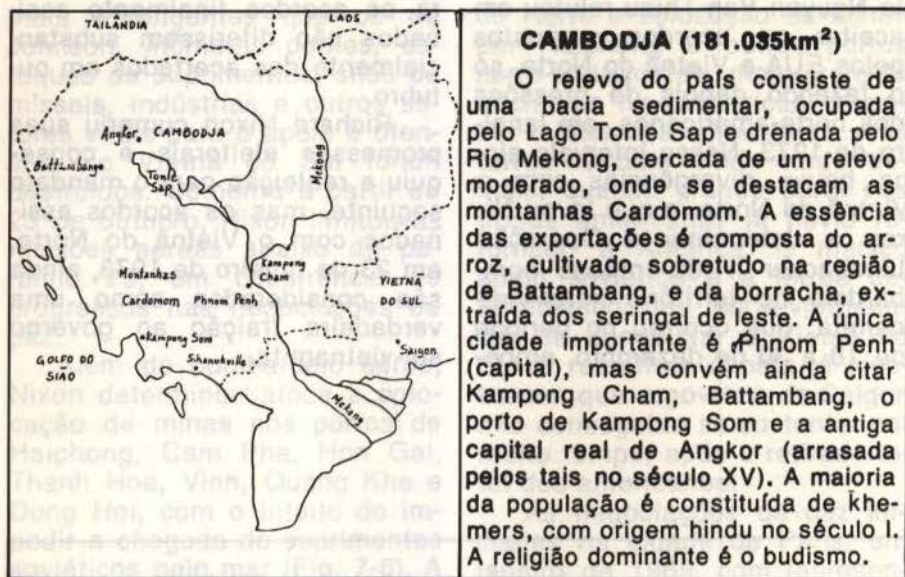


Figura 7-2



Figura 7-3

CONTINGENTES DO ESV 1964 - 1971

	1964	1967	1969	1971
Regular	250.000	343.000	493.000	516.000
Regional	96.000	151.000	190.000	284.000
Popular	168.000	149.000	214.000	248.000
Total	514.000	643.000	897.000	1.048.000

Fonte: Enciclopédia Guerra na Paz

Figura 7-4



Figura 7-5

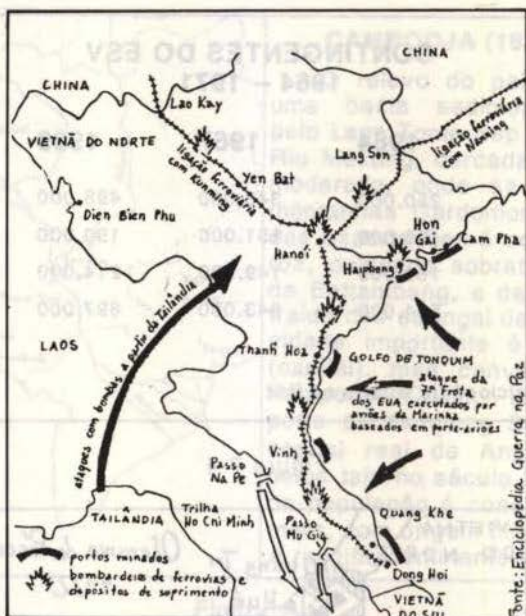


Figura 7-6

REFERÊNCIAS

1. Henry Kissinger, "Meus tempos na Casa Branca" (13ª Parte), Folha de São Paulo, 6 de Out 79.
2. João Alfredo Poeck, "A estratégia norte-americana no Vietnã", A Defesa Nacional, Jan/Fev 86, pág. 112.
3. "Vietnã: e os americanos chegaram", Enciclopédia Guerra na Paz, vol. 3, pág. 526.
4. "Rota da vitória", Enciclopédia Guerra na Paz, vol. 3, pág. 685.
5. Gen Curtis E. Le May e Maj Gen Dale O. Smith, "USA em perigo", pág. 243 (Biblioteca do Exército).
6. William C. Westmoreland, "O Vietnã em perspectiva", A Defesa Nacional, Set/Out 79, pág. 73.
7. Antonio Callado, "Um piloto americano e uma heroína do Vietnã", Folha de São Paulo, 20 Out 68.
8. Lewis A. Tams, "Influência da Geopolítica na Política e na Estratégia das grandes potências", A Defesa Nacional, Jul/Ago 80, pág. 150.



ANTONIO SERGIO GEROMEL – Capitão do Exército. Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1974) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1984), além do Curso de Técnica de Ensino, do Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, do Ministério da Marinha (1980). É bacharel em Ciências Econômicas pelas Faculdades Unidas Católicas de

Mato Grosso, Campo Grande, MS. Exerce, atualmente, o comando da 14ª Companhia de Comunicações.

com o sólido e, como tal, a sua importância para a navegação e a cabotagem.

A PROBLEMÁTICA DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

ANO BASE - 1982

Em 1975, a frota de cabotagem brasileira era constituída por 1.200 embarcações, com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas. A frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações.

Com relação à frota de cabotagem brasileira, a frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações. A frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações.

Em 1982, a frota de cabotagem brasileira era constituída por 1.200 embarcações, com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas. A frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações.



A frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações. A frota de cabotagem brasileira, em 1982, apresentava-se com uma capacidade total de 1,2 milhões de toneladas, com 1.200 embarcações.



A PROBLEMÁTICA DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM

ANO BASE – 1985

Pesquisa Editorial

A cabotagem brasileira que, por definição, deveria realizar as trocas comerciais entre portos brasileiros utilizando navios de bandeira brasileira, possui, como complemento, a denominada "cabotagem internacional" que apresenta, em uma de suas pontas, o tráfego com o Uruguai e a Argentina e, na outra, o tráfego com o Caribe (Venezuela, Costa Atlântica da Colômbia e da América Central, Guianas, Suriname e Antilhas).

Essa solução se justifica:

– Pela configuração geográfica do Brasil e sua posição no Continente Sul-americano. O tráfego marítimo na área descrita não se coaduna com o explorado pela armação de longo curso, estando os navios que operam na costa brasileira, participantes da chamada "cabotagem nacional", normalmente em posições mais favoráveis para atenderem a esses tráfegos de ponta;

– Pelo fato de a armação de cabotagem não poder prescindir, para sua viabilidade econômica, dos fretes gerados por esse tráfego.

SITUAÇÃO

A implementação do Plano Rodoviário Nacional e a implantação da indústria automobilística trouxeram, na década de 50, nova alternativa para o transporte de mercadorias, não só no mercado interno, como entre o Brasil e o Uruguai, a Argentina e o Chile.

Até então, o sistema de transporte marítimo, com suas deficiências portuárias, frota mercante obsoleta e alto custo de transporte era, na maioria dos casos, a única opção.

Com o advento do transporte rodoviário, mais eficiente, competitivo e cômodo para o usuário, a queda do transporte marítimo foi inevitável, principalmente para a carga geral. O tráfego

de granéis, tanto sólidos como líquidos, quer pelo volume dos lotes normalmente transportados, quer pelo seu baixo valor intrínseco, não sofreu descontinuidade, garantindo o crescimento global do tráfego marítimo de cabotagem.

Em 1973, ocorreu a primeira crise do petróleo. Esperava-se que, com ela, penalizando o meio de transporte menos econômico (rodoviário), voltasse ao sistema marítimo grande parte da carga geral que este havia perdido. Entretanto, tal não ocorreu com a intensidade esperada. Entre 1973 e 1977, foram transportadas, em média, 900.000 toneladas de carga geral, muito longe dos 4,3 milhões de toneladas alcançados em 1956, na "cabotagem nacional".

Com relação à "cabotagem internacional", vários fatores influíram no seu comportamento. A redução da atividade econômica mundial conseqüente do choque do petróleo aumentou, nos anos seguintes, o desbalançamento do fluxo importação-exportação, com a compressão das importações e o aumento das exportações, visando a obter-se o superávit na balança comercial necessário ao pagamento dos compromissos externos do Brasil. A elevação dos preços dos combustíveis, por seu turno, acarretou a perda da competitividade dos navios de construção nacional. A demora na execução dos planos de construção naval condenou nossos navios, quando entregues, a competir com navios estrangei-

ros, equipados com motores de nova geração, bem mais econômicos.

A partir do 2º trimestre de 1983, a introdução, na frota de cabotagem, de navios do tipo *roll-on-roll-off*, próprios ou afretados, possibilitando o crescimento do volume da carga geral transportada, a melhoria operativa dos portos e a construção de terminais especializados, privados e estatais, vêm permitindo a redução dos custos operacionais.

A CABOTAGEM NACIONAL

Existem 32 empresas listadas pela Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM) autorizadas a operar na cabotagem nacional. Além dessas, existem inúmeras outras realizando serviços em trechos da costa e que não vêm sendo por ela controladas. É um número exagerado de empresas, muitas com um ou dois navios, incapazes de assumir, individualmente, a maioria dos fluxos de carga existentes.

Para eficiência do tráfego marítimo, o ideal é operar com um número reduzido de empresas sólidas, com um efetivo compatível de embarcações, capaz de atender, com eficiência e economia de escala, ao fluxo de carga transportada. E esse conceito foi aplicado, em 1972, na formação das Linhas Brasileiras de Navegação S.A. (LIBRA), aglutinando vários armadores em uma única empresa.

Com vistas a oferecer maior consistência às empresas envolvidas na "cabotagem nacional", outros conceitos tiveram sua aplicação considerada, nem sempre com resultados satisfatórios.

Um deles foi o de integrar empresas de transporte rodoviário na cabotagem. Enquadraram-se nesse conceito a Hipermodal Transporte e Navegação, a São Geraldo Minutur Cargas, a Superpesa Transporte Marítimo, a Grancarga Marítima e a Di Gregório Navegação. As duas primeiras não consolidaram suas presenças no tráfego marítimo, a Hipermodal solicitou concordata preventiva, cessando suas atividades, e a São Geraldo Minutur, que possui apenas um navio de pequeno porte, não tem, igualmente, operado. A Superpesa e a Grancarga, que se especializaram no transporte de peças de grande peso e volume em navios *roll-on-roll-off* (RO/RO), vêm consolidando sua preferência no transporte de toda carga geral e solicitaram financiamento para construção de navios RO/RO próprios. A Di Gregório instituiu, também, um serviço RO/RO eficiente com navio afretado, tendo-lhe sido concedido financiamento para construção de navio próprio.

Outro conceito considerado com igual objetivo foi o de integrar, na cabotagem, empresas com novo tipo de gerenciamento e maior agressividade. A intenção foi admitir, na cabotagem, empresas que reunissem experiências de extraordinário valor,

para aferir sua eficiência na armação. Considerou-se, também, sua capacidade para operar navios até então ociosos e, mesmo, inativos, por falta de condições de seus proprietários anteriores.

Foram, assim, autorizadas a operar na cabotagem a Sociedade de Serviços Marítimos e Portuários S.A. (SUPORMAR) e a Tupinave S.A., do Grupo Tupi. A primeira adquiriu e reativou navios paralisados da Casemiro Filho S.A., mas se mostraram, entretanto, incapazes de operar conforme pretendido; a segunda, credenciada por um grande suporte financeiro e gerencial, não prosperou, também, como desejado.

O Grupo Lachman e a Empresa de Navegação Aliança tiveram, também, seus pedidos de entrada na cabotagem apreciados em função da capacidade financeira, estrutura sólida e experiência em transporte marítimo. A entrada de novas embarcações dessas empresas não foi, porém, efetivada, por acarretar o superdimensionamento da frota então existente.

Cogitou-se, finalmente, na introdução de serviços ainda não prestados na cabotagem. Dentro desse espírito, além da Di Gregório Navegação, foram admitidas a Kommar Companhia Marítima e a COMODAL (Companhia de Transporte Intermodal) para estabelecerem o serviço RO/RO entre Santos e Manaus. A Navegação Elichirigoity Ltda (NAVELY), que teve autorização concedida nas mesmas

condições, não chegou a iniciar as atividades pretendidas.

Os serviços de cabotagem, na carga geral e no granel sólido, são basicamente efetuados por empresas privadas. O Lloyd Brasileiro atende apenas aos casos em que a atividade privada se omite.

No transporte de graneis, embora a presença das empresas privadas venha crescendo, a PETROBRÁS continua majoritária, sendo exclusiva no transporte de petróleo, por força de lei.

A exceção da PETROBRÁS, as empresas estatais absorvem, apenas, 4,4% do total da tonelagem oferecida.

"Este é o quadro dos armadores da "cabotagem nacional". Na sua maioria são inadimplentes com o Fundo da Marinha Mercante (FMM), muitos não cumprem o tráfego a que se propõem e poucos operam com eficiência e capacidade profissional. Grande parte deles sempre foi inadimplente, pois não amortizando custos de capital, podiam tornar-se mais competitivos, com "rebates" nos fretes. Outros, no entanto, só vieram a sê-lo em passado recente, na expectativa de novas regras de financiamento por parte do FMM.

FROTA DE CABOTAGEM NACIONAL

Até a década de 70, predominou o emprego de navios cargueiros convencionais e de pequeno porte (3.000 a 7.500 TPB) que transportavam graneis e

carga geral, simultaneamente. A partir daí, notam-se mudanças marcantes na frota.

Navios desse tipo foram, em grande parte, substituídos por navios graneleiros, exclusivamente para graneis, de maior porte (15.000 a 26.000 TPB), e por navios de carga geral tipo RO/RO (6.000 a 7.000 TPB). Os navios cargueiros convencionais, entretanto, continuam necessários no transporte de pequenos lotes de granel, para atender às cargas em portos com limitação de calado e manobra e no transporte de carga geral não containerizável ou não unitizável.

Na cabotagem, só operam armadores e embarcações autorizados pela SUNAMAM e a frota foi dimensionada de modo a não permitir ociosidade no sistema instalado. Suplementação eventual de praça é feita pelo afretamento de embarcações de armadores de cabotagem disponíveis ou, na sua ausência, de embarcações ociosas no longo curso. Ingresso definitivo de embarcações na cabotagem, por construção ou transferência de propriedade, só se efetua quando constatada demanda efetiva e constante de transporte.

No transporte de carga geral, o RO/RO tem-se mostrado o navio ideal para competir com o caminhão. Seu custo de construção, entretanto, exige análise cuidadosa, para nele se investir com maior intensidade. Há dois navios RO/RO nacionais e um estrangeiro afretado no transporte de cargas de grande peso,

e há solicitação para construção de navios nacionais desse tipo.

Navios convencionais transportando *containers* têm tido sucesso no transporte de carga geral, no tráfego Rio/Santos/Manaus/Santos/Rio, único fluxo regular constante de carga detectado.

A frota de granéis sólidos é jovem, com navios de 15.000 a 26.000 TPB, havendo tendência para o emprego de navios de 35.000 TPB.

A frota de navios para o transporte de petróleo e seus derivados pertencentes à PETROBRÁS tem sido aumentada, para atender à demanda crescente desse tipo de carga. A Empresa tem programa de novas construções, com encomendas já efetivadas em estaleiros nacionais, visando a cobrir esse acréscimo e a promover substituição de navios obsoletos.

O transporte de GLP (gás leve de petróleo) e de produtos químicos é atendido por navios nacionais da PETROBRÁS e de empresas privadas.

Navios estrangeiros afretados só são usados na cabotagem dentro da legislação em vigor e em caso de absoluta necessidade, desde que esgotados os esforços junto a embarcadores e armadores de cabotagem e de longo curso.

A cabotagem não dispõe de navios para o transporte de eteno, até agora efetuado, em pequenas quantidades, por navios estrangeiros afretados.

A renovação da frota é preocupação a ser resolvida. Os ar-

madores privados não têm condições econômico-financeiras que se coadunem com os parâmetros do agente financiador, e os empresários com estrutura empresarial sólida e recursos não se sentem atraídos pelo transporte marítimo, face às dificuldades por que ele passa e à imagem altamente negativa que, em torno dele, se formou.

LINHAS DE CABOTAGEM NACIONAL

Até 1985, a estrutura das linhas de cabotagem não correspondia à realidade dos fluxos de carga e às características das embarcações. Para atender à legislação até então existente, os armadores tinham que solicitar, freqüentemente, cancelamento de escalas obrigatórias, inclusão de escalas extras e alterações dos roteiros originais. Isso obrigava a SUNAMAM a exercer complicado sistema de controle e acarretava substancial aumento de burocracia e custos.

Para permitir maior flexibilidade ao armador na exploração do tráfego e eliminar desnecessária burocracia, a SUNAMAM baixou resolução estabelecendo uma nova estrutura, com linhas mais simplificadas e liberdade de escolha do tráfego desejado. As dezesseis linhas então existentes (algumas, havia muito, sem navio alocado) foram reagrupadas em apenas quatro: LC-1, Brasil/Argentina - Uruguai/Brasil; LC-2, Brasil/Caribe/Brasil; LC-3, Rio Grande do

Sul/Bacia Amazônica e LC-4, Apoio Marítimo.

De acordo com a nova regulamentação, cabe ao armador, ao solicitar a concessão da linha, indicar o trecho da mesma em que irá operar, o tipo de carga que pretende transportar, as embarcações que irá colocar e as condições técnicas e financeiras que possui, para levar a bom termo o empreendimento.

Compete à SUNAMAM, à luz do Decreto nº 62.383, de 11.03.68, analisar os pedidos e promover gestões, para que trechos da costa brasileira não deixem de ser atendidos pela frota de cabotagem, em resguardo do interesse público, compatibilizando, as necessidades do comércio, com a disponibilidade dos meios flutuantes.

Esse novo procedimento foi implementado a partir de janeiro de 1986.

CARGAS DA CABOTAGEM NACIONAL

A carga geral, de um fluxo de 4.300.000t, em 1956, quando representava 63% do total da carga transportada, caiu para 735.000t, equivalente a 6% desse total, em 1972. Em 1973, ocorrido o primeiro choque do petróleo, alguma carga retornou à cabotagem e, entre 1973 e 1977, o fluxo estabilizou-se em torno de 900.000t. Ligeira recuperação acentuou-se a partir do segundo choque do petróleo e, de 1978 a 1980, a carga

transportada manteve-se em torno de 1.300.000t.

A partir do 1º trimestre de 1983, passaram a ser empregadas embarcações RO/RO afretadas, no tráfego Santos - Manaus.

Mesmo com a unitização da carga, a pré-estivagem, o emprego de *containers*, a introdução de embarcações RO/RO, próprias e estrangeiras afretadas, e a legislação específica (ainda necessitando de revisão), a carga geral permanece com participação inexpressiva no cômputo do total transportado - algo em torno de 3%.

As cargas de granéis sólidos têm-se elevado ao longo dos anos mas no cômputo geral das cargas transportadas, permanece com um percentual médio de 20%.

Nos últimos 10 anos, alguns granéis sólidos apresentaram crescimento no transporte, devido a ausência de competição dos demais modos e ao incremento do seu consumo - minério de ferro, em face da implantação de novas siderúrgicas; carvão mineral, devido à política de utilização de novas fontes alternativas de energia; sal, em função do crescimento do consumo; milho, pelo aparecimento de novos mercados consumidores, e bauxita, conseqüente do desenvolvimento de novos projetos industriais, além do trigo nacional, em 1985, tendo em vista a safra recorde desse ano.

A evolução do transporte dos granéis líquidos em relação ao total da carga transportada

cresceu, dos 16% em 1956, aos 78% em 1985.

Até 1973, o petróleo e seus derivados, incluindo gás liquefeito, participavam com cerca de 99% dos graneis líquidos. Mesmo com o incentivo à produção de álcool e o desenvolvimento da indústria química, em 1985 o petróleo e seus derivados contribuíram, ainda, com 90% do total dos graneis líquidos. Seu transporte passou, de 10.529.000t em 1973, para 32.124.000t em 1985, representando um acréscimo de 208%.

FRETES NA CABOTAGEM NACIONAL

Os fretes são cobrados pela Tabela de Fretes na Cabotagem Marítima Brasileira (FRECAB), elaborada em 1974. Seus valores são reajustados periodicamente.

Atualmente estão liberados os fretes das seguintes cargas:

- Carga geral - quando transportada em navios RO/RO no sentido norte-sul;

- Granel líquido - todos, exceto álcool e petróleo e seus derivados;

- Granel sólido - os não especificados na FRECAB nesta classificados como "outros graneis" no sentido norte-sul, exceto sal.

Pelo Aviso nº 300/GM, de 12.09.85, o Ministério dos Transportes solicitou o empenho do Ministério da Fazenda para o pleito da SUNAMAM, no sentido de liberar o frete da carga geral.

A atual FRECAB possui uma série de distorções em relação aos custos reais do transporte, decorrentes dos seguintes fatores:

- alteração no perfil da frota (porte, especialização, consumo energético) e, conseqüentemente, nos custos dos navios;

- mudança na estrutura da carga, quanto a tipos e fluxos;

- reajustes da FRECAB que, ao longo do tempo, vêm sendo feitos apenas em função das variações dos índices econômicos, e não em função da variação real dos custos do transporte;

- custo do tempo de carregamento e de descarga não ressaltados, no caso dos graneis sólidos;

- remuneração excessiva do transporte de certas cargas e deficiente ao de outras.

Em razão dessas distorções, a SUNAMAM vem desenvolvendo estudos com o propósito de elaborar uma Tarifa de Fretes que deverá observar os seguintes princípios, regidos pelo elenco de medidas estabelecidas pelo Governo em 27.02.86:

- liberação de fretes da carga geral;

- o frete deverá remunerar o custo do transporte nas diferentes condições em que é feito, com adequado lucro que permita margem de competição, premiando os mais eficientes;

- estabelecimento de novas normas para os fretes do granel sólido, incluindo:

- conceito do custo do tem-

po de carga e descarga e o conseqüente conceito de *demurage/dispatch*;

- fretes teto específicos para cada carga, em cada transporte entre portos definidos, para diferentes tamanhos de lotes transportados;

- regras para contagem de tempo de carga e descarga e definição das responsabilidades do armador, do embarcador ou do consignatário;

- possibilidade de as partes contratarem condições de transporte entre si e, conseqüentemente, de frete de livre acordo, desde que registrado na SUNAMAM;

- atualização dos fretes dos graneis líquidos, mantendo liberados aqueles que atualmente já o são;

- manutenção do valor do frete em relação aos custos da operação. Juntamente com a fixação de nova Tarifa, deve ser fixado o processo de reajuste da mesma.

A liberação dos fretes na carga geral é extremamente útil, quando se considera a competição entre o transporte aquaviário e o rodoviário. É o que regula o nível do frete. Alguma carga geral cativa da cabotagem poderá ter seu teto de frete fixado na Tarifa de Fretes.

AFRETAMENTO NA CABOTAGEM NACIONAL

De acordo com o artigo 173 da Constituição Federal em vigor, "a navegação de cabota-

gem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública".

O artigo 4º do Decreto 88.420, de 21 de junho de 1983, determina que a exploração dos serviços de navegação interior e de cabotagem é privativo de empresas nacionais e embarcações de registro e bandeira brasileiros. A concessão de autorização de afretamento é regulamentada pela SUNAMAM, através de resoluções. A Portaria 706, D.O.U. de 27.12.85, do Ministério dos Transportes, delega à SUNAMAM a competência para conceder permissão para que embarcações estrangeiras possam operar na cabotagem nacional e na navegação interior, no caso de elevado interesse para o País, comprovada a inexistência de embarcação brasileira em condições de efetuar o transporte.

Em face da legislação citada, a SUNAMAM somente autoriza afretamento de navios estrangeiros quando não mais houver navio nacional de cabotagem ou de longo curso disponível para o transporte.

Também se justificaram, à época, afretamentos de navios estrangeiros RO/RO, pela necessidade de ser obtido *know how* em uma atividade ainda não implantada no País.

Até o ano de 1982, inclusive, os dados referentes ao afretamento de navios estrangeiros na Navegação de Cabotagem eram computados junto com a Navegação de Longo Curso e Nave-

gação Interior, em virtude dessas navegações estarem regimentalmente agrupadas na antiga Diretoria de Navegação.

Os anexos "G" e "H" retratam a situação dos anos de 1983 a 1985, mostrando não só o valor pago pelo afretamento de navios estrangeiros como, também, o volume de TPB afretado e sua relação com a frota de Cabotagem.

Entre os anos de 1983 e 1984, observa-se:

- a redução de cerca de 42,14% no volume de valores pagos pelo afretamento de embarcações estrangeiras;

- a redução de cerca de 25,61%, no volume de TPB afretado;

- a relação entre o volume de TPB afretado e a Frota de Cabotagem: de 29,37% em 1984, contra 46,12% em 1983;

- o afretamento de petroleiros, ditado pela complementação da frota da PETROBRÁS, que detém o monopólio do transporte de petróleo e seus derivados produzidos no País, é o item mais significativo no afretamento de navios estrangeiros na Cabotagem. Atingiu o Índice de cerca de 50,98% em 1983 e de 38,92% em 1984. Embora seja a parcela de maior peso no universo dos afretamentos da Cabotagem, entre 1983 e 1984, houve uma redução de cerca de 54,31%, no valor pago em afretamento de petroleiros, e de cerca de 30,30%, no volume de TPB afretado;

- afretamento de graneleiros indica um aumento de cerca

de 41,45%, em relação ao valor pago, e de cerca de 184,42%, em relação ao volume de TPB, pelo afretamento de graneleiros de registro estrangeiro. Esse aumento foi causado pelo afretamento de embarcações para o transporte de:

- milho da Argentina para o Brasil, no 1º trimestre e parte do 2º trimestre de 1984;

- açúcar do Brasil para a Venezuela, no 3º trimestre de 1984; e

- alumina do Suriname para o Brasil, no 4º trimestre de 1984.

- os afretamentos sob o regime de *time charter* predominam na Cabotagem, com cerca de 89,11%, em 1983, e cerca de 88,76%, em 1984, com relevância nos afretamentos de petroleiros.

Entre os anos de 1984 e 1985, observa-se:

- o aumento de cerca de 22,14% no volume de valores pagos em afretamento de embarcações estrangeiras;

- o aumento de cerca de 46,44% no volume de TPB afretado;

- os aumentos ocorridos foram consequência do aumento do afretamento de petroleiros (cerca de 90,35% no volume de valores pagos), devido não só ao aumento da produção de petróleo como, também, à passagem, para a navegação de cabotagem, de petroleiros já afretados para a navegação de longo curso;

- os demais tipos de navios mantiveram uma posição sem

fortes flutuações em relação a 1984, excetuando-se o afretamento de graneleiros, que sofreu uma redução de cerca de 90,35%, no total de valores pagos, e de 92,64%, no montante do TPB afretado.

A CABOTAGEM INTERNACIONAL

A área de atuação da Diretoria de Navegação de Cabotagem, como definido pela Portaria nº 788 de 11 de outubro de 1983, abrange também "o planejamento das atividades inerentes à navegação de cabotagem entre portos nacionais e portos estrangeiros da Costa Atlântica da América do Sul, das Antilhas e da Costa Leste da América Central excluídos os portos de Porto Rico e Ilhas Virgens,...."

Para geri-la foi criada a Divisão de Cabotagem internacional.

Da área definida surgem, naturalmente, duas linhas de navegação: a LC-1 Brasil/Uruguai/Argentina/Brasil e a LC-2 Brasil/Caribe/Brasil, com três tráfegos distintos - Brasil/Argentina/Brasil, Brasil/Uruguai/Brasil e Brasil/Caribe/Brasil.

TRÁFEGO BRASIL/ARGENTINA/BRASIL

Está coberto pelo acordo bilateral Brasil/Argentina, de onde surgiu a Conferência Marítima de Fretes Argentina/Brasil.

Estão autorizadas 18 empre-

sas de navegação brasileiras e 21 argentinas. Para o transporte de graneis sólidos, inclusive o trigo, estão autorizadas todas as empresas que possuem navios graneleiros.

Na carga geral, estão autorizadas: Lloyd Brasileiro, com 45%, Transroll, com 45%, e Mansur, com 10%. Na carga geral especial, sem cotas, a Superpesa e a Grancarga.

Nos graneis líquidos, estão autorizadas todas as empresas que possuem navios especializados para esse tipo de transporte. São elas FLUMAR, GLOBAL e PETROBRÁS, sem cota determinada de participação.

Durante o exercício de 1984, o tráfego Brasil/Argentina/Brasil movimentou, aproximadamente, 4.180.000t/US\$ 63.600.000,00, valor de frete que corresponde a, aproximadamente, 1/3 do movimento total dos fretes gerados por toda "a cabotagem internacional".

No ano de 1985, nesse tráfego, foram movimentados cerca de 3.999,752t, gerando fretes no valor de US\$ 53.797.328.

A receita do frete em 1985 corresponde aproximadamente a 1/3 do movimento total de fretes gerados pela "cabotagem internacional".

Nota-se um decréscimo, de 1984 para 1985, de 180.242t/US\$ 9.802.672 em frete, tendo o frete médio caído de cerca de US\$ 15,21, em 1984, para US\$ 13,45, em 1985.

À exceção do transporte a granel de petróleo e de seus derivados por destilação primária,

de gás liquefeito de petróleo, e dos minerais a granel excluídos do acordo, todas as demais mercadorias estão inseridas nesse tráfego sendo, conseqüente e obrigatoriamente, por força do próprio acordo, divididos em partes iguais, no que se refere aos fretes gerados pelas bandeiras brasileira e argentina. Apenas o trigo, graças à recente conquista brasileira nas negociações do último acordo com os argentinos, vem sendo transportado, desde 1º de junho de 1985, com a cota de participação de 62,5%. A partir de 1º de junho de 1986, a cota de participação de bandeira brasileira passa para 75%. Trata-se de carga de grande importância, dentro do universo de graneis sólidos, tendo contribuído, em 1984, com uma receita de fretes de US\$ 12.497.525,00.

Em 1985, contribuiu com uma receita de frete de cerca de US\$ 13.987.789,00.

TRÁFEGO BRASIL/URUGUAI/BRASIL

É subordinado ao convênio Brasil/Uruguai, que gerou o acordo de tarifas e serviços Brasil/Uruguai.

Estão autorizadas 11 empresas de navegação brasileiras e 5 uruguaias.

Trata-se de um intercâmbio de pequena expressão, sendo que, no exercício de 1984, foram movimentadas, nos dois sentidos do tráfego, apenas 80.000t/US\$ 1.318.000,00, cerca de 1%

dos fretes gerados pela "cabotagem internacional".

No ano de 1985, foram movimentados, nos dois sentidos do tráfego, apenas 55.484t/US\$ 1.145.951, cerca de 1% dos fretes gerados na "cabotagem internacional". Houve decréscimo no tráfego de 24.516t/US\$ 172.049,00. O frete médio variou de US\$ 16,47 por t para US\$ 20,65 por t.

Na carga geral, as seguintes empresas estão autorizadas para o tráfego: LLOYD BRASILEIRO, 45%, TRANSROLL, 45% e BRASILMAR, 10%. Na carga geral especial sem cota, a GRANCARGA e a SUPERPESA.

Na carga frigorificada: ALIANÇA, LLOYD BRASILEIRO e TRANSROLL.

No granel líquido: PETROBRÁS, FLUMAR e GLOBAL.

No granel sólido: LIBRA e LLOYD BRASILEIRO.

No ano de 1985, operaram nesse tráfego a PETROBRÁS e a FLUMAR, no granel líquido, e o LLOYD na carga frigorificada.

TRÁFEGO BRASIL/CARIBE/BRASIL

Trata-se de tráfego livre, onde estão autorizadas, pelo lado brasileiro, 10 empresas, assim distribuídas:

— Carga geral: LLOYD e LIBRA.

— Graneis sólidos: ALIANÇA, LIBRA, LLOYD e NORSUL.

— Graneis líquidos: PETROBRÁS, FLUMAR e GLOBAL.

— Carga geral (especial): GRANCARGA e SUPERPESA.

Participaram ainda nesse tráfego, entre outros, os seguintes armadores brasileiros de longo curso: FROTA OCEÂNICA; VALE DO RIO DOCE; FROTA AMAZÔNICA e PAULISTA. Participaram, ainda, cerca de 70 armadores estrangeiros. Esse tráfego foi responsável pelo movimento de 6.180.000t/US\$ 134.000.000,00 o que representou 2/3 do total de fretes gerados pela "cabotagem internacional", em 1984.

Em 1985, com um movimento de 3.264.161t/US\$ 98.356.624, manteve-se a participação de 2/2 no total de fretes gerados pela "cabotagem internacional".

A carga geral é grandemente desbalanceada. Em 1984, cerca de 384.000t/US\$ 60.000.000,00, na exportação, e 7.000t/US\$ 1.050.000,00, na importação.

O tráfego como um todo, em 1985, apresentou-se balanceado. Porém, analisado por tipo de carga, houve grande desbalanceamento na carga geral — cerca de 371.308t/US\$ 55.979,005, na exportação, e 49.061t/US\$ 1.941.674 na importação.

Basicamente, exportamos grânéis sólidos e importamos grânéis líquidos, na sua quase totalidade petróleo e seus derivados, oriundos principalmente da Venezuela e Antilhas Britânicas, transportados pela PETROBRÁS que reteve, em 1984, 96% do tráfego.

Nota-se um decréscimo no tráfego de 1984 para 1985, de 2.915.839t/US\$ 35.643.376

Identifica-se nesse tráfego um fluxo de carga da Calha Amazônica para o Caribe, totalmente desvinculado do fluxo proveniente dos portos do sul do País (abaixo de Vitória).

Esse fluxo está sendo observado e dele participam, em esmagadora maioria, armadores estrangeiros. Já foram feitas consultas a armadores brasileiros, que ainda não se interessam pelo mesmo. O único armador brasileiro autorizado a operar da Calha Amazônica para as Guianas, Suriname e Venezuela, a ENASA, por deficiência do único navio que possuía no tráfego, teve sua autorização cancelada.

Nesse tráfego é importante destacar a existência de dois países, Venezuela e Colômbia que prescrevem suas cargas de importação. Esses dois países são extremamente importantes para o apoio de todo o tráfego, por serem, respectivamente, 1º e 3º parceiros comerciais do Brasil na área.

Estuda-se a possibilidade de estabelecer acordos com esses dois países. A Colômbia já admite a participação dos armadores brasileiros na costa do Pacífico. Nesse caso, cabe tentar a extensão de tal facilidade à costa Atlântica ou ao Mar das Caraíbas.

Com a Venezuela, tendo em vista a existência de dois tráfegos extremamente desbalanceados em sentidos opostos (carga geral e granel líquido), a SUNAMAM estabeleceu contato com a PETROBRÁS, procurando

obter, desse órgão, no tráfego de granel líquido (mais precisamente petróleo e seus derivados por destilação primária e gases liquefeitos de petróleo), condições que lhe permitisse ter posição, pelo menos razoável, para negociação. Os entendimentos não chegaram, ainda, a bom termo.

No caso de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e geograficamente mal posicionados em relação aos grandes fluxos de cargas no mercado internacional e com frotas mercantes deficientes, a existência de acordos é de grande importância.

De 1984 para 1985, os três tráfegos apresentaram redução significativa:

- Argentina: 4,3, em t, e 15,4, em receita de fretes;
- Caribe: 47,7%, em t, e 26,6%, em receita de fretes; e
- Uruguai: 30,4%, em t, e 13,0%, em receita de fretes.

Os armadores e frotas participantes nos três tráfegos são, na sua quase totalidade, os participantes da "cabotagem nacional". Como exceção, temos a ALIANÇA e a TRANSROLL, que são armadores de longo curso

também autorizados para a "cabotagem internacional".

FRETES NA CABOTAGEM INTERNACIONAL

Nas áreas em que existem acordos bilaterais, Uruguai e Argentina, os fretes são regulados por tarifa de fretes, obedecida por todos os armadores.

Os fretes são propostos pelas Conferências e aprovados pelas autoridades marítimas competentes. Os fretes para graneis, acima de quantidades significativas, são abertos, ficando sujeitos a concorrência do mercado.

Na área do Caribe, o tráfego é livre, inexistindo atualmente Conferências de Fretes. Cada armador operando no tráfego, tanto brasileiro como estrangeiro, submete sua tarifa de frete à aprovação da SUNAMAM.

Estão em andamento estudos visando à redução das tarifas de fretes, tendo em vista a redução do preço do petróleo do mercado internacional e uma melhor definição de custos dos navios e portos.



O DIA DO HERÓI

Márcio Cotrim

A perspectiva do fim de semana até que era bem agradável. Uma recepção na Embaixada da Áustria em homenagem a *Mário Garófalo*, ocasião em que eu teria o prazer de abraçá-lo, um alegre jantar na casa do *João Carlos Cequine* e uma segunda-feira de feriado — dádiva que caíra do céu nestes dias de trabalho extenuante. Já fechava as gavetas para sair quando chega a notícia brutal.

Acabava de falecer, no Rio de Janeiro, o General *Ernani Ayrosa da Silva*.

A geração de hoje não o conheceu, talvez só tenha ouvido vagamente falar no seu nome. Infelizmente, é assim mesmo. Os fatos que fazem a história humana se sucedem vertiginosamente e levam tudo de roldão. O processo é cruel e impiedoso mas inalterável. Líderes famosos ontem e mesmo pessoas humildes que tiveram a faulha de um instante de noto-

riedade acabam sumindo do noticiário, todos tragados pela palpação do dia-a-dia — geralmente miúda e irrelevante — e do festejo, que um dia atingira as raías da idolatria, sobra apenas um fugaz momento que se esvai na poeira do tempo. Só fica a lembrança de quem viveu e conheceu.

Pois é de um desses momentos preciosos, que captei em minha memória infantil, e do herói que vou falar. Do oficial mais condecorado do Exército Brasileiro, daquele que, a par de sua inflexível retidão profissional — que encarnava a figura popularmente conhecida como "caxias" — guardava um extraordinário lado humano.

Paradoxo, mas verdade. Metido no uniforme foi irrepreensível no cumprimento do dever e deixou um rastro brilhante por onde passou, na guerra e na paz. À paisana, como dizem os militares, colocou o melhor de sua alma na formação de muitos

jovens, alguns hoje destacados executivos e cientistas por este País afora e até no exterior.

Mas voltemos ao dia mágico, ao flagrante que merece registro especial, talvez o melhor momento da vida dele. Eu era garoto, mas jamais esquecerei. O Brasil, que fora à guerra com a FEB em 1944, retornava vitorioso em 1945. No porto encostavam os navios e deles desembarcavam os soldados, pressurosos e já em forma para o desfile da vitória que percorreria o centro do Rio de Janeiro, então capital do País. Há quem diga que a terra carioca nunca assistiu a uma festa mais bonita e emocionante que aquela do retorno do primeiro escalão da FEB. Lembro-me bem da entrada triunfal pela Avenida Rio Branco. Eu, encarapitado na janela do escritório de meu avô, me deslumbrava com aquela multidão espessa que se movia fluvialmente mas com o estrondo da pororoca para abraçar os que voltavam. E a tropa de pracinhas, orgulhosa e triunfante, marchava subindo a avenida, cada rosto exibindo um sorriso maroto que traduzia a mais pura emoção e a promessa do mais demorado dos beijos.

Ao som da "Canção do Expedicionário" e sob uma chuva de papel picado, de serpentinas e de lágrimas da massa vibrante que se apinhava nas calçadas e nos parapeitos dos prédios, eles caminhavam olhando para os lados e para cima, à procura de pessoas queridas e das mãos que acenavam freneticamente

em sua direção. Voltavam da Europa, onde haviam ajudado a derrotar a boçalidade do nazifascismo e tudo de hediondo que ele representava para a civilização.

Naquele dia vi pela primeira vez e de perto o perfeito significado da consagração de um ídolo popular. O então Capitão Ayrosa, maior herói da FEB, o brasileiro que tomara cidades na Itália, transformara-se em lenda nacional. Todos os veículos de comunicação da época, a "Folha Carioca", "A Noite" e "O Globo", o rádio através do "Repórter Esso", os jornais cinematográficos da Movietone e da Pathe exaltavam a celebridade do Capitão e o apresentavam na tela condecorado pelo Comandante do Quinto Exército dos Estados Unidos, General Mark Clark.

À noite, o Capitão Ayrosa voltou para casa. Casa de vila, à qual se chegava passando por longo muro calado de branco novo. Era na rua Dias da Cruz, no Méier, e ela se embandeirou toda para receber seu herói. Tudo ficou coberto de guirlandas, bandeirolas de papel que sopravam ao vento, a vizinhança alvoroçada na expectativa. Quando ele desembarcou do carro, o povo do bairro eclodiu em aplausos, as mulheres choraram forte, as moças suspiraram fundo. O herói voltava coberto de medalhas. Aquele quase menino, criado ali no subúrbio, tornara-se personalidade nacional e era avidamente procurado pelos repórteres. Eles queriam saber

como tinha sido escrita a história.

E ele, que fora ferido na batalha — seqüela que trouxe consigo até o último de seus dias — entrou na vila sob foguetes, gritos das crianças e copos de groselha levantados por aquela gente boa. Foi a suprema realização do herói, o reconhecimento dos que estavam mais próximos de seu coração.

Hoje, com a distância e a dimensão que só o tempo proporciona, vejo a cena inesquecível como uma seqüência muito pessoal de um Amarcord particular. O Méier, a Rimini de meu Rio de Janeiro, abraçava seu vulto mais importante e o cobria de carinho. Ele, meio sem jeito, agradecia e nada mais tinha a declarar. Se lhe faltavam palavras, sua eloqüência estava traduzida nas ações de coragem que tivera nas terras geladas onde se travara o combate.

Depois desse episódio, fez singular carreira militar, a mais brilhante de sua geração, culminando com duas longas interinidades como ministro do Exército.

Todos os títulos, todos os galardões, todas as medalhas possíveis, tudo a que um verdadeiro soldado aspira. Lutar pela pátria e mostrar, seja na trincheira, na linha de frente ou no quartel, todo o esplendor de uma autêntica vocação.

O General Ayrosa mostrou exemplo e rumo. Naquele dia distante, mas que guardo num dos melhores cantos de minha memória, tenho convicção de que se afirmava o que de melhor possui este País. A pompa e o desfile de vitória, de repercussão nacional e internacional, e a redução da história à escala do cidadão, traduzida na volta daquele homem à vila natal.

Foi muito triste o final de minha sexta-feira. Embarquei às pressas para o Rio. A bordo do avião fui recordando algumas das magníficas lições que ele deixou.

Ele era meu tio, eu ainda não dissera. Irmão único de minha mãe. Um herói se foi.

("Correio Brasiliense", de 12 Dez 87)

como tinha sido escrita a história.

E ele, que fora ferido na batalha — seqüela que trouxe consigo até o último de seus dias — entrou na vila sob foguetes, gritos das crianças e copos de groselha levantados por aquela gente boa. Foi a suprema realização do herói, o reconhecimento dos que estavam mais próximos de seu coração.

Hoje, com a distância e a dimensão que só o tempo proporciona, vejo a cena inesquecível como uma seqüência muito pessoal de um Amarcord particular. O Méier, a Rimini de meu Rio de Janeiro, abraçava seu vulto mais importante e o cobria de carinho. Ele, meio sem jeito, agradecia e nada mais tinha a declarar. Se lhe faltavam palavras, sua eloqüência estava traduzida nas ações de coragem que tivera nas terras geladas onde se travara o combate.

Depois desse episódio, fez singular carreira militar, a mais brilhante de sua geração, culminando com duas longas interinidades como ministro do Exérci-

to. Todos os títulos, todos os galardões, todas as medalhas possíveis, tudo a que um verdadeiro soldado aspira. Lutar pela pátria e mostrar, seja na trincheira, na linha de frente ou no quartel, todo o esplendor de uma autêntica vocação.

O General Ayrosa mostrou exemplo e rumo. Naquele dia distante, mas que guardo num dos melhores cantos de minha memória, tenho convicção de que se afirmava o que de melhor possui este País. A pompa e o desfile de vitória, de repercussão nacional e internacional, e a redução da história à escala do cidadão, traduzida na volta daquele homem à vila natal.

Foi muito triste o final de minha sexta-feira. Embarquei às pressas para o Rio. A bordo do avião fui recordando algumas das magníficas lições que ele deixou.

Ele era meu tio, eu ainda não dissera. Irmão único de minha mãe. Um herói se foi.

("Correio Brasiliense", de 12 Dez 87)



INFORMAÇÕES

BRASILSAT 2

INTEGRAÇÃO GARANTIDA

O BRASILSAT 2, recentemente colocado em órbita, é o nosso segundo satélite de comunicações e a certeza de que mesmo as mais remotas regiões permanecerão sintonizadas com o resto do país por telex, telefonia e TV, ainda que o BRASILSAT 1 sofra pane ou chegue ao fim de sua vida útil.

DOZE ANOS DE EVOLUÇÃO

Ja em 1974 nossas telecomunicações ganhavam qualidade e chegavam a Manaus e Cuiabá, graças a um satélite reserva.

A diferença é que, em 1974, o satélite de que nos valíamos, o INTELSAT, era alugado, sendo o reserva do senhorio, que dele podia imediatamente dispor em caso de necessidade. Hoje, temos não só o nosso próprio satélite, como um satélite reserva.

Nossos dois satélites garantem a integração nacional, a ligação internacional imediata e direta com qualquer ponto do mundo e o direito de utilização de um espaço que é limitado e já está sendo disputado: o espaço orbital para satélites geoestacionários.

SATÉLITES. POR QUÊ?

Porque são técnica e economicamente indicados para países de grande extensão territorial, com locais de difícil

acesso. É o caso do Brasil, cuja rede da EMBRATEL alonga-se por 31 mil km, atravessando florestas, rios e montanhas, sem torres e sem fios.

A rede da EMBRATEL, em contínua expansão, já abrange 23 estações terrenas operando com telefonia, telex, dados de informática e TV.

Há também duas redes particulares de TV, com estações terrenas instaladas em todos os estados do Brasil, que se utilizam do serviço de TV denominado TV-SAT, cujo sinal é transmitido por estações terrenas da EMBRATEL e recebido pelas redes Globo e Bandeirantes.

Somente os satélites poderiam proporcionar todos estes serviços com a amplitude, segurança, qualidade e economia que o desenvolvimento de um país-continente exige.

O CAMINHO MAIS CURTO: 72 MIL QUILOMETROS

Mais curto e mais econômico. O sinal enviado da estação A ao satélite, e de lá retransmitido para a estação B, não só evita os obstáculos terrestres como pres-

cinde de estações intermediárias e está a salvo de catástrofe ou mau tempo.

Sem satélite, o sinal perderia qualidade com sucessivas retransmissões nem sempre inteiramente livres de interferências ou dificuldades técnicas. Além disso, a necessidade de construir, operar e conservar várias estações intermediárias acarretaria ponderável dispêndio de recursos.

Nossos satélites são geoestacionários. Estão a 36 mil km e numa órbita de acompanhamento da Terra que os coloca "parados". O BRASILSAT 1 está sobre a linha do equador, numa longitude de 65°W, "parado" acima de São Gabriel da Cachoeira. O BRASILSAT 2 está à mesma distância e a 70° de longitude oeste, "viajando" bem acima da fronteira Brasil-Colômbia.

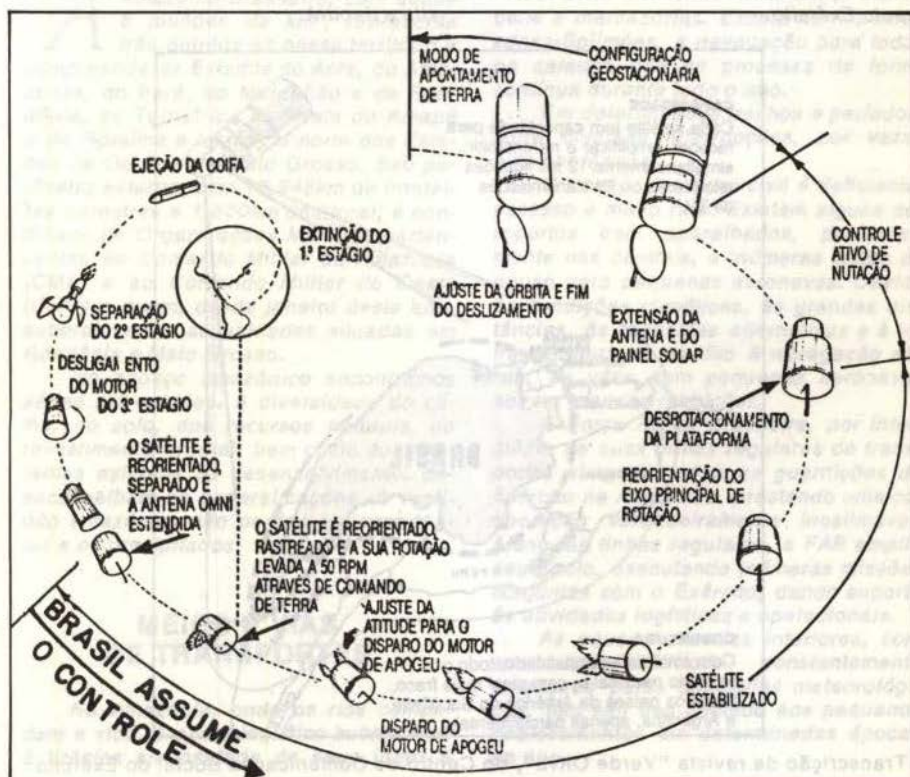
MANOBRANDO OS SATÉLITES

Para funcionar, o satélite tem que estar com os painéis captadores de energia voltados para o sol e com as antenas apontadas para as regiões terrestres que cobre.

O Centro de Operações, dirigido por técnicos da EMBRATEL, corrige permanentemente a posição de cada satélite, através de um sistema de telemetria, rastreo e comando.

Para rastrear e ordenar correções, o Centro de Operações (Guaratiba-RJ) tem duas antenas ininterruptamente apontadas para os satélites.

O BRASILSAT 2 foi colocado em órbita por um foguete francês Ariane 3, de



49m de altura, 24 toneladas de peso e 3 estágios.

O foguete foi lançado e rastreado pela Arianespace, mas o BRASISAT 2, tão logo separou-se do foguete, passou a ser comandado pelo Centro de Operações que então desencadeou e controlou as fases de estabilização, controle ativo de oscilação e configuração geoestacionária.

APLICAÇÃO MILITAR

O Estado-Maior das Forças Armadas está coordenando a implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS).

Inicialmente, serão instaladas três estações terrenas fixas de médio porte, cada uma com 200 canais. A de Brasília será operada pela Força Aérea Brasileira, a do Rio pela Marinha e a de Curitiba pelo Exército.

NAS FRONTEIRAS

Como atividade complementar, foram instaladas estações repetidoras de TV nas localidades de Vila Bittencourt, Ipiranga, Estirão do Equador, Palmeiras do Javari e Forte Coimbra.

Estas estações repetidoras, resultado de esforços conjugados dos Ministérios da Aeronáutica, do Exército e das Comunicações, estão levando lazer e notícias imediatas às guarnições de fronteiras.

Futuramente, receberão idênticos benefícios as guarnições de Iauaretê, São Joaquim, Querari, Cucuí, Maturacá, Pacaraima, Ericó, Auaris, Surucucu e Tirols.

O apoio da Presidência da República à instalação destas antenas é o reconhecimento dos serviços e sacrifícios do pessoal da fronteira, constatados pessoalmente pelo Presidente Sarney na sua visita a Japurá.



Transcrição da revista "Verde Oliva", do Centro de Comunicação Social do Exército

APOIO LOGÍSTICO NA AMAZÔNIA

DESAFIO A SER VENCIDO

Com determinação e criatividade, enfrentando a selva, a adversidade das condições climáticas, o isolamento, as distâncias descomunais, as limitações dos meios de comunicações e transportes e, sobretudo, a carência de recursos, os soldados da Amazônia vencem a "guerra de todos os dias" — a "guerra do Apoio Logístico".

A VASTIDÃO

A Amazônia Brasileira, com quase 5 milhões de km², representa três quintos do nosso território e compreende os Estados do Acre, do Amazonas, do Pará, do Maranhão e de Rondônia, os Territórios Federais do Amapá e de Roraima e terras do norte dos Estados de Goiás e de Mato Grosso. Seu perímetro externo, com 10.948km de fronteiras terrestres e 1.800km de litoral, é pontilhado de Organizações Militares pertencentes ao Comando Militar da Amazônia (CMA) e ao Comando Militar do Oeste (CMO) a quem, desde janeiro deste ano, subordinam-se as unidades situadas em Rondônia e Mato Grosso.

No espaço amazônico encontramos várias sub-regiões. A diversidade do clima, do solo, dos recursos naturais, do revestimento vegetal, bem como dos diferentes estágios de desenvolvimento, desaconselham as generalizações. A vastidão amazônica não perdoa os imprudentes e os precipitados.

MEIOS E VIAS DE TRANSPORTES

Na Amazônia, onde os rios comandam a vida, o apoio logístico submete-se à tirânica sinuosidade de seus leitos e

aos caprichos de seus regimes de águas. São mais de 25 mil quilômetros de vias navegáveis que formam a grande malha hidroviária, por onde circulam pessoas, bens e mercadorias. Exceto no Rio Amazonas-Solimões, a navegação para todos os calados não se processa de forma contínua durante todo o ano.

Em determinados trechos e períodos, sofre diversas interrupções, por vezes extemporâneas.

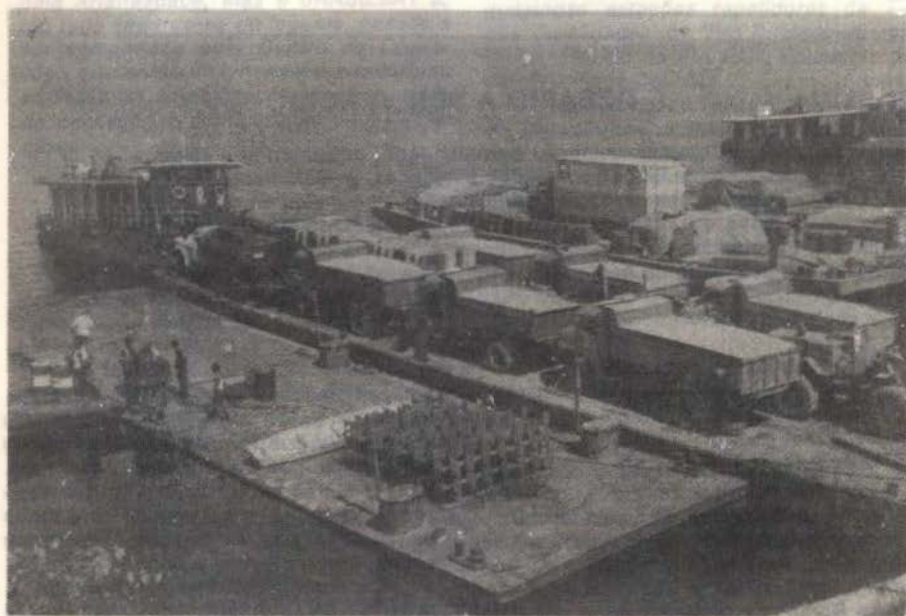
O transporte aéreo civil é deficiente, escasso e muito raro. Existem alguns aeroportos bem aparelhados, particularmente nas capitais, e inúmeras pistas de pouso para pequenas aeronaves. Devido às condições climáticas, às grandes distâncias, às reduzidas alternativas e à infra-estrutura de auxílio à navegação aérea, os vôos com pequenas aeronaves sofrem grandes restrições.

A Força Aérea Brasileira, por intermédio de suas linhas regulares de transporte, atinge a todas as guarnições do Exército na Amazônia, prestando uma cooperação verdadeiramente inestimável. Além das linhas regulares, a FAB amplia seu apoio, executando inúmeras missões conjuntas com o Exército, dando suporte às atividades logísticas e operacionais.

As poucas estradas interiores, com sua transitabilidade constantemente ameaçada pelas condições meteorológicas, têm seu uso limitado aos pequenos deslocamentos em determinadas épocas do ano.

Para que os suprimentos atinjam os diversos pontos de destino, todos os meios e vias de transporte são utilizados,

dando-se ênfase àquele que, na oportunidade, melhor satisfaça às necessidades da área e às características da carga.



Comboio Fluvial da 1ª Cia Exp Trnp (Manaus-AM), com destino a São Gabriel da Cachoeira e Cucul.

APOIANDO CIVIS, INDÍGENAS E SOLDADOS

A simples constatação da vastidão da área e das condições de transporte permite avaliar a dimensão do esforço necessário para prover o apoio logístico, não só às tropas e suas famílias instaladas nos mais longínquos confins, como também à população civil que orbita em torno dos quartéis e deles depende de forma exclusiva, na maioria das vezes.

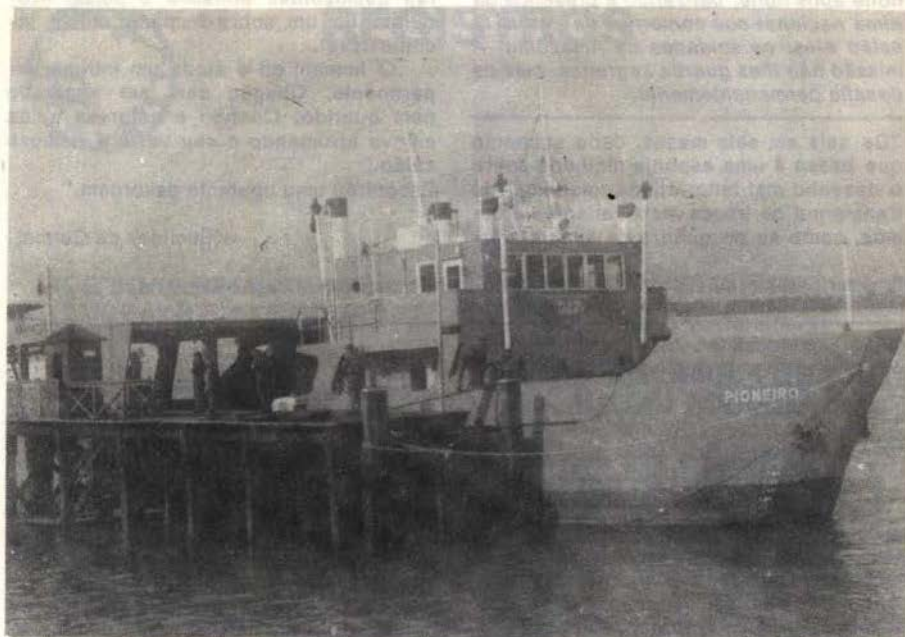
No contexto da missão de cooperar com o desenvolvimento da Amazônia, o Exército realiza projetos no campo da educação, da saúde, da colonização e das vias de transportes, por meio de convênios com entidades públicas e privadas. Para que se possa aquilatar como

tais projetos ampliam as necessidades logísticas a serem atendidas pela sobrecarregada estrutura militar, basta dizer que, nos hospitais e enfermarias dos quartéis são prestados, anualmente, cerca de 80 mil atendimentos à população civil e aos indígenas.

Na Amazônia, o soldado irmana-se ao índio e ao ribeirinho, pela solidariedade e abnegação.

FLOTILHA VERDE-OLIVA

Dois barcos preparados para o transporte marítimo e fluvial, operados pela 8ª Região Militar, movimentam 50% das cargas que, partindo de Belém, destinam-se às localidades da Amazônia Oriental.



Procedente de Clevelândia do Norte/AP, atraca em Belém (PA) o navio "Pioneiro" da 8ª RM – 110 horas de viagem pelo rio Oiapoque e Oceano Atlântico.

A 12ª Região Militar conta com a 1ª Companhia Especial de Transporte (Cia Esp Trnp), subunidade única do Exército Brasileiro que combina meios de transporte sobre rodas com rebocadores, lanchas e balsas.

Com cais próprio às margens do Rio Negro, em Manaus, a 1ª Cia Esp Trnp domina o conhecimento dos rios por onde circulam 65% das cargas da Amazônia Ocidental.

Todos os Elementos de Fronteira dispõem de embarcações do tipo "regional", construídas para prover suas necessidades próprias de transporte administrativo e logístico.

Trata-se de uma verdadeira flotilha, "Flotilha Verde-Oliva" que, com os coloridos barcos civis e navios da Marinha do Brasil, compartilha da aventura na Amazônia.

As distâncias na Amazônia são medidas pelo tempo gasto em percorrê-las e só se tornam compreensíveis por comparação com outros trajetos conhecidos. Uma embarcação que, partindo de Manaus, atinge em 30 dias Cruzeiro do Sul no Acre, após percorrer 4.333km nas coleantes águas dos rios Solimões e Juruá, retorna favorecida pela correnteza em 15 dias. Tal viagem de 45 dias, em distância, corresponde ao percurso terrestre que, saindo de Brasília, passasse por Porto Alegre, Fortaleza e retornasse à Capital Federal.

DESAFIO PERMANENTE

O Exército, desde o início do século XVII, tornou-se o elemento de ocupação permanente da Amazônia. Dia após dia,



REGISTROS

OS BONS RESULTADOS DA EMBRAER EM LE BOURGET

A venda de dez EMB-120 Brasília para Itália, Bélgica e Alemanha no total de 65 milhões de dólares e a assinatura do contrato para a produção de flaps de carbono para o MD-11, novo avião da McDonnell Douglas, no valor de 120 milhões de dólares foram os principais resultados da participação da Embraer na 37ª Feira de Aeronáutica e Espaço de Le Bourget, encerrada no dia 21 de junho, na França.

Analisando a presença da Embraer em Le Bourget pela sexta vez consecutiva, o diretor-superintendente da empresa, Ozílio Carlos da Silva, afirmou que os resultados superaram as expectativas e adiantou também que na área do EMB-312 Tucano foram intensificadas as negociações com representantes dos governos do Marrocos e da Nigéria, países para os quais a empresa espera vender 90 unidades da aeronave.

E o destaque da Embraer durante Le Bourget não ficou apenas no anúncio dos contratos, mas também na apresentação do "mock-up" do CBA-123, novo turboélice pressurizado que será construído pelo consórcio formado junto com a Fama (Fábrica Argentina de Material Aeroespacial). Clientes potenciais, imprensa especializada e até mesmo executivos de indústrias concorrentes visitaram e elogiaram a maquete em tamanho natural do 123. Segundo Ozílio Carlos da Silva, a surpresa é que muitos executivos americanos e europeus de empresas de aviação regional já estavam querendo assinar imediatamente carta antecipada de intenção de compra para reservar posições na fila de entrega da aeronave que começa a ser entregue a partir de 1991.

Durante Le Bourget, a Embraer comemorou os 10 anos de sua primeira apresentação numa feira aeronáutica internacional e os 10 anos de operação do

seu primeiro EMB-110 Bandeirante em território europeu, mais especificamente na França, através da Air Littoral.

Outra solenidade aconteceu na exposição estática de aviões de Le Bourget, quando a Embraer entregou o quarto EMB-120 Brasília da empresa regional norte-americana Skywest. Na ocasião, Ozílio Carlos da Silva ressaltou a importância da confiança daquela empresa ao avião brasileiro e o presidente da Skywest, Jerry Atkin, ao receber as chaves da aeronave, lembrou que o avião brasileiro tem tido um comportamento exemplar em sua empresa.

EVENTOS

As dez vendas do Brasília foram realizadas para a DLT, empresa regional alemã afiliada da Lufthansa, que agora possui doze unidades compradas e oito opções de compra, tornando-se assim a maior operadora da aeronave na Europa. A DLT já tem em sua frota sete Brasília e realiza inclusive linhas internacionais para a Inglaterra.

Durante Le Bourget, dois novos países entraram na lista dos compradores do Brasília: Itália, onde uma regional daquele país, a Alinord, assinou contrato para a compra de cinco unidades e mais duas opções de compra e a Bélgica, onde a DAT assinou contrato para a compra de duas unidades. Finalizando as dez unidades vendidas na feira, a CGA comprou uma unidade que vai operar na França.

O EMB-312 Tucano também revelou-se como uma das atrações de vendas da área militar. Depois de uma semana de avaliação técnica para a Força Aérea Francesa, o Tucano exibiu-se diariamente no show aéreo, recebendo elogios do público e da imprensa especializada. Na última semana, o diretor-superintendente da Embraer, Ozílio Carlos da Silva, anunciou que foram intensificadas durante a feira as negociações para a venda do treinador brasileiro para a Nigéria e

Marrocos. A primeira oferece petróleo em troca do avião brasileiro e já anunciou que pretende adquirir 50 unidades e o Marrocos quer 40 unidades e pretende criar uma linha de montagem no país, a exemplo do Egito. Eram duas negociações que estavam sendo tratadas há algum tempo pela Diretoria de Programas Militares que foram aceleradas durante a feira aeroespacial francesa.

ESTADOS UNIDOS ENCOMENDAM MÍSSEL ANTITANQUE À BOFORS

A firma AB Bofors, da Suécia, recebeu uma encomenda do Exército dos Estados Unidos para o fornecimento do míssil antitanque "Bill". A encomenda é no valor de 72.000.000 coroas suecas, ou seja, o equivalente a US\$1.700.000. Os mísseis vão ser usados para provas e avaliações, como parte de um estudo para substituição temporária dos mísseis

antitanques existentes hoje em uso no exército americano.

O míssil antitanque "Bill", da Bofors, é uma arma leve e portátil para soldados de infantaria. O princípio de ataque máximo constitui um dos principais aspectos do sistema antitanque "Bill". Foi desenvolvido em estreita cooperação com o Exército Sueco, tendo entrado em demonstrações pela Bofors em 1986, inclusive com demonstrações de tiro real nos EUA.

O "Bill" é o único míssil de ataque máximo que combina uma ogiva oblíqua com circuito de sensor de proximidade. Isso cria a possibilidade de combate não apenas a tanques de alta blindagem mas também a tanques em posição de desenfio. Pelo que se pode ver, estamos muitos anos à frente da competição, diz Martin Ardbo, presidente da Bofors. Essa encomenda é um estágio importante no lançamento internacional do "Bill" e significa que nossas chances de receber outras encomendas dos EUA aumentam, conclui o Sr. Ardbo.





PARTICIPAÇÃO DA BRITISH AEROSPACE NO SISTEMA ANTI-SUBMARINO

A Divisão de Armas Navais da British Aerospace está colaborando com o Go-

verno da Austrália no desenvolvimento do "Super Ikara", um sistema de arma anti-submarina, lançado de um navio. O sistema será complementado por helicóptero e fará uma significativa contribuição à filosofia da defesa de superfície.



Assinatura do NE

Os militares, particularmente os da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do *Noticiário de Exército* deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias – Quartel-General do Exército – Setor de garagens – SMU – CEP 70630 – Brasília-DF – Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cz\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos cruzados) para o 1º semestre, e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEXBSB, por vale postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: nome completo, endereço, bairro, cidade, estado, CEP e número do vale postal.

O NE será remetido diariamente.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

.....
Nome (em letra de imprensa)

.....
Identidade

.....
Posto, graduação ou profissão

.....
Endereço (rua, número e bairro)

.....
Cidade

.....
Estado

.....
CEP

Assinatura de 1988: Cz\$ 390,00

– PAGAMENTO:

Em cheque ☐ Emitido em nome de A DEFESA NACIONAL, podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal ☐ A favor de A DEFESA NACIONAL, pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" - Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL
Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25
20455 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: 253-4628

